



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(TerritoriAL)

LIVIA MORENA BRANTES BEZERRA

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA AGRICULTURA HAITIANA: UM *KONBIT*
PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

SÃO PAULO

2016

LIVIA MORENA BRANTES BEZERRA

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA AGRICULTURA HAITIANA: UM *KONBIT*
PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Território”.

Orientadora: Silvia Beatriz Adoue.

SÃO PAULO

2016

Bezerra, Livia Morena Brantes.

B574 A cooperação internacional na agricultura haitiana : um *konbit* para o desenvolvimento territorial / Livia Morena Brantes Bezerra. – São Paulo, 2016.

132 f. : 30 cm.

Orientador: Silvia Beatriz Adoue.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016.

Bibliografia

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural. 3. Agricultura – Haiti. 4. Agricultura – Cooperação internacional. 5. Haiti – Economia agrícola. 6. Haiti – Desenvolvimento rural. 7. Via Campesina. I. Título.

CDD 338.1097294

LIVIA MORENA BRANTES BEZERRA

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA AGRICULTURA HAITIANA: UM *KONBIT*
PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Território”.

Orientadora: Silvia Beatriz Adoue.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Silvia Beatriz Adoue (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Rafael Litvin Villas Bôas (Universidade de Brasília)

Profa. Dra. Katia Marro (Universidade Federal Fluminense)

São Paulo, 24 de março de 2016.

Ao povo haitiano que, ao ousar lutar,
ensinou-nos que a liberdade não se negocia.

AGRADECIMENTOS

A minha gratidão é dedicada a todo o povo haitiano, por tanto conhecimento compartilhado, em tão pouco tempo.

Aos companheiros da Brigada Dessalines, àqueles com os quais eu vivi o Haiti e àqueles que compartilham comigo uma parte do coração e do pensamento que sempre fica por lá, mesmo que estejamos longe.

Ao André, companheiro de Brigada e de vida, por acreditar, até mais do que eu, que seria possível vencer todas as dificuldades, por compartilhar esse cotidiano de estudos e trabalho que se tornou minha vida durante esses dois anos. M renmen w, mèsì anpil, Cheri!

Agradeço à Via Campesina Brasil, em nome de Luiz Zarref, Itelvina Masioli e Judite Stronzake, por me possibilitar o exercício da solidariedade da forma mais direta que poderia haver.

Agradeço a Aurimar Viana, Daniel Jordy e a Cazu, colegas de trabalho que ao se solidarizarem comigo, deram as condições necessárias para que o trabalho cotidiano se desenvolvesse em paralelo com o mestrado.

A Silvia Adoue, pela orientação e apoio incondicional às decisões por mim tomadas no decorrer da escrita desse trabalho.

Aos colegas da Turma Mariátegui, pelos debates, pelo trabalho coletivo, pelos aprofundamentos, pelas peleias sempre coletivas, pelas culturais e pela força que cada um de vocês compartilhou. A Ana Chã por tão bem nos representar enquanto coletivo nos fóruns de decisão do curso.

Ao povo trabalhador, principalmente aos movimentos camponeses brasileiros, cuja luta fez possível a concretização do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)

À Escola Nacional Florestan Fernandes por proporcionar a formação de qualidade a serviço do povo, antes e depois da Brigada. À UNESP/IPPRI por realizar parceria com a ENFF, permitindo a formalização do Territorial.

Aos meus pais, Zilda e Marcos, sempre, gratidão eterna, pela formação, pelo apoio, pela força.

Gratidão! Axé!

*Men tanbou siw Tande
Rasanble yo souple
Gen lontan n separe
Tanpwi fè n jwenn rasin
[...]*

*Jodiya nou konpran e nou jire
Si nou la sè ke nou sanble
Si nou sanble sè ke nou ka renmen
Nan renmen na va jwenn liniyon
Liniyon va di yo sa nou ye sou latè*

Pegue o tambor se você escuta
Reúna-os por favor
Há muito tempo estamos separados
Por favor deixe-nos encontrar as raízes
[...]

Hoje nós entendemos e nós juramos
Se estamos aqui é porque nos assemelhamos
Se nos assemelhamos é porque podemos amar
No amor vamos encontrar a união
A união vai dizer a eles o que somos sobre a Terra.
(BRUNACHE, 1989, tradução nossa).

RESUMO

No contexto econômico e político em que se encontra o Haiti nos dias atuais, a ajuda que se oferece ali está diretamente ligada ao projeto de sociedade que pretende se desenvolver e esse espaço está em disputa. A agricultura haitiana absorve grandes esforços na recuperação do país, embora esses esforços sejam pouco eficientes na promoção da soberania alimentar naquele país. Para entender qual papel desempenham as diversas concepções de cooperação internacional e qual seus efeitos sobre a vida das pessoas, fizemos um resgate histórico da situação haitiana, abordando a forma como se deu a ocupação e colonização da ilha, os reflexos da primeira revolução vitoriosa de trabalhadores escravizados e como se desenvolveu o capitalismo dependente haitiano. A forma violenta como foi implantado, por meio de endividamento, golpes de estado e da longa ditadura Duvalier, excluiu uma grande massa de trabalhadores desse processo, que se concentraram nas montanhas, a garantir seu sustento, ou migraram, para garantir a reprodução de sua vida. A agricultura desenvolvida nos montes é dependente da natureza, pois as tecnologias não estão disponíveis para implantação nas pequenas posses haitianas, ela por sua vez dá sinais de esgotamento, iminência da catástrofe. Para garantir sua sobrevivência, as formas de organização do povo haitiano e sua cultura em si, o *Kreyol*, o *Vodou* e o *Lakou*, podem ser importantes instrumentos para construção da resistência haitiana, desde que organizados sob uma perspectiva libertadora, e não opressora, como já foram utilizados em outras épocas. É preciso reconhecê-los e valorizá-los. A atuação Internacional no Haiti tem sido contestada, principalmente quanto ao seu papel reconstrutor, tão clamado, mas raramente realizado. As ONGs e a Internacional Comunitária, trabalhando para diminuir a precariedade em que vive o povo haitiano, aplacando a opressão típica do capital, funcionam como instrumentos comunitários do neoliberalismo e não como fontes de recursos e formação capazes de influenciar na resistência haitiana. O conjunto de países do Sul também influencia nesse cenário, fornecendo contingentes militares para manutenção da Ordem, através das Missões das Nações Unidas. Os movimentos sociais, por sua vez, entendendo que deve haver uma crescente solidariedade entre os povos, buscam exercitá-la, estabelecendo laços entre si e trocando experiências, capacidades, formação e trabalho. Assim nasce a Via Campesina, e assim se estabelece na América Latina, e especialmente no Haiti. Essa é a grande diferença entre as ações empregadas pela cooperação internacional e a solidariedade proletária: as intenções, práticas e objetivos.

Palavras-chave: Agricultura – Haiti. Agricultura – Cooperação Internacional. Haiti – Economia Agrícola. Haiti – Desenvolvimento Rural. Via Campesina.

ABSTRACT

In the economical and political context in which we found Haiti nowadays, the help offered there is directly linked to the project of society intended to be developed, and this space is in dispute. The Haitian agriculture absorbs great efforts in the recovery of the country, although these efforts tend to be inefficient in the promotion of the food sovereignty there. To understand the role of a variety of conceptions of international cooperation and what are their effects over the life of the people, we have made a historical rescue of the Haitian situation, addressing the way how occupation and colonization of the island occurred, the reflections of the first victorious revolution of slavered workers and how has the Haitian dependent capitalism developed. The violent way it was implemented, through debt, coups d'état, and with the long Duvalier dictatorship, excluded a great mass of workers, who concentrated in the mountains, ensuring their livelihood, or migrated ensuring the reproduction of their lives. The agriculture they develop in the mountains depends on the nature, once the technologies are not available to be used in the little Haitian ownerships. Meanwhile, nature gives signs of exhaustion, impending catastrophe. In order to guarantee their survival, the ways Haitian people organize themselves and their culture itself, the *Kreyol*, the *Vodou* and the *Lakou*, can be important instruments to build the Haitian resistance, if they're organized by a liberating perspective, not oppressing, like it was used in the past. We need to recognize them and enrich them. The international acting in Haiti has been contested, mainly because its rebuilding so claimed role is rarely accomplished. The NGOs and the Communal International, working to reduce the precariousness in which Haitian people live, placating typical oppression of capital, behave like communal instruments of neoliberalism and not like funding and education sources, capable of actuate in the Haitian resistance. The ensemble of the South countries also accounts for this scenario, sending military contingents to maintain the order, through United Nations Missions. Meanwhile, social movements, knowing that there must be a growing solidarity between the people, search to exercise it, establishing links between them and exchanging experiences, capacities, education and work. That is how Via Campesina is born, and that is how it establishes through Latin America, especially in Haiti. Those are the great differences between the actions employed by the international cooperation and the proletarian solidarity: the intentions, the actions and the goals.

Keywords: Agriculture – Haiti. Agriculture – International Cooperation. Haiti – Agricultural Economics. Haiti – Rural Development. Via Campesina.

RESUMEN

En el contexto económico y político en que se encuentra Haití actualmente, la ayuda que se ofrece allí está directamente enlazada al proyecto de sociedad que se busca desarrollar y ese espacio está en disputa. La agricultura haitiana absorbe grandes esfuerzos en la recuperación del país, aún que ellos sean poco eficaces en la búsqueda de la soberanía alimentar en aquel país. Para comprender cuál es el juego de roles de los diversos conceptos de cooperación internacional y cual son sus efectos sobre la vida de las personas, hicimos un rescate histórico de la situación haitiana, como se pasan la ocupación y la colonización de la isla, los reflejos de la primera revolución victoriosa de trabajadores esclavizados y como se desarrolló el capitalismo dependiente haitiano. La forma violenta como fue implantado, por medio del endeudamiento, golpes de estado y de la longa dictadura Duvalier, excluyó una gran masa de trabajadores, que se concentraran en las montañas, a garantizar su sustento, o migraran, para asegurar la reproducción de su vida. La agricultura hecha en los montes es dependiente de la naturaleza, porque las tecnologías no están disponibles en las pequeñas tenencias haitianas, ella por su parte da señales de agotamiento, inminencia de la catástrofe. Para garantizar su sobrevivencia, las formas de organización del pueblo haitiano e su cultura en si, el *Kreyol*, el *Vodou* y el *Lakou*, poden ser importantes instrumentos para la construcción de la resistencia haitiana, siempre que organizados bajo una perspectiva libertadora, y no opresora, como han sido ya utilizados. Se hace necesario reconocerlos y valorizarlos. La actuación internacional en Haití ha sido contestada, principalmente cuanto a su rol reconstructor, tan clamado, pero raramente cumplido. Las ONGs y la Internacional Comunitaria, trabajando para disminuir la precariedad en que vive el pueblo haitiano, apaciguando la opresión típica del capital, funcionan como instrumentos comunitarios del neoliberalismo y no como fuentes de recursos y formación capaces de influenciar la resistencia haitiana. El conjunto de países del Sur también influencia este escenario, forneciendo contingentes militares para manutención de la orden, por medio de las Misiones de las Naciones Unidas. Los movimientos sociales, por su lado, comprendiendo que debe haber una creciente solidaridad entre los pueblos, buscan ejercitarla, estableciendo lazos entre si y cambiando experiencias, capacidades, formación y trabajo. Así nasce la Vía Campesina, y así se establece en la América Latina, y especialmente en Haití. Esa es la gran diferencia entre las acciones empleadas por la cooperación internacional y la solidaridad proletaria: las intenciones, prácticas y objetivos.

Palabras-clave: Agricultura – Haití. Agricultura – Cooperación Internacional. Haití – Economía Agrícola. Haití – Desarrollo Rural. Vía Campesina.

REZIME

Nan kontèks ekonomik ak politik nap jwenn Ayiti jounen jodiya, èd yo konn ofri là ap liye dirèkman nan pwojè sosiyete yo vle devlope epi espas sa a se an diskisyon li ye. Agrikilti ayisyen an absòbe anpil jefò nan rekiperasyon peyi a, malgre jefò sa yo pa tèlman efikaz pou ankoraje soverente alimantè nan peyi a. Pou nou kapab konpran ki wòl jwe pliziè pwen de vi sou kowoperasyon entenasyonal la epi ki efè yo genyen nan lavi moun yo, nou fè yon revizyon istorik sou sitiasyon ayisyen, ki abòde jann okipasyon ak kolonizasyon te fè nan zile a, refleksyon pou la premye revolisyon viktorye fèt pou travayè esklav yo epi koman kapitalis depandan ayisyen an te devlope. Jan violan li te deplwaye, a dèt, koudetè epi long diktati Duvalier, tout sa yo mete deyò yon gwo mas travayè, ki te konsantre nan mòn yo, oubyen yo te migre, pou garanti mwayen pou yo viv. Agrikilti kap devlope nan mòn yo se depandan lanati li ye, paske teknoloji yo pa disponib pou yo mete kanpe li nan ti pòs tè ayisyen. Mètnan agrikilti sa a bay si fatig, iminans catastwòf la. Pou garanti mwayen pou yo viv, fòm oganizasyon pèp ayisyen yo ak kilti tèt li, Kreyol, Vodou ak Lakou, se zouti enpòtan pou konstwi rezistans ayisyen, depi yo oganize nan yon pèrspektiv liberasyon, pa de opresyon, tankou yo te itilize nan tann ki sot pase yo. Fòk nou rekonèt epi valorize yo. Prezans entenasyonal an Ayiti lap defye, sitou sou wòl li jwe nan rekonstriksyon, wòl yo pwoklame, men yo pajanm reyalize. ONG yo ak Entenasyonal Kominote, kap travay pou diminye prekarizasyon lavi pèp ayisyen, ap apeze opresyon tipik kapital la, fonksyone tankou zouti kominote por neyoliberalism La, epi yo pa sous finansman ak fòmasyon, ki kapab fè enfliyans resistans ayisyen an. Ensemble peyi Sid yo kapab enfliyans peyizaj sa a, depi yap voye kontenjan militè yo pou yo antretyen lòd la, atravè Misyon Nasyonzini yo. Pandan sa a, Mouvmman Sosyal yo ki konpran ke fòk fè pouse solidarite ant pèp yo, yo chèche egzèsis li, yap etabli lyen ant yo epi yap chanje eksperians, kapasite, fòmasyon ak travay. Se konsa Via Campesina te ne, epi se konsa li etabli nan Amerik Latin nan, espesyalman an Ayiti. Se sa yo ki gwo diferans ant aksyon ki emplwaye pou kowoperasyon entenasyonal la ak solidarite ouvriye yo: entansyon, pratik ak objèktif yo.

Mo Kle yo: Agrikilti – Haiti. Agrikilti – Koperasyon Entenasyonal. Haiti – Ekonomi Agrikòl. Haiti – Devlopman Riral. Via Campesina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do Haiti	14
Figura 2 – Divisão Administrativa do Haiti.....	15
Quadro 1 – Classes de dimensão, Número de Explorações e Superfície ocupada no Haiti.....	29
Quadro 2 – Tipos de vegetação e cobertura percentual no território haitiano.....	34
Quadro 3 – MINUSTAH: Orçamentos anuais e Contingentes.....	82
Gráfico 1 – Evolução do Orçamento da MINUSTAH.....	83
Gráfico 2 – Evolução dos Contingentes Policial e Militar do Haiti.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AFD	<i>Agence Française de Développement</i> (Agência Francesa de Desenvolvimento)
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
ALBA-TCP	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CEI	<i>Centro de Estudios Internacionales</i> (Centro de Estudos Internacionais)
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i> (Agência Central de Inteligência estadunidense)
CIDA	<i>Canadian International Development Agency</i> (Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional)
CIRH	Comissão Interina para a Reconstrução do Haiti
CLOC	<i>Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones Del Campo</i> (Coordenação Latino americana de Organizações do Campo)
COMINTERN	Internacional Comunista
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura)
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas
GTZ	<i>Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit</i> (Cooperação Técnica Alemã)
ICF	<i>Interin Cooperation Framework</i> (Quadro Interino de Cooperação)
ICKL	<i>Institute Culturel Karl Lévèque</i> (Instituto Cultural Karl Lévèque)
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

ITECA	<i>Institut Technologique et d'animation</i> (Instituto Tecnológico e de Animação)
LCI	Liga dos Comunistas Internacional
MPP	<i>Mouvman Peyizan Papay</i> (Movimento Camponês de Papay)
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização não-Governamental
PAJ	<i>Programme pour une Alternative de Justice</i> (Programa para uma Alternativa de Justiça)
PAPDA	<i>Plateforme Haïtienne de Plaidoyer pour un Développement Alternatif</i> (Plataforma Haitiana de Defesa para um Desenvolvimento Alternativo)
PNH	<i>Police Nationale d'Haiti</i> (Polícia Nacional do Haiti)
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUCH	Partido Unificado dos Comunistas Haitianos
SAKS	<i>Sosyete Animasyon Kominikasyon Sosyal</i> (Sociedade Animação e Comunicação Social)
TK	<i>Mouvman Tèt Kole Ti Peyizan Ayisyen</i> (Movimento Cabeças Unidas dos Pequenos Camponeses Haitianos)
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	<i>United States Agency for International Development</i> (Agência estadunidense para o desenvolvimento internacional)

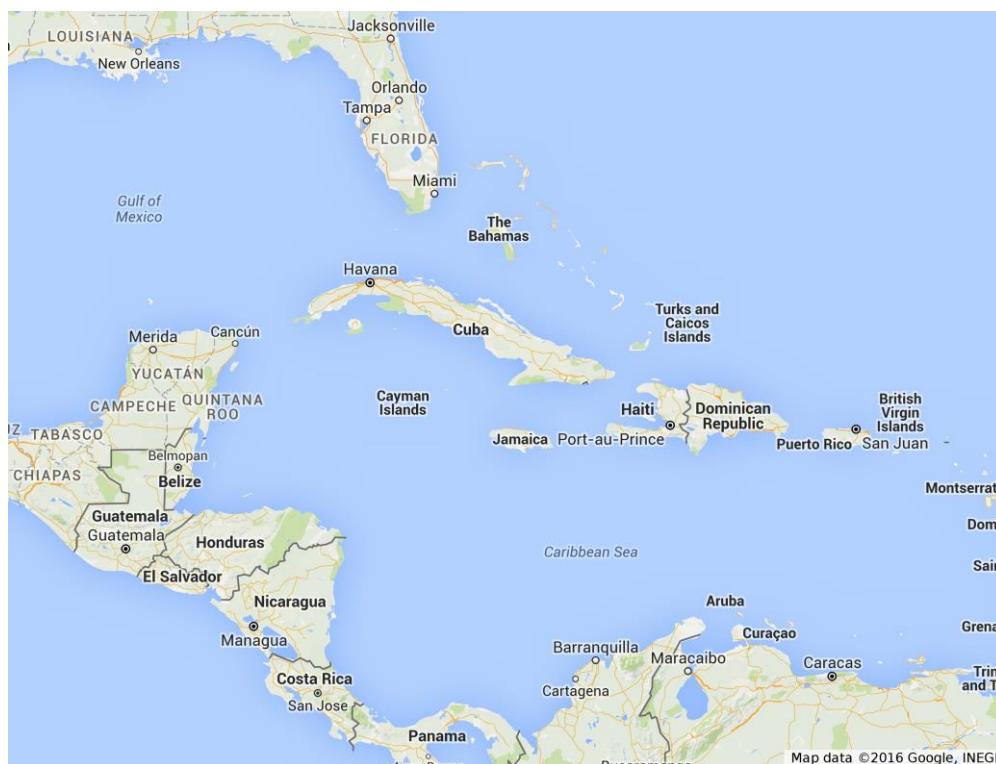
SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 QUESTÃO AGRÁRIA E A ECONOMIA HAITIANA	19
2.1 O desenvolvimento do capitalismo no campo haitiano: causas da miséria e interesses de mercado.....	20
2.2 Questão Ambiental Haitiana: Uso do relevo e dos solos na conservação do território camponês haitiano.....	32
2.3 Choques e desastres na história do Haiti: Oportunidades para implantação do livre mercado.....	38
2.3.1 O arcabouço da Doutrina do Choque.....	39
2.3.2 O capitalismo de desastre no Haiti	45
2.4 Migração e conflitos na fronteira - La Hispaniola: o Haiti na República Dominicana, a República Dominicana no Haiti.....	50
3 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: A SOLIDARIEDADE ENTRE OS POVOS E A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA.	56
3.1 A Cooperação Tradicional e o Desenvolvimento de Comunidades.....	56
3.2 A Cooperação Sul-Sul.....	62
4 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NO HAITI.....	68
4.1 O projeto capitalista neoliberal expresso na atuação de ONGs internacionais.....	68
4.2 A MINUSTAH e o subimperialismo brasileiro.....	75
4.3 A concepção de Cooperação técnica Sul-Sul, empreendida pelo Estado brasileiro....	85
5 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DA VIA CAMPESINA	94
5.1 Experiências de construção dos movimentos sociais do campo.....	94
5.2 Kreyol, Vodou e Lakou: Pilares para a construção da resistência haitiana.....	105
5.3 A Via Campesina no Haiti: 4 Je Kontre e Brigada Dessalines.....	111
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	125

1 INTRODUÇÃO

Haiti é um pequeno país cujo território, de 27 mil e 500 quilômetros quadrados, está situado no terço ocidental da ilha de São Domingo, no arquipélago das Grandes Antilhas, Mar do Caribe, no continente Americano.

Figura 1 – Localização do Haiti



Fonte: Adaptado de Caribe (2016).

Seu território é dividido administrativamente em 10 departamentos, 42 vilas, 145 cidades e 571 seções comunais (distritos), subordinados ao governo central, localizado na capital Porto Príncipe, representado pelo Presidente, eleito, pelo Primeiro Ministro, nomeado pela Assembleia Nacional que é composta pelo Senado e pela Câmara de Deputados.

Figura 2 – Divisão Administrativa do Haiti



Fonte: Adaptado de Kaupp [2016]

A sua história é marcada por golpes sofridos e resistência oferecida, construída por trabalhadores de pé descalço, mãos e mentes calejadas. O trabalho camponês, a partir da diáspora africana que se recusava a ser escravizada e fugia para as montanhas, guarda ainda hoje a história de resistência de seus antepassados. A força dessa resistência foi capaz de enfrentar, e vencer, os maiores exércitos do mundo no período de 1793 a 1804; sofreu duro golpe com o pagamento da dívida com a antiga metrópole; foi novamente oprimida por exércitos estrangeiros em ocupações militares: a estadunidense (de 1915 a 1940), e “humanitárias” da Organização das Nações Unidas (em 1993, 1996, 1997 e 2004). Através de choques causados por ditaduras militares, crises econômicas, crises políticas e catástrofes naturais, o imperialismo manteve controle sobre o território haitiano e o utilizou para seus mais variados interesses. A abertura econômica iniciada nos anos 80 foi especialmente prejudicial aos camponeses que viram suas produções inviabilizadas pela avalanche de produtos importados, mais baratos que os haitianos, que chegou ao mercado e acelerou a crise de alimentos que até hoje se vê no país

A cabeça pensa onde os pés pisam, portanto, o trabalho é escrito desde a vivência da autora na brigada de solidariedade às organizações camponesas haitianas, organizada e

composta pela Via Campesina e Movimentos Sociais da Aliança Bolivariana, Brigada Dessalines, atuando entre 2011 e 2012, na área de reflorestamento e recuperação ambiental e produção diversificada de alimentos. Procuramos evitar a avaliação pessoal, por si só, embasando nosso ponto de vista em autores e atores que nos ajudam a explicar a realidade encontrada a campo, mas não podemos nos escusar de relatar o que foi visto e vivido, quando constatada a necessidade de fazê-lo. O objetivo deste estudo foi compreender como a cooperação internacional pode auxiliar no desenvolvimento de uma nação, ligando-se para isso a um projeto de desenvolvimento específico e principalmente, como a solidariedade entre os povos pode ajudar na luta e resistência de uma nação, buscando a sua emancipação. Para isso busquei construir um entendimento da situação haitiana hoje, de como são delineadas as estratégias da cooperação internacional e como as mesmas se situam na conjuntura haitiana, e finalmente entender qual o papel da cooperação internacional no desenvolvimento de uma agricultura camponesa no país, que seja capaz de pautar novos rumos para a economia e a sociedade haitiana.

A primeira parte do trabalho dedicou-se a estudar as origens da miséria haitiana. Por se tratar de uma colônia, onde foi implantado o modo de produção escravista colonial, é necessária uma análise profunda de como o povo haitiano rompeu as amarras coloniais, mas ainda assim sofreu com o desenvolvimento capitalista no meio rural, expulsando camponeses e empurrando-os para as montanhas, onde praticam uma economia marginal, quase invisível ao mercado, mas essencial à comunidade que atendem. Estudar a questão agrária haitiana também requer uma especial atenção à questão ambiental que a permeia. A destruição ambiental perpetrada no Haiti, durante anos de exploração dos recursos naturais e de guerrilhas, com o atual cenário, em que a venda de carvão oriundo de remanescentes (e não de florestas plantadas) é um dos principais ingressos da agricultura camponesa, levou ao esgotamento de cursos d'água e solos, e está levando ao esgotamento da própria agricultura dependente da natureza, pois esta tornou-se implacável.

Para entender a economia haitiana nos dias atuais, buscamos decifrar os mecanismos com os quais foi implantado o neoliberalismo no mundo, a partir da América Latina. Os choques – políticos, econômicos, naturais – e o estado de exceção permanente foram utilizados em diferentes momentos da história haitiana para garantir a acumulação de capital própria do sistema corporativo, e continuam sendo utilizados. O Haiti serve hoje como laboratório para aprofundamento do capitalismo de desastre, com sua instabilidade política, sua tragédia econômica e inclusive com uma força de segurança transnacional, expressa pela Missão da ONU para Estabilização do Haiti (MINUSTAH). No Haiti, experimenta-se até que

ponto poderá enfraquecer o Estado, globalizando o ônus do desastre e contabilizando os bônus para o grande capital, que mantém os investimentos na superexploração da força de trabalho, agora sem precisar utilizar como intermediária a burguesia dependente haitiana.

Nesse sentido, busquei entender qual papel da imigração, a diáspora haitiana, numa economia que depende em grande parte das remessas que enviam os imigrantes a seus parentes que ficaram no Haiti. Essa é a vocação do Haiti para o capitalismo, fornecer força de trabalho barata, superexplorada, aos centros de acumulação, seja na agricultura e indústria dependente de países como República Dominicana e o Brasil, seja nas plantas montadoras que estão sendo instaladas no país.

A segunda parte do Estudo dedicou-se a entender as diferentes formas de organização da cooperação internacional. Buscamos entender como os mecanismos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) levaram ao aprofundamento de dívidas e da dependência das nações “ajudadas”. No campo, o enfoque no desenvolvimento de comunidades favoreceu a proliferação de Organizações Não Governamentais (ONGs) internacionais, que na sua maioria representam o braço comunitário do neoliberalismo onde o estado enfraquecido se fez ausente, levando a população à miséria e submissão. Com o discurso do desenvolvimento de comunidades, ao processarem as carências e necessidades daquela massa de trabalhadores, as ONGs funcionam como instrumentos para possibilitar a acumulação capitalista ali onde atuam.

Já o que se convencionou chamar de cooperação Sul-Sul, buscou um enfoque de fortalecimento do Estado, para dar conta de assuntos específicos, como acesso da população à saúde, saneamento básico e infraestrutura. Com isto, os países capitalistas dependentes criaram um tipo de cooperação que não exporta capitais, mas tecnologias e políticas aos demais países. Ainda assim, dependem do financiamento externo para conseguirem colocar em prática seus programas, o que, considerando a conjuntura instável em que se encontra a economia capitalista, não se pode garantir nem mesmo em curto prazo.

A terceira parte desse estudo analisa especificamente como estão expressas essas estratégias de cooperação no Haiti. Como atuam as ONGs internacionais, implantando uma Solidariedade de Espetáculo, que gera maior dependência e não se propõe a criar organizações fortes; como é pensada a cooperação Sul-Sul empreendida pelo Brasil envolvendo outros países em projetos que buscam construir, junto ao Estado Haitiano políticas públicas de assistência social, seguindo o exemplo do Programa Fome Zero e a compra direta dos alimentos produzidos pelos agricultores para fornecimento às escolas, e políticas públicas voltadas à questão da saúde da população haitiana.

A quarta e última parte deste trabalho procurou entender as origens do internacionalismo entre os camponeses, e como esse processo culminou no que hoje chamamos Via Campesina, resgatando elementos históricos dessa construção e a forma como se organiza e atua esse que é um instrumento preciso de articulação da classe trabalhadora em tempos de globalização do capitalismo na agricultura. O resgate da cultura camponesa, expresso nos objetivos da Via Campesina, no Haiti, deve necessariamente passar pela valorização do *Lakou*, do *Kreyol* e do *Vodou*, elementos essenciais para a organização da resistência daqueles camponeses. Por fim, descrevo a articulação da Via Campesina no Haiti e a organização e atuação da Brigada Dessalines, como uma forma de fortalecer os movimentos envolvidos e cooperar com a articulação dos movimentos haitianos com o continente e os países vizinhos, além de ser uma prática sincera de solidariedade internacional entre a classe trabalhadora, que se insere na política dos movimentos sociais latino-americanos como contraposição à atuação das tropas militares envolvidas na MINUSTAH. Com toda a dificuldade que essa contradição pode trazer e desconstruindo a visão assistencialista que se criou sobre a cooperação internacional haitiana entre os camponeses a voz dissonante da Via Campesina pode se tornar um modelo, se reconhecida, fortalecida e sistematizada.

2 QUESTÃO AGRÁRIA E A ECONOMIA HAITIANA

*Pou Ayiti onon Zansèt yo
Se pou n sekle se pou n plante
Se nan tè tout fòs nou chita
Se li k ba nou manje
Ann bite tè, ann voye wou
Ak kè kontan, fòk tè a bay.
Sekle, wouze, fanm kou gason
Pou n rive viv ak sèl fòs ponyèt nou.*

Para o Haiti honrar os ancestrais
Devemos roçar, devemos plantar
Na terra está toda nossa força
E ela que nos alimenta
Vamos cavar terras, lançar enxadas
Com felicidade, a terra haverá de gerar.
Roçar, regar, mulheres e homens
Para conseguirmos viver somente com a força de nossos punhos.
(JUSTIN; GEFFRARD, 1804)

Neste capítulo procuramos demonstrar como se organizou ao longo da história a sociedade haitiana, e como o capitalismo se desenvolveu ali desde a época em que era a colônia mais próspera até tornar-se o país mais empobrecido das Américas, que conhecemos nos dias atuais.

O primeiro enfoque dado será ao desenvolvimento do capitalismo no campo, buscando entender como a história haitiana influencia na organização da economia e na estrutura agrária atual, e como essa estrutura é explorada pelo grande capital. Em seguida, analisaremos o atual estado de degradação em que se encontra o ambiente haitiano e como este afeta profundamente diferentes aspectos da vida no campo e na cidade, como a infraestrutura, energia, saúde, produção agrícola e segurança alimentar.

Para entendermos como foi implantado o neoliberalismo que hoje assola a população haitiana, recorreremos à obra de Naomi Klein, sobre a atuação do capitalismo de desastre, em diálogo com elementos sobre o Estado de Exceção permanente de Giorgio Agamben, ambos se contrapondo à concepção de construção de Estados de Francis Fukuyama.

Por fim refletimos sobre o papel que o Haiti opera hoje na Divisão Internacional do Trabalho, de reprodução de trabalhadores superexplorados, a luz dos desdobramentos que a imigração haitiana tem apresentado na relação entre o Haiti e a República Dominicana.

2.1 O desenvolvimento do capitalismo no campo haitiano: causas da miséria e interesses de mercado

O desenvolvimento da agricultura de exportação das colônias nas Américas e nas Antilhas é um processo intrínseco ao desenvolvimento do capitalismo mercantil na Europa e é o maior patrocinador de sua passagem ao capitalismo industrial. O fato de as metrópoles terem utilizado força de trabalho escravizada para a acumulação primitiva, foi o que possibilitou o emprego de força de trabalho livre na Europa, “o escravo estava ajudando a formar-se o operário” (IANNI, 1980).

Gorender (2010) descreve essa forma de organização da economia como o modo de produção escravista colonial, para diferenciá-lo do capitalismo e do escravismo, e suas principais categorias são a plantagem e a escravidão. Segundo esse autor os traços característicos da exploração do tipo plantagem são a produção especializada de gêneros que abastecerão o mercado mundial, através da monocultura; o trabalho por equipes sob um comando unificado, o que necessita de uma grande quantidade de mão de obra disponível e com pouca ou nenhuma iniciativa autônoma do produtor direto; a conjugação de cultivo agrícola e beneficiamento em um mesmo estabelecimento; e a divisão quantitativa e qualitativa do trabalho.

Uma característica interessante para analisar a plantagem da cana-de-açúcar no Haiti é o cultivo agrícola conjugado ao beneficiamento. O Engenho era uma unidade autônoma. Nas Antilhas, não havia grande quantidade de terras férteis que pudessem ser exploradas permanentemente com a monocultura (GORENDER, 2010), por isso se adotavam técnicas mais avançadas para a produção em larga escala como a prática do pousio, deixando partes da lavoura para o descanso em 1 ou 2 anos, a adubação e irrigação das plantações, bem como a utilização do bagaço de cana como combustível e de fornalhas mais eficientes energeticamente, em virtude da baixa disponibilidade de lenha. Essas práticas imprimiram competitividade ao açúcar antilhano, que logo suplantou o açúcar brasileiro e fez com que nos idos de 1790 a ilha de *Saint Domingue* fosse chamada de “Pérola das Antilhas” sendo responsável pela geração de 2/3 de toda a riqueza da França (JAMES, 2000).

O sistema camponês, produtor de alimentos, estava articulado ao sistema da *plantation* (CARDOSO, 1982), e no caso das Antilhas era suprido por parcelas que eram destinadas pelos senhores aos trabalhadores escravizados para que tirassem dali o seu próprio sustento. Aumentava-se a exploração dos trabalhadores, que tinham de produzir o alimento nas horas em que não estivessem nas lavouras de exportação. Aumentavam-se os ganhos dos senhores

que não mais se preocupavam com a reprodução da força de trabalho, apenas com a sua reposição.

A manutenção das relações de produção e do processo de acumulação se dava através do tráfico negreiro que provia a força de trabalho necessária e os mecanismos de coerção da mesma ao trabalho forçado, o aparato de violência senhorial.

Marini (2000) fala de um capitalismo *sui generis* na América Latina, uma vez que a economia colonial marcou profundamente o desenvolvimento dessas nações. As colônias possibilitaram um aumento do fluxo de mercadorias e uma expansão dos meios de pagamento, favorecendo assim o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa. A colonização nas Antilhas, apresenta um diferencial, pois foi realizada não pelos Estados, mas pelas companhias mercantis, organizações privadas contratadas pelo Estado e por grandes senhores, com posses, que se encarregavam de todo o planejamento e execução das ações de colonização e de manutenção da relação colônia-metrópole.

As riquezas acumuladas através dessa relação possibilitaram o desenvolvimento da classe burguesa, responsável pela realização, através do comércio, das mercadorias da e na colônia, o que levou em 1789 a que essa classe se organizasse e reivindicasse maior poder de decisão e participação, no evento que entrou para a história como a Revolução Francesa (JAMES, 2000).

Apenas dois anos depois, em 14 de agosto de 1791, ainda sob o espectro da Revolução Burguesa e sofrendo seus desdobramentos políticos, com disputas acirradas no parlamento entre conservadores (girondinos) e liberais (jacobinos), a França vê os trabalhadores escravizados de sua colônia mais próspera levantarem-se, sob a liderança de Boukman, um *nèg mawon* (quilombola) e *bokò* (sacerdote *Vodou*) analfabeto cujo lema era “*koupe tèt, boule kay*” (cortar cabeças, queimar casas), para exigir o fim da escravidão. Em 1793, após o assassinato de Boukman, Toussaint L’Ouverture, um liberto que aprendera a ler em seu ofício de atendente em um hotel de Cabo Haitiano, assumiu o comando, exigindo igualdade com os generais franceses, liberdade para os trabalhadores e fraternidade na colônia. Esses trabalhadores não tinham nada a perder e a liberdade a conquistar, e lutaram por ela com uma estratégia militar que envolvia alianças com os espanhóis e ingleses para derrotar os franceses, com ingleses para derrotar os espanhóis, e que levou, em períodos diferentes, à derrota desses que eram os três exércitos mais poderosos à época (JAMES, 2000).

Toussaint L’Ouverture foi o homem que liderou as massas em busca do fim da escravidão. Em 1801, após expulsão dos espanhóis da ilha, e o estabelecimento da sua liderança sob o olhar atento de Napoleão Bonaparte, promulga-se uma Constituição que

assegurava a exploração da propriedade privada pelos colonos franceses e faz um chamamento:

Filhos de Saint Domingue, voltem às suas casas. Não era meu projeto expropriar-vos. Só a liberdade era a reivindicação dos negros, aquela liberdade a eles outorgada por Deus. Filhos de Saint Domingue, as portas da sua casa estão bem abertas, a sua terra pronta para acolher-vos. (TOUILLOT, 1977 *apud* LOUIS-JUSTE, 2007).

Com a liberdade ameaçada pela instabilidade política na metrópole, Toussaint é coagido a deixar o Haiti, em 1802, e é levado para morrer de fome e frio numa prisão na França (JAMES, 2000).

Jean Jacques Dessalines, e seu assistente, o mulato¹ Alexander Pétion, assume então o desafio de liderar a guerra contra os colonos brancos, identificados, sob sua liderança, como inimigos que deveriam ser eliminados do território haitiano. Aí a guerra se torna mais violenta e o exército tem uma vantagem à sua frente, que são as epidemias tropicais que atingem o exército de Napoleão, comandado por seu cunhado Leclerc, diminuindo seu efetivo, que com as sucessivas derrotas, deixa de ser renovado. Em 1803, os últimos resquícios do exército francês são finalmente extirpados do território haitiano, e em 1º de janeiro de 1804 é declarada a independência do país (JAMES, 2000).

Com o fim da Guerra de Independência, Dessalines proclama-se imperador e inicia uma série de medidas para construir uma nova nação, que abrigasse os maiores desejos dos combatentes, incorporando ao patrimônio do Estado as terras confiscadas e não reclamadas pelos franceses, propondo distribuí-las para que fossem logo cultivadas. Nesse ínterim o campesinato, os chamados soldados-cultivadores, se reconstrói como força de trabalho livre. Os trabalhadores escravizados eram liberados das fazendas e buscavam ocupar um território livre, reorientando-o para a satisfação de suas necessidades primárias (LOUIS-JUSTE, 2007).

As medidas propostas por Dessalines, que beneficiavam grande parte dos trabalhadores libertos, não foram aceitas pelos demais generais do Exército revolucionário, liderados por Alexander Pétion, no Sul, e Henry Christophe, no Norte, que trataram de assassiná-lo, em 1806, para evitar que seus planos fossem postos em prática.

Liderando o Norte Henry Christophe, dedica-se a proteger o território contra os possíveis ataques vindos da Europa, construindo fortes e treinando um exército, além de explorar a força de trabalho liberada na construção de estradas e infraestruturas, e tentar

1 Aqui faz-se necessário um esclarecimento em relação à divisão da sociedade haitiana no período colonial entre brancos/colonizadores, negros/trabalhadores escravizados e mulatos/trabalhadores assalariados. Os mulatos tinham uma maior condição de desenvolverem ofícios e serviços que lhes proporcionavam uma certa independência financeira, coisa que os negros dificilmente alcançavam (JAMES, 2000).

recuperar as plantações de cana-de-açúcar nas suas planícies (JAMES, 2000).

No Sul, entre 1807 e 1817, o presidente Alexander Pétion distribuiu entre 150 e 170 mil hectares a cerca de 10 mil beneficiários, integrantes do Exército Revolucionário (MORAL, 1961 *apud* SMUCKER et al., 2002), que ficaram então conhecidos como *grandon*, termo em *kreyòl*, que atualmente pode ser traduzido como latifundiário.

No caso das distribuições feitas por Pétion, a ideia era retornar à produção de mercadorias de exportação, que interessavam à acumulação do Estado. Muitos camponeses eram coagidos a trabalhar em sistema de corveia cedendo alguns dias de trabalho ao Estado. Aí surgia a primeira divisão entre campesinato titulado e não titulado.

No departamento de Grandans, Goman, Malfèt e Malfou mantiveram-se fiéis à proposta de Dessalines, liderando por 13 anos (1807-1820) a resistência ao exército de Pétion. Dividiram as terras entre soldados-cultivadores, para que as utilizassem em benefício da produção de bens de primeira necessidade que seriam repartidos entre os habitantes desse território. Essa experiência foi derrotada com uma ofensiva reforçada, enviada pelo sucessor de Pétion, Boyer, que tinha intenção de exterminar o movimento territorial que ali se formara, para que não avançasse (LOUIS-JUSTE, 2007; SEGUY, 2014).

Boyer foi o responsável pela reunificação do país em 1820, após a morte de Pétion, em 1818, e de Henry Christophe em 1820. Numa conjuntura que envolvia a repressão aos movimentos que se formavam no campo contra a exploração impetrada pelos *grandons*, o movimento de unificação das forças políticas que se beneficiavam da grande plantação, e a primeira crise estrutural do capitalismo internacional, marcada pelo aumento da procura por bens de consumo e dificuldades de produção, donde se busca o aumento da produtividade do trabalho através do uso intensivo de máquinas, Boyer assume, em 1825, mesmo com os cofres vazios, uma “dívida de independência” com a França, como forma de indenização aos colonizadores que tiveram enormes perdas com o fim do pacto colonial. Não havia, então, nenhum tipo de ameaça bélica ao Haiti, o que leva Louis-Juste (2007) a afirmar que a dívida foi contraída em um pacto entre as duas classes dominantes (os *grandons* haitianos e a burguesia francesa) para aumentar a exploração do trabalho no Haiti. Ele complementa explicitando os motivos para que a França se interessasse no pagamento imediato dessa dívida:

Se para o Haiti essa dívida é uma ‘castração da economia nacional’, conforme o historiador Benoit JOACHIM, à França ela forneceu recursos financeiros oportunos para investir na modernização tecnológica da economia ainda atrasada em relação à sua principal competidora, a da Inglaterra. (LOUIS-JUSTE, 2007, p. 77).

Boyer privilegiou a grandonarquia que se fortalecia nessa época, que ocupava as terras

mais planas e férteis, para que voltassem a produzir cana-de-açúcar, tabaco, algodão e anil, garantindo a segurança da propriedade privada através da formação de uma polícia rural para combater os conflitos e submeter os camponeses a trabalhos forçados em obras de infraestrutura.

A grandonarquia passa então a explorar a força de trabalho camponesa, que deixa de produzir somente para seu sustento, e passa a gerar renda também para o “proprietário”. Mesmo após a morte de Boyer em 1843, o Estado abre mão de suas terras, consideradas as mais férteis e produtivas, em favor da grandonarquia (SUCHS; ROUSSEAU, 2010). As leis promulgadas após 1825 visavam o fortalecimento, estabilidade e manutenção da grandonarquia haitiana e o favorecimento de interesses estrangeiros no território haitiano. Podemos citar, com base em Louis-Juste (2007) a lei de 1862, que liberava a concessão de terras a estrangeiros para fins de exploração florestal madeireira e a Lei Agrária de 1883, que condicionava a distribuição de terras do Estado à produção de bens de exportação, mantendo os camponeses produtores de alimentos à margem da lei.

Os processos de independência das colônias americanas tiveram como consequência a articulação direta das economias dos novos países com a recente revolução industrial inglesa, sem as metrópoles como intermediários. Por volta de 1860, começou a se moldar a Divisão Internacional do Trabalho conforme a conhecemos hoje, na qual “relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2000, p. 109). Os produtos vindos da colônia, permitiram às nações que estavam se industrializando que se especializassem na modernização das economias, através da produção de bens manufaturados, enquanto garantiram a sua subsistência, fornecendo matérias-primas e alimentação (produtos não-manufaturados, cuja produção não é especializada).

Em 1915, sob a Doutrina Monroe, que reivindicava “A América para os americanos”, o território haitiano foi ocupado pelas Forças Armadas dos Estados Unidos. Essa ação, derivada da política do Big Stick, como ficou conhecida a ação ostensiva dos EUA nessa época, foi motivada pela instabilidade política que tomava conta do Haiti desde a sua independência. Ela possibilitou a expansão das plantações, agora com vistas à produção de frutas, especialmente a banana (Standard Fruits), fibra de sisal (Haitian American Development Company) e cana-de-açúcar (Haitian American Sugar Company). Segundo Louis-Juste (2007), nesse período as empresas estadunidenses passam a controlar 3.250 km² de um espaço agrícola que totaliza 17.687 km². As expulsões de camponeses desses territórios foram frequentemente violentas, o que de certa forma freava o desenvolvimento capitalista haitiano, propriamente dito, pois

eliminava ou amedrontava a força-de-trabalho.

O campesinato também demonstrou resistência a esse avanço sobre seus territórios, e organizou no Norte e Plato Central a guerrilha dos *Kakos*. Liderados por Charlemagne Pèralte, os camponeses lutavam para permanecerem em seus territórios, contra a exploração praticada nas fazendas de exportação e contra a ocupação estadunidense. Foram massacrados pelos marines, mas seu exemplo de resistência ficou marcado na memória haitiana (SEGUY, 2014).

A ocupação foi arquitetada também no plano econômico. Segundo Seguy (2014), todas as reservas em ouro do Banco Nacional do Haiti foram saqueadas pelo marines e encaminhadas a Washington. Além disso, a maior parte da dívida ainda estava sendo paga à França e até o fim da ocupação, em 1934, seu pagamento já havia sido totalmente revertido aos Estados Unidos.

O fim da ocupação militar norte-americana não representou o fim da subordinação dos camponeses ao aparelho repressivo e ao confisco de suas terras. Entre 1934 e 1956, o país foi governado pelos mestiços proprietários, *grandons*, que tinham interesse na perpetuação e desenvolvimento das plantações estadunidenses.

Em 1956, François Duvalier, o *Papa Doc*, chega ao poder e instaura um regime de violência, com a economia voltada à exportação e ao turismo, e o desejo de extermínio da população marginalizada no país. A milícia particular dos Duvalier, os *Tonton Makout* tratava de aterrorizar os camponeses para que se submetessem ao sistema grandonárquico, que também mantinha sua própria polícia.

A oposição ao regime duvalierista foi duramente reprimida, massacrada e aos que sobreviveram só restou o exílio. O último suspiro de resistência veio do Partido Unificado dos Comunistas Haitianos (PUCH), que armou seus militantes para lutar contra o governo e foi exterminado, em 1969, por esse. As Universidades, onde se fazia a formação e recrutamento de novos militantes foram bloqueadas e neutralizadas (LOUIS-JUSTE, 2007). Assim François passou a “presidência vitalícia” a seu filho, Jean Claude Duvalier (*Baby Doc*), em 1971.

Mesmo com a morte de François nos meses seguintes, nenhum tipo de resistência foi impulsionado. Estava instalada a “paz duvalieriana de cemitério” (LOUIS-JUSTE, 2007), que possibilitou acordos com o Banco Mundial² e o Fundo Monetário Internacional³, em 1979,

² O Banco Mundial é uma instituição criada em 1945, baseada em Washington, que oferece financiamentos e empréstimos, em troca da adoção de ajustes estruturais, a países de todo o mundo (KLEIN, 2008). A obra de Sauer e Pereira (2006) é interessante para entender a atuação do Banco Mundial da definição de programas e políticas em países dependentes e endividados.

que visavam a diminuição dos gastos públicos e o aumento da parcela do serviço da dívida, em detrimento dos já precários serviços oferecidos ao povo haitiano.

No meio rural, as políticas neoliberais, implantadas a partir dos anos 80, foram determinantes para a atual degradação do modo de vida camponês. As melhores terras que ainda estavam disponíveis, foram entregues nas mãos de estrangeiros ou diásporas, como são chamados os haitianos que migraram para os Estados Unidos, Canadá e França, que por meio de capitalização ou por prestígio político, receberam terras para depois arrendá-las aos camponeses, vindos das montanhas. A produção para exportação foi então mais uma vez priorizada nas planícies, em detrimento da produção camponesa de alimentos, que se manteve nas montanhas, em terras próprias não-tituladas ou em terras arrendadas de *grandons* (SMUCKER et al., 2000).

Até mesmo nos redutos montanhosos dos camponeses sofreram-se as consequências desastrosas das tentativas de desenvolver o capitalismo na agricultura haitiana. Havia no Haiti uma raça de porcos melhorada com cruzamentos feitos pelos próprios camponeses, que se adaptara muito bem ao clima e às possibilidades da suinocultura camponesa, garantindo uma boa fonte proteica durante os períodos de maior escassez. Com o surgimento da peste suína e a suposta exposição, em 1978, dos porcos da República Dominicana à mesma, as normas de vigilância sanitária exigiram o sacrifício de todos os suínos da ilha (LOUIS-JUSTE, 2007). A raça crioula (*kochon kreyòl*) se perdeu e os camponeses foram obrigados a criar porcos que, não adaptados àquele ambiente, demandavam muito mais trabalho, comida e medicamentos importados, logo se tornaram dependentes, os que tinham recursos para tal, ou simplesmente abandonaram a suinocultura perdendo parte de seu ingresso diário de calorias e de sua renda.

Nas planícies inundáveis, o alvo foi o arroz crioulo. Nos anos 80, os produtores de arroz haitiano supriam toda a demanda nacional. Com os adventos da Revolução Verde, que se tornaria a expressão agrônômica do capitalismo financeiro, com suas colheitas programadas, uso intensivo de insumos e máquinas a fim de garantir o lucro pretendido e diminuir a dependência de força de trabalho, os Estados Unidos passaram a produzir mais arroz e mais barato, subsidiado e com problemas ambientais externalizados, e viram no Haiti um mercado muito propício para expansão, com baixo custo de transporte e alta demanda por alimentos baratos (POTTER, 2013). O mercado haitiano foi abarrotado com o *diri pepè* (arroz estrangeiro e com menor valor nutritivo), e o produto haitiano, *natif natal*, deixou de ser

³ O Fundo Monetário Internacional, criado assim como o Banco Mundial, no período pós Segunda Guerra, tem como objetivo promover a estabilidade macroeconômica dos países, através de concessões de empréstimos e financiamentos a membros com dificuldades financeiras.

comprado e de ser produzido, devido aos altos custos e a concorrência que inviabilizaram a produção. Após 20 anos, em 1996, o Haiti importava 196.000 toneladas de arroz ao custo de US\$ 100 milhões anuais (ARISTIDE, 2000), tornando-se o 3º maior importador de arroz americano.

Essas medidas contribuíram para expulsar os camponeses que representavam a maior força social e organizavam a resistência ao duvalierismo, para as periferias das cidades maiores como Porto Príncipe, Cabo Haitiano e Gonaïves, e submeter a agricultura a uma dependência de insumos, geralmente fornecidos por empresas estadunidenses.

Não se pode dizer que não houve resistência a essa ofensiva. Os mais significativos movimentos camponeses do país, como o *Tèt Kole Ti Peyizan Ayisyen* (Cabeças juntas dos Pequenos Camponeses Haitianos) e o *Mouvman Peyizan Papay* (Movimento Camponês de Papay) foram gestados durante os anos 80, sofrendo todo tipo de baixas, com militantes mortos pelos *Tonton Makout*, pela polícia, massacres arquitetados por fazendeiros estrangeiros, ou ainda sendo cooptados a deixar o país e fugir da violência.

O caso mais emblemático e lembrado pelos trabalhadores é o do Massacre de Jean Rabel, ocorrido na madrugada de 23 de julho de 1987, contra o agrupamento de pequenos agricultores que reivindicava seu direito à terra e a produzir, e se organizava em várias localidades do departamento Noroeste do país (LOUIS-JUSTE, 2007). Estima-se que cerca de 140 trabalhadores foram assassinados nesse episódio, que foi um dos fatores decisivos para o começo das mobilizações populares que retiraram Jean Claude Duvalier do poder, em 1986.

A partir, desse ano a instabilidade política e institucional que foi gerada no Haiti, e que será detalhada adiante não permitiu que se operassem mudanças nas relações de propriedade e posse nas terras haitianas.

O Sul, ou seja, os países periféricos no sistema-mundo, abriga a maior parte da população agrária do mundo. Segundo estudo do Banco Mundial – BIRD (2007 *apud* BERNSTEIN, 2011), 1,3 bilhão de pessoas são empregadas na agricultura e 97% delas estão nos países periféricos

Esses camponeses não são lavradores em tempo integral, porque faltam terra, insumos e tecnologias para plantarem por conta própria, garantindo a reprodução da força de trabalho familiar, por isso acabam praticando uma agricultura “marginal”, definida por Hazell et al. (2007 *apud* BERNSTEIN, 2011) como aquela que não pode “oferecer trabalho ou renda suficientes para ser o principal meio de vida da família”.

O camponês submetido à transformação dos produtos de seu trabalho em mercadorias sofre o que Bernstein (2011) chama de “mercantilização da subsistência” que é um processo

central para a exploração capitalista da força de trabalho camponesa. Os grandes proprietários conseguiram capitalizar a sua produção, transformando-a em um negócio, controlando os insumos para obter as melhores safras. O meeiro arrenda terras e aluga insumos para garantir a produção e também está frequentemente vendendo sua força de trabalho no mercado.

A produção agrícola mundial baseada nas relações de mercado é desigual e injusta: 62% das exportações agrícolas no mundo vêm de países que abarcam 15% da população e 4% da força de trabalho agrícola mundial (WEISS, 2007 *apud* BERNSTEIN, 2011, p.19).

Incrementos na produtividade agrícola, geralmente, são resultado de incrementos na aplicação de energia em determinada atividade. Quando se incrementa a energia por outras formas que não o trabalho humano, isso permite ao agricultor aumentar a proporção de hectares cultivados por cada trabalhador. Outro fator que influencia na produtividade é a qualidade das terras disponíveis e sua resposta à aplicação de insumos como adubação, melhoramento e seleção de sementes e irrigação. Em suma a produtividade das culturas está intrinsecamente ligada à reprodução da força de trabalho, pois em se aumentando a produtividade pode-se aumentar o número de pessoas abastecidas com aqueles alimentos, sem aumentar o número de agricultores (e em não raros casos diminuindo-o).

Segundo Bernstein (2011), a reprodução camponesa se dá em três diferentes níveis: reprodução dos meios de produção; reprodução dos produtores; reprodução das relações sociais. Para garanti-la são necessários fundos de consumo, para satisfação das necessidades básicas, fundos de substituição (manutenção dos meios de produção), fundos cerimoniais para atividades culturais e fundos de arrendamentos (que sustentará uma classe de não produtores). Embora o excedente camponês deva levar em conta todas essas variáveis, para o caso do Haiti, nenhuma delas pode ser alcançada sem dificultar a outra.

Segundo Smucker et al. (2002), a posse de terra no Haiti é caracterizada pela predominância em número e peso de pequenos camponeses sobre os latifundiários, tendo a propriedade privada individual como regra. Muitos camponeses são proprietários e ao mesmo tempo tem a posse da terra. As propriedades podem ser compostas por várias pequenas parcelas não contíguas. O cadastro das terras no cartório não condiz com a realidade, pois a maioria das transações não passa por procedimentos formais de compra e venda. As posses são construídas ao longo da vida, com compras e trocas de pequenas parcelas para que a terra seja distribuída igualmente entre os herdeiros (SMUCKER et al., 2002).

A população rural haitiana, que segundo a CIA (2013) representa 48% do total, está localizada nas montanhas, em unidades produtivas desmembradas em várias parcelas. A População Economicamente Ativa empregada na agricultura é uma parcela de 38% do total. O

tamanho médio das propriedades não ultrapassa 1 hectare, como podemos constatar no Quadro 1.

Quadro 1 – Classes de dimensão, Número de Explorações e Superfície ocupada no Haiti

Classes de dimensão (carreaux ⁴)	Número de Explorações	% do total	Superfície total em carreaux	% da superfície total
0,01 – 0,5	293.725	47,6	94.020	14,0
0,51 - 1,00	144.270	23,4	123.855	18,5
1,01 – 2,00	110.260	17,9	175.030	26,1
2,01 – 4,00	49.370	8,0	143.390	21,5
4,01 – 10,00	16.910	2,7	99.120	14,9
Maior que 10,00	2.175	0,4	33.980	5,0
Total	616.710		669.395	

Fonte: Adaptado de Banet (1999).

Segundo Smucker et al. (2002) os lotes comprados mediam em média 0,53 ha, bem maiores que os lotes herdados, divididos e indivisos, e os trabalhados por meeiros; é perceptível a desvantagem que levaram os camponeses no mercado de terras haitiano.

Um estudo conjunto entre a Food and Agriculture Organization (FAO) e o Institut National de la Réforme Agraire (INARA) (1997 *apud* SMUCKER et al., 2002) estimou que 95% das vendas de terras no Haiti evitam as formalidades prescritas pela lei haitiana. Esse estudo concluiu que o sistema judicial haitiano é incapaz de garantir a segurança na posse da terra mesmo para aqueles capazes de tirar total vantagem dela. Além disso, o sistema gera conflitos e insegurança. Por isso as reformas de base e um sistema de justiça viável são condições essenciais para a segurança da posse da terra.

Ainda segundo o autor, aproximadamente 60% das parcelas são compradas ou herdadas, logo não é a posse formal da terra o maior gargalo para a adoção de técnicas de longo prazo para a produção agrícola, como plantação de árvores ou enxertia, o problema é o baixo alcance que encontram as pesquisas agrícolas e a extensão rural, além da falta de financiamento a esse tipo de atividade.

4 O *carreaux* é a unidade de medida de área mais utilizada no Haiti e equivale a 1,29ha.

No que envolve a agricultura, o Estado haitiano representa um verdadeiro predador, degradando a vida camponesa e favorecendo as elites parasitárias. Ainda que em termos de posse da terra predomine a pequena exploração com força de trabalho familiar, do ponto de vista jurídico, há predominância de grandes propriedades, como são consideradas no Haiti aquelas maiores que 10ha, pois é a grandonarquia que as controla à distância. Logo podemos concluir que há ainda no Haiti uma grande variedade de formas de obtenção da renda da terra, como a meação, os arrendamentos e até mesmo a corveia, em que os camponeses reservam alguns dias do mês para trabalhar para melhorar a infraestrutura produtiva das terras controladas pelos *grandons*.

A concentração de terras para o proveito do manejo dos proprietários de terra é, portanto, efetivada e mantida ao longo do curso da nossa história sobre a velha base feudal ou semifeudal. Ela não foi acompanhada por nenhuma mudança radical para o modo de produção em vigor na agricultura, nem nas relações sociais de produção no regime agrário. Como consequência, em nossa estrutura social no campo, as contradições de classes antagônicas são integralmente conservadas... O monopólio da grande propriedade e fragmentação da pequena exploração camponesa sofre a penúria da terra: essa é a base econômica das relações agrárias no Haiti. (BRISSON, 1968 *apud* LUNDAHL, 1980).

Um estudo da United States Agency for International Development⁵ (USAID) considerou a existência e uso de 5 tipos de obtenção de terras haitianas (UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT *apud* SMUCKER et al., 2002): por meio de aquisição (compra e trocas diretas), herança (com ou sem divisão), arrendamento (o posseiro deve pagar ao proprietário uma quantia estabelecida em dinheiro) e meação (o posseiro deve entregar uma parte da sua produção ao proprietário, em dinheiro ou em produto). Aproximadamente 10% de todos os lotes são acessados através de arrendamentos e 10% através de meação.

No caso haitiano, pode-se dizer que o camponês ainda não se transformou em assalariado rural. A maioria se encontra ainda atrelado a um latifundiário, frequentemente ausente, que não tem na agricultura a sua maior fonte de ingressos, mas que cobra do agricultor uma renda em produto, dinheiro ou trabalho.

No alto das montanhas, também ocorre um processo de reconcentração de parcelas ao longo do tempo, através de negociações entre parentes e vizinhos. Segundo Lundahl (1980), essas parcelas constituem a propriedade dos “*gran nèg món*” os latifundiários da montanha, que não tem as terras tituladas. Eles são intermediários entre os camponeses explorados por

⁵ A USAID é a Agência Estadunidense para o Desenvolvimento Internacional, que atua em países e regiões em crise, de acordo com a política externa dos Estados Unidos. (KLEIN, 2008)

eles e o Estado. A sua posição é mais frágil que os proprietários das planícies, pois seus filhos correm maior risco de terem dividida a propriedade em função da herança, já que a planície oferece mais oportunidades de diversificação das atividades, com a proximidade dos centros urbanos e as terras não são necessariamente divididas entre todos os herdeiros, pois muitos deles são profissionais liberais ou recebem salário (LUNDAHL, 1980). Nas montanhas o único trabalho disponível é na roça, logo a terra é repartida como herança para que todos possam ter sua fonte de sobrevivência, o que gera uma maior divisão dos lotes e diminuição da capacidade de reprodução das famílias.

Se por um lado a alta densidade populacional no campo, o crescimento constante das famílias, que geram uma intensa parcelarização dos lotes dificultam a vida do camponês, a saída encontrada pelos jovens, na migração, libera força de trabalho e permite sua integração em outros setores da economia (principalmente serviços). Os destinos mais comuns entre esses jovens são as periferias de grandes cidades como Porto Príncipe e Cabo Haitiano ou países como a República Dominicana, Estados Unidos e recentemente Brasil.

A parcela do PIB haitiano referente a produtos agrícolas corresponde a 24,7% do total (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2013). Apesar do grande volume de recursos gerados para o Estado haitiano, que chega a 70%, de acordo com Suchs e Rousseau (2010), apenas 4% do orçamento nacional é destinado a atividades rurais.

Isso nos leva a crer que o grave quadro de miséria em que se encontra a população tem estreita ligação com falta de políticas públicas de valorização do papel do campesinato na produção de alimentos, negando a essa categoria inclusive o acesso e permanência na terra. Segundo Suchs e Rousseau (2010), a produção local foi responsável por 43% da disponibilidade alimentar haitiana, também garantida através de importações (52%) e ajuda humanitária (5%). As políticas de ajuste estrutural, praticadas a partir da década de 1980, abarrotaram o país com produtos alimentícios subsidiados e mais baratos que os produzidos pelos camponeses locais. O Haiti se tornou então o país de economia mais aberta da América Latina e Caribe, e por isso o mais pobre também.

É comum ouvir os camponeses haitianos referindo-se a si mesmos como *nèg mòn*, “caras” da montanha. Essa identidade está ligada ao passado revolucionário haitiano e suas consequências, que levaram ao desenvolvimento do campesinato haitiano nas montanhas, onde não havia interesse direto da grandonarquia em influenciar o tipo de produção e reprodução praticado.

Hoje, os *nèg mòn* dependem ainda em grande medida dos ciclos naturais para manter sua produção. Nas montanhas onde se estabeleceram canais para fornecimento de água ainda

se pode plantar, mesmo que com certa penosidade, com irrigação manual. Na maior parte das seções comunais o grande entrave para a produção é o acesso à água, pois os solos têm boa fertilidade, ainda que se possa melhorar a estrutura através do incremento na matéria orgânica, como sugere Primavesi (2002), pois são solos muito argilosos ou muito rasos e seixosos. Com o parcelamento das terras, utilizam-se inclusive as montanhas mais íngremes para plantação, construindo terraços com os seixos encontrados na aração do terreno, como uma forma de controlar a perda de solo.

Após o terremoto de 2010, mais preocupações ocuparam as discussões entre as organizações camponesas. A ajuda humanitária desenhada pela FAO não levou em conta a produção nacional, e buscou alimentos em outros países. Esses alimentos doados, ainda que sirvam para amenizar imediatamente a situação, influenciam nos preços pagos aos agricultores, que podem não suportar o choque e falir (POTTER, 2013). Por outro lado, muitos dos parentes que se encontravam nos locais atingidos pelo terremoto voltaram a seus locais de origem nas montanhas, agravando ainda mais o quadro de inchaço que sofre o campo haitiano. Com fome os camponeses acabam com seus estoques de alimentos e até mesmo aqueles que eram deixados para sementes são consumidos, conforme pudemos verificar no trabalho com as comunidades no Haiti, que exigia esforços para recuperar a capacidade de armazenamento e os estoques de sementes camponesas.

2.2 Questão Ambiental Haitiana: Uso do relevo e dos solos na conservação do território camponês haitiano

As florestas latifoliadas cobriam 99% do território haitiano, em 1492, à chegada de Cristóvão Colombo na baía de Môle Saint-Nicolas (RIMMER et al., 2010). Desde o início da ocupação europeia, o território haitiano vem sendo saqueado de diversas maneiras, mas sempre em detrimento da sua biodiversidade e da riqueza de suas paisagens.

O suprimento da necessidade de madeira para os barcos e domicílios europeus foi responsável pela retirada massiva de madeiras nobres como o Mogno (*Swietenia mahagoni*), Jatobá (*Hymenaea courbaril*), Campeche (*Haematoxylon campechianum*), Cedro-rosa (*Cedrela odorata*), além das espécies de coníferas nativas como o *Pinus occidentalis*. Pela observação e estudo feito, em função do trabalho desenvolvido por mim entre 2011 e 2012 de recuperação ambiental em algumas comunidades haitianas, foi possível constatar que dessas espécies, encontram-se exemplares de mogno, campeche e pinus, principalmente nas montanhas que ainda não foram ocupadas, no departamento de Grandans. Devido à sua

localização geográfica e difícil acesso, e também ao seu passado de resistência durante a consolidação da nova nação, ali ainda se encontram áreas preservadas e inclusive algumas florestas primárias, onde há uma maior variedade de espécies, que permanecem como testemunhas do passado florestal haitiano.

Interessante notar que uma espécie foi poupada especialmente pelo seu valor simbólico e místico, a Sumauma (*Ceiba petandra*), a árvore sagrada do *Voudou* (BELLEGARD-SMITH e MICHEL, 2011). Os brancos não a cortavam por medo dos espíritos maus e encantamentos que nelas existiam, e os voodooístas as veneravam por serem representantes do orixá Guiné, na Terra. A guerra de independência, se inicia em 1791, após uma reunião que ficou conhecida como *Bwa Kayiman*, pois se realizou sob a sombra de um exemplar desta espécie. Ali se decidiu por fim à escravidão e expulsar os colonos franceses (LOUIS-JUSTE, 2007).

As táticas de guerrilha dos trabalhadores utilizavam a natureza a seu favor, contando com a época das chuvas que traziam os mosquitos contaminados com febre amarela e malária; contaminando rios com cadáveres envenenados e queimando as plantações por onde passavam. Com a reprodução comprometida, mesmo o poderoso exército de Napoleão Bonaparte, comandado por seu cunhado Leclerc não pôde derrotar os trabalhadores escravizados de *Saint Domingue* (JAMES, 2000).

A Revolução haitiana sai vitoriosa em 1804, e a fundação da primeira nação de trabalhadores escravizados libertos do mundo se dá em um território arrasado, que já não apresentava as condições originais de suas matas, seus rios e seus solos, devido à exploração colonial.

Para o pagamento da “dívida de independência”, além da exploração das terras agricultáveis para produção de bens de exportação, nova onda de extração de madeiras nobres foi lançada, o que agravou a situação das florestas do país. Segundo Seguy (2014) “O pagamento desta dívida – avaliada a mais de 21 bilhões de acordo com atualizações feitas em 2003 – deixou no meio ambiente haitiano, marcas iguais às da colonização dos séculos anteriores”. Joachim *apud* Seguy (2014), destaca os usos que se davam às madeiras e como era a sua exploração:

O aumento sem precedentes das explorações florestais no Haiti durante século XIX foi destacado por todas as testemunhas. As madeiras de tingimento (campêche, etc.), de marcenaria (mogno), de construção (pinheiro...) se impuseram por seu volume crescente à exportação. Todos os navios que saem dos portos haitianos levavam campêche (madeira vermelha), embora seja como lastro. A variedade ‘madeira salina’, cujas qualidades tintoriais eram postas em relevância por sua longa imersão de três semanas até dois meses antes de chegar ao porto de embarcação, ia principalmente a Le Havre, enquanto ‘a madeira de cidade’, de segunda ordem, fora usada na Inglaterra, na Alemanha, nos Estados Unidos. (JOACHIM *apud* SEGUY, 2014).

As florestas haitianas ainda sofreram dois grandes golpes durante sua história. O primeiro foi durante a ocupação norte-americana de 1915 a 1934, quando sob pretexto de se combater a Guerrilha dos *Kakos*, desmatou-se grande parte do planalto central haitiano, onde se localizavam os rebeldes. O segundo foi durante a ditadura, entre 1957 e 1986, quando a milícia organizada pelos Duvalier, os *Tonton Makout* utilizava as queimadas de plantações e florestas como forma de aterrorizar os camponeses e evitar que os mesmos se atrevessem a organizar qualquer resistência.

O quadro atual é preocupante. Anualmente no Haiti são cortadas de 12 a 30 milhões de árvores, que perfazem um total de 5.903 m³ de madeira (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2010). Os estudos em relação à quantidade de remanescentes florestais são relativamente imprecisos e citam entre 1,5% (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO/UNITE' DE COORDINATION ET DE SUIVI DE L'ENVIRONNEMENT, 1998 *apud* UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2010) e 5% (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2005 *apud* UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2010), essa imprecisão é retrato do estado caótico em que esses remanescentes se encontram. Isolados, sem nenhum tipo de ação para sua interligação através de corredores, a maioria se encontra numa situação de fragilidade preocupante. Podemos observar uma estimativa da área ocupada com cada tipo de vegetação no Quadro 2.

Quadro 2 – Tipos de vegetação e cobertura percentual no território haitiano

Tipo de vegetação	Porcentagem de cobertura
Agrofloresta	18,3%
Florestas	2,6%
Culturas intensivas	44,1%
Pantaneais	1,4%
Manguezais	0,7%
Vegetação rasteira	31,8%
Pastagem	1,1%

Adaptado de: Hilaire (2005 *apud* UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2010).

A principal fonte energética haitiana é a biomassa, responsável por 71% da oferta interna de energia. Alguns estabelecimentos e famílias mais abastadas nas cidades utilizam o gás liquefeito de petróleo. Todos os dias as cozinhas das principais cidades são abastecidas com o carvão dos poucos remanescentes de florestas espalhados por todo o país, totalmente

fragilizados. A eletricidade tem fontes termelétricas (a base de petróleo) e hidrelétricas. Apenas 31,6% das casas haitianas estão ligadas à rede de distribuição de energia pública (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2010).

A questão energética haitiana perpassa pela irregularidade no abastecimento (apenas 8h por dia na capital Porto Príncipe), a precariedade e má distribuição das linhas, o alto preço pago pelo consumidor, que é impeditivo para a maioria das famílias, e a dificuldade na geração. Por ser um importante fator para qualquer que seja o projeto de desenvolvimento adotado no Haiti, essa é uma questão que envolve esforços diferenciados e conjuntos entre vários atores.

Outro fator relevante na análise da questão ambiental haitiana é a perda de solos. O relevo haitiano é 75% montanhoso, sendo que metade dos seus 27.500 km² encontra-se em áreas com declives maiores que 40% (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2010). Os solos que aí se formam, em sua maioria derivados de calcário, são rasos e pouco estruturados, o que lhes confere uma grande fragilidade. O clima é demarcado por duas estações bem definidas no ano, com seis a sete meses de seca, 3 meses de chuvas brandas e 3 meses de chuvas torrenciais (incluindo aí a temporada de ciclones, onde o Haiti é atingido pelo menos por duas tempestades tropicais todo ano). Esses fatores, associados à perda da cobertura florestal e a uma alta densidade populacional nas montanhas, são responsáveis pela considerável perda de solos no país, que chega a 42 milhões de m³ por ano, o equivalente a 12 mil hectares, se considerarmos uma profundidade de 20 cm (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2010). Nesse quadro já se identifica o surgimento de pequenas zonas desertificadas, onde a capacidade de sustentar a vida foi desperdiçada e a resiliência comprometida.

Também é importante considerar o grande potencial marinho e litorâneo que o Haiti apresenta. As águas territoriais no Haiti perfazem 30.000 km², somando uma área maior do que a sua própria superfície terrestre. Isso faz com que o país tenha uma grande biodiversidade e tenham grande importância (ainda pouco conhecida) os ecossistemas marinhos e costeiros.

A saúde dos oceanos revela muito sobre a saúde do ambiente como um todo, pois o oceano é o destino final de toda poluição, resíduos e matéria degradada, além de ser responsável pela ciclagem dos nutrientes e pela manutenção da vida na terra.

Depende desses ecossistemas uma série de atividades ligadas aos oceanos e às áreas costeiras. Estima-se em 30.000, o número de pescadores artesanais no Haiti. A pesca em alto-mar não está bem desenvolvida e as riquezas marinhas seguem sub-exploradas. A produção

pesqueira nacional gira em torno de 8.000t/ano (FAO, 2005 *apud* UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2010).

O aumento dos sedimentos trazidos pelas águas dos rios, devido ao desmatamento das encostas também causa grandes prejuízos, pois não estão presentes os seus filtros naturais, os mangues, no que são lançados diretamente no mar, causando a morte de corais e a migração de espécies para longe da costa, dificultando a pesca artesanal.

As riquezas minerais haitianas ainda não estão oficialmente quantificadas, mas dá se notícia nos diversos meios de comunicação e entre as organizações camponesas de que já se inicia uma corrida entre as empresas estrangeiras para ocupar os territórios camponeses construídos sobre jazidas de ouro e petróleo (entre outros) e o seu entorno. As organizações camponesas denunciam a concessão de 1.500 km² do território a 11 companhias norte-americanas para a exploração de recursos minerais (VIA CAMPESINA HAÏTI, 2012).

Além disso, a extração de recursos para a construção civil, sem controle do Estado tem se intensificado muito, inclusive em decorrência do terremoto de 12 de janeiro de 2010. Pedras, cimento e areia são retirados e os locais ficam a descoberto, sem nenhuma medida de controle da erosão, os danos nesse caso podem ser irreversíveis.

A República Dominicana tem ignorado os tratados internacionais sobre uso de águas e tem prejudicado as atividades de irrigação e geração de energia. Esta última também vem sofrendo dificuldades devido aos depósitos de sílica nas turbinas, decorrentes da degradação nas cabeceiras dos rios que abastecem a barragem de Peligre, no Planalto Central, usina hidrelétrica com maior capacidade de geração no país.

Nas conversas com as comunidades é constante a associação da situação de miséria com a perda da cobertura florestal, num ciclo de dificuldades que envolve o corte de árvores, a perda de produtividade dos solos, o impacto no regime de chuvas e uma crescente dificuldade para a produção de alimentos.

Os impactos da intensa degradação do solo afetam diretamente a economia haitiana, cuja base é a agricultura. Nos últimos anos, a produção agrícola haitiana tem apresentado diminuição nas suas principais culturas: 30% do feijão e do café, 21,4% do sorgo e 12% do arroz (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2010).

Boa parte da água dos rios e canais está contaminada ou salinizada, mas ainda assim representa a principal fonte de abastecimento, sem o devido tratamento, nas casas. Somente 40% da população tem acesso aos sistemas de distribuição, encanamento ou poços construídos pelo governo, órgãos internacionais ou pelas ONGs (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2010).

O direito à saúde é negado a milhares de habitantes e quando existe é ineficiente. A mortalidade média no Haiti é de 10,72 a cada mil habitantes. O estado mal tem orçamento para o saneamento básico; apenas uma em cada cinco casas tem água encanada; as demais ou compram água nos caminhões pipa (que se organizam em cartel e chegam a custar até 30 vezes mais que o serviço público) ou coletam sua água nos reservatórios públicos. A água potável é privilégio de apenas 1,4% da população da capital (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2010). Uma consequência direta da má qualidade da água que está disponível à população é a ocorrência frequente de epidemias (cólera, tifoide) e a alta mortalidade infantil, da qual a diarreia é a causa principal.

Nesse sentido é patente q epidemia de cólera que alcançou o país em outubro de 2010. Seitenfus (2014) analisa que a própria condição da distribuição e uso da água no Haiti, em que os canais e rios são a principal fonte de água para consumo humano (dessedentação e higienização de roupas, carros, utensílios de cozinha, etc.) e animal, foi responsável por fazer com que as cepas do vibrião do cólera, contidas no esgoto não tratado da base nepalesa da MINUSTAH em Mirebalais, chegassem ao maior e mais importante rio do país, o Latibonit, e de lá seguissem seu caminho de contaminação até os lugares mais remoto, vitimando mais de 7.400 pessoas e contaminando mais de 800.000, segundo dados oficiais citados pelo autor.

A alta taxa de desemprego, que atinge hoje 40% da população economicamente ativa, considerando que 2/3 dos postos são de empregos informais (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2013), e a miséria generalizada levam os camponeses a cortar as árvores remanescentes e, com alguma sorte, vender o seu carvão a um “bom” preço (um saco de 50kg chega a custar 125 *gouds*, aproximadamente R\$6,00), levando alguma provisão para sua família ao final do dia. Algumas mulheres chegam a andar 6 horas com esses sacos na cabeça ou no lombo de burricos para vendê-lo nas feiras.

A pauperização dos ambientes haitianos leva inclusive a uma grande dificuldade em se promover programas que visem a recuperação produtiva das posses camponesas. Esses devem levar em conta a baixa disponibilidade de sementes e remanescentes que possam contribuir com a regeneração natural das áreas, os interesses de reprodução imediata dos camponeses, a falta de capacitação e informação sobre a proteção do solo e a capacidade de gestão dos camponeses sobre as posses (considerando que nem todos são de fato proprietários das terras onde trabalham).

Com o desmonte das estruturas do estado e da economia haitiana, cresce a pressão sobre os recursos naturais, que assim como outros elementos do território não tem regulamento para seu uso. O trabalhador, sem terra própria para plantar, sem insumos, sem oportunidade de

trabalho assalariado se vê impelido a cortar as árvores dos montes, que pertencem ao Estado para fazer carvão e ter algum ingresso durante a semana.

O comprometimento da resiliência dos ambientes leva a um maior esforço na sua recuperação, o qual poucas entidades estão dispostas a empreender. Sem a disposição e o tempo necessário a estudos sérios sobre a biodiversidade e as possibilidades de seus usos, os territórios camponeses são tomados por pequenos projetos de reflorestamento, com a instalação de viveiros de mudas, que dificilmente serão bem-sucedidos, se não estiverem integrados a uma estratégia de desenvolvimento voltada para a satisfação das necessidades das comunidades envolvidas.

2.3 Choques e desastres na história do Haiti: oportunidades para implantação do livre mercado

A história haitiana está marcada por violentos golpes contra a sua soberania. Nos anos recentes, a partir da década de 1970, podemos notar uma série de medidas tomadas pelo complexo capitalista a fim de apagar sua memória de resistência e manter a economia intimamente atrelada aos interesses externos.

A Doutrina do Choque desenvolvida na Universidade de Chicago chegou, na década de 1980, também ao Caribe, atingindo a população haitiana, que já havia sofrido uma ocupação militar norte-americana e vinha sofrendo desde 1956 com a ditadura dos Duvalier (pai e filho). Desde então a instabilidade em que vive o país oferece oportunidades para o capitalismo de desastre.

Hoje o Haiti vive nova ofensiva, suscitada pela crise do terremoto de janeiro de 2010, caracterizada pelo aumento do número de ONGs internacionais e a minimização do papel do Estado na reconstrução, realizada e concebida institucionalmente, no âmbito do Comitê Interino de Reconstrução do Haiti, por empresários e políticos estadunidenses, capitaneados pelo ex-presidente Bill Clinton. Os interesses econômicos que estão em jogo envolvem um mercado de força de trabalho altamente lucrativo e um mercado consumidor de 10 milhões de pessoas. Os investimentos estão voltados para a exploração desta força de trabalho nas maquiladoras instaladas na Zona Franca de Karakol, nas obras de infraestrutura e nas fazendas de produção de frutas tropicais. Há na crise uma nova oportunidade de desenvolver a economia haitiana, logo as ideias à disposição serão preponderantes nos rumos que a reconstrução tomará.

2.3.1 O arcabouço da Doutrina do Choque

Os tratamentos psiquiátricos com eletrochoque começam a ser testados na década de 50, por Ewen Cameron nos pacientes do Allan Memorial Institute, o objetivo: superar/eliminar traumas, apagando a memória do paciente, com diferentes intensidades de eletrochoque e privação de sentidos, e reconstruindo uma nova mente em um cérebro em branco. Segundo Klein (2008), a aplicação da doutrina do choque na economia tem um paralelo com o desenvolvimento da terapia de choque no campo da psiquiatria.

Logo uma outra utilidade para esse tipo de tratamento foi descoberta e a Agência Central de Inteligência (CIA, sigla em inglês de Central Intelligence Agency) passou a financiar as experiências com eletrochoque do Dr. Cameron. Em 1963, um manual para agentes de segurança, chamado MKUltra, ensinava a utilizar o tratamento de Cameron a fim de obter informações preciosas de prisioneiros, baseado no Método Kubark para interrogatórios, que consistia em fazer um ataque surpresa na captura ao suspeito, seguido de privação de visão, violência física e privação prolongada de sentidos; com isso esperava-se que o suspeito caísse em uma desorientação profunda, medo extremo, ansiedade e sofresse então uma regressão mental, para que em seguida se reconstruísse sua mente sem os valores “ilegais” de outrora.

No campo econômico, o desenvolvimento da economia corporativa, animado por Milton Friedman na Universidade de Chicago, formou um grupo de pesquisadores apelidado de Chicago Boys. A base para o desenvolvimento de seus estudos foi principalmente uma rejeição ao desenvolvimentismo e os ideais keynesianos e uma defesa incansável dos mercados autorregulados e do Estado mínimo.

Os defensores do livre mercado vinham amargando muitas derrotas para o keynesianismo no Norte e o desenvolvimentismo no Sul, nas décadas de 50 e 60 do século XX. As economias floresciam no período pós Segunda Guerra Mundial e o apoio popular às políticas desenvolvimentistas representavam uma grande ameaça às ideias de Friedman e seus seguidores. Os primeiros golpes de estado contra governos do terceiro mundo que se alinhavam ao Keynesianismo, em favor de companhias às quais não interessava o Estado desenvolvimentista, começam a ser arquitetados

Na América Latina, esses economistas travam uma guerra (ainda teórica) contra os

pesquisadores da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)⁶, e são firmados acordos com universidades para intercâmbio de estudantes de Economia na Universidade de Chicago. A primeira parceria foi o chamado projeto Chile no qual, segundo o enviado do departamento de economia da Universidade, Theodore Schultz, o objetivo não era cooperar e sim competir com as demais instituições de ensino. A formação dos Garotos de Chicago não foi somente acadêmica, foi uma transferência de ideologia (KLEIN, 2008). Esses estudantes passaram a ser os embaixadores do livre mercado na América Latina.

Ao entenderem que a terapia de choque poderia ser transportada para a economia, viram que se fosse possível aplicar choques massivos em determinados países poderiam então colocar em prática, de uma vez, os seus planos corporativistas. Friedman citado por Klein (2008, p.168) afirma que “Só uma crise real ou pressentida produz mudança verdadeira. Quando a crise ocorre as ações que são tomadas dependem das ideias à disposição”.

Com a vitória eleitoral do candidato socialista Salvador Allende no Chile em 1973, os planos para derrotar suas propostas de reformas de base e implantar o livre mercado começam a ser arquitetados com maior convicção, uma série de golpes econômicos se seguiu a um complô implantado pela CIA no interior das forças armadas, ainda não foi suficiente para derrotar Allende que seguia com o apoio popular e no poder legislativo em alta.

Duas formas de mudança foram cogitadas para o golpe no Chile: O modelo brasileiro (com golpe militar seguido de reformas que eliminaram as conquistas dos trabalhadores e implantaram o livre mercado, com perseguição e violência contra seus opositores) ou o modelo indonésio (eliminar o presidente e seus aliados e substituir os quadros econômicos por propagandistas do livre mercado). O golpe no Chile foi caracterizado pelo uso de um forte aparato de violência para garantir que se produzisse o efeito do estado de choque. O comunismo foi o alvo eleito como inimigo interno a ser combatido com tal operação.

O golpe foi a primeira vitória da Escola de Chicago. Havia então três pontos básicos que deveriam ser perseguidos para implantar o livre mercado: Abolir regras para acumulação; vender ativos estatais; e cortar fundos para programas sociais. Essas políticas significavam um rompimento total com o *New Deal*⁷ (KLEIN, 2008, p.73). Em todos os processos de privatização e liberalização da economia o Estado tem um papel fundamental, pois é por meio de suas estruturas que se abre mão do controle da economia em benefício das empresas. Esse

6 Criada, em 1948, pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU), a fim de contribuir para o desenvolvimento econômico da região.

7 A política do *New Deal* foi implantada pelo presidente americano Franklin Roosevelt, a fim de assistir a população, prejudicada pela crise econômica de 1929.

é o princípio básico das corporações.

Para Agamben (2004, p.13) o Estado de Exceção, como instrumento jurídico para a suspensão do conjunto de leis de uma nação, “permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão pareçam não integráveis ao sistema político”. O autor difere “ditadura comissária” de “ditadura soberana”, entendendo que a primeira se instaura para garantir a aplicação do direito, enquanto a segunda cria um estado de coisas em que a aplicação da Constituição se torna impossível. Tanto um como a outra utilizam-se da Força-de-Lei para eliminar a intangibilidade da lei.

Colocando em campo o Estado de Exceção foi possível aplicar as soluções do livre mercado em larga escala na América Latina. Após o ataque ao Chile, outras adesões foram forjadas no Brasil e no Uruguai (1973), na Argentina (1976) e no Haiti (1981). Um elemento peculiar nessa conjuntura foram as oligarquias agrárias, que se juntaram aos Garotos de Chicago para não perderem seus privilégios políticos e seu domínio sobre o território.

Na Argentina, a brutalidade do regime de exceção construído a fim de garantir o programa de livre mercado: violência explícita, “desaparecimentos” e campos de tortura em locais públicos. Essa guerra solapou a oposição (em sua maior parte não-violenta) e colocou a resistência em um longo estado de estupor.

O livre mercado estava em perfeita harmonia com o terror ilimitado. Os dois pertenciam ao mesmo pacote, desenvolvido na Escola de Chicago. Os trabalhadores revoltados com a sua perda de capacidade econômica, causada pelo enfraquecimento da economia com a inserção no mercado, vão a rua e são massacrados pelos regimes que estão implantando essas medidas econômicas. Com a desestruturação do poder econômico do Estado, o problema passa a ser a classe trabalhadora (KLEIN, 2008).

Na prisão os ativistas eram torturados, não apenas para que dessem informações sobre as organizações, mas também para que, com a terapia de choque, se tornassem novos seres, sem memória e sem qualquer capacidade de resistência. As crianças também foram arrancadas de seus pais “comunistas” e adotadas por cidadãos ligados à ditadura, para que as educassem submissas ao capitalismo.

Os movimentos pelos direitos humanos ganham força, mas não ligam abusos às medidas econômicas adotadas. Foram omissos em relação ao caráter político e econômico das violações. A Fundação Ford, a mesma que oferecia bolsas de estudo a fim de “modernizar as elites para modernizar os países” e foi a primeira patrocinadora do programa de Pesquisa e Treinamento para a América Latina, que formou os "Garotos de Chicago", começa a

patrocinar grupos de direitos humanos, quando começam a surgir os escândalos advindos da “modernização”. Com isso ficam isentos de serem investigados sobre sua influência nas torturas. Uma maneira eloquente de desvincular o livre mercado da tortura foi oferecer o Prêmio Nobel da Economia a Milton Friedman e o da Paz para a ONG Anistia Internacional, que denunciava crimes de tortura cometidos pelas ditaduras mundo afora.

A Fundação Ford atuou também financiando os quadros intelectuais nas academias, reagrupando aqueles que haviam sido escamoteados pelas ditaduras. Adoue (2005) alerta para o posterior deslocamento destes acadêmicos para o quadro dos elaboradores e executores de políticas públicas, no Brasil, Argentina e México, como uma forma de aumentar sua influência no processamento das demandas sociais. Segundo a autora

[...] a dupla condição de ‘cientistas’ e de ‘homens de ação’ tornou-os beneficiários não apenas do patrocínio das agências de fomento à pesquisa, mas de um ou tipo de agências: aquelas que financiam as políticas públicas por eles elaboradas. (ADOUE, 2005, p. 2).

Essa condição de dependência garantiu o alinhamento das políticas elaboradas com os interesses mais amplos, sob a égide da neutralidade (tanto axiológica quanto ética).

Os ex-agentes de governo tem grandes vantagens no mundo corporativo, pois tem informação privilegiada a compartilhar. Através deles as corporações adentram o Estado com facilidade. Governos associados a grandes negócios podem ser chamados de muitos nomes (liberal, conservador, capitalista) mas constituem de fato o Sistema Corporativo (KLEIN, 2008). Nesse ponto é impossível separar o projeto militar (Estado) do complexo do capitalismo de desastre (corporações).

Uma outra forma de se implantar a Doutrina do Choque, experimentada por Jeffrey Sachs na Bolívia, em 1985, foi aproveitar uma crise de hiperinflação para fazer grandes mudanças na direção da economia (KLEIN, 2008). É interessante ressaltar que a grande crise se instalou na Bolívia devido ao combate às plantações ilegais de coca, à chamada Guerra contra as Drogas. Com os preços subindo e a dívida aumentando, reúne-se uma equipe econômica secreta que, sob a batuta de Sachs, ele mesmo um admirador da vida engajada de Keynes e propagandista do livre mercado, escreve um plano que consistia em: suspensão dos subsídios; cancelamento do controle de preços; ajuste dos preços dos combustíveis; congelamento de salários e abertura de fronteiras. A mudança política, de um governo de centro-esquerda, consagrado em eleições livres, buscava controlar o território o mais rápido possível para dificultar a reação do adversário, aprovando de uma só vez um pacote de 220 leis. A classe trabalhadora, no entanto, foi às ruas e foi tratada com a mesma violência, característica das ditaduras da região, e o país entrou em Estado de sítio (a fim de garantir a

aplicação das leis). O golpe de estado na Bolívia foi aplicado pelos economistas e não pelos militares.

A lição da Bolívia foi a de que uma crise hiperinflacionária pode provocar os mesmos efeitos que uma guerra na terapia de choque, constituindo a oportunidade de mudança almejada por Milton Friedman. Se a crise funcionava tão bem quanto uma guerra, então começaram a ser produzidas crises para que se pudesse implantar o livre mercado.

O mercado financeiro e uma maior mobilidade dos capitais acabaram contribuindo para as crises em diversos países. Nos anos 80 e 90, ainda sofrendo com o terror remanescente (que em certa medida os impediu de se unirem em favor da implantação do desenvolvimentismo regional, que poderia salvar suas economias) e com sérias dívidas, os países foram submetidos a ajustes estruturais, para que pudessem negociar novos empréstimos. Para os Garotos de Chicago que começaram a atuar no Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (instituições inspiradas pelo Keynesianismo), crises não eram problema a ser resolvido e sim oportunidades de expansão do livre mercado. Aos poucos esses economistas foram tomando as rédeas das instituições financeiras e em 1989, sob a batuta de John Williamson, lançaram o “Consenso de Washington”, o documento que sintetizava todos os ensinamentos da Escola de Chicago para expansão do livre mercado. A partir de então todos os financiamentos do Banco Mundial e FMI passam a ser atrelados a medidas de ajuste estrutural. O aumento das dívidas durante a ditadura (principalmente pelo aquecimento do mercado da segurança) levou a que as garantias de pagamento fossem empurradas para os governos democráticos. Os gastos militares e a corrupção generalizada foram necessários para a expansão do livre mercado. Por outro lado, a padronização do material bélico utilizado favoreceu a indústria de guerra estadunidense, criando um “mercado permanente para seus excedentes na América Latina” e possibilitando a utilização de “instrumentos de controle mais eficazes sobre as forças armadas do hemisfério” (MARINI, 1985).

Já em tempos de vigência do Consenso de Washington, os Estados intervencionistas atolados em dívidas são salvos pelo FMI e Banco Mundial, que exigem reajustes na Economia, para favorecer o livre mercado (FUKUYAMA, 2005). Em 1989, na Universidade de Chicago, Fukuyama proclama seu famoso discurso sobre o “fim da história” comemorando a vitória do Liberalismo econômico e político, e o fim da União Soviética (URSS). Segundo, o próprio Fukuyama (2005), nos anos 80 e 90 do século XX as políticas de redução do porte do estado ganham força com o fim da URSS, o presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan e a primeira-ministra britânica Margareth Thatcher são seus maiores propagandistas.

Marx (*apud* HARVEY, 2005) identifica no processo de acumulação capitalista, tendências que podem desencadear nas crises, cujos fatores – a oferta de força de trabalho, a oferta de meios de produção e infra-estrutura e a estrutura de demanda –, são totalmente controlados pelo capital. Portanto o autor concluiu “[...] que o capitalismo tende, ativamente a produzir algumas barreiras para o seu próprio desenvolvimento. Isso significa que as crises são endêmicas ao processo capitalista de acumulação” (HARVEY, 2005, p. 45).

O evento do 11 de setembro de 2001, com o ataque às Torres Gêmeas e ao Pentágono em Washington (Estados Unidos), gerou um aumento do medo, fortemente encorajado pela mídia corporativa, que aqueceu os mercados de segurança em todo o mundo (KLEIN, 2008). Instituições responsáveis pela ajuda (Forças Armadas, Central Intelligence Agency, Cruz Vermelha, Organização das Nações Unidas, “socorros” de emergência) ainda estavam sob controle público e poderiam ser esvaziadas e terceirizadas, assim como o próprio Pentágono e as forças armadas estadunidenses. O aparato de inteligência já estava intimamente ligado às corporações, o que influenciou na abertura de novos mercados para o capitalismo de desastre. Desde o 11 de setembro, a fraqueza do Estado passa ser objetivo estratégico (FUKUYAMA, 2005), na política de segurança norte americana, o que contribuiu para o desenvolvimento do mercado de segurança nos chamados estados fracos e santuários terroristas.

As vantagens do choque para o capitalismo de desastre incluem o mercado de segurança, animado pelo crescimento do medo entre as pessoas comuns, manutenção de tropas em missões fora de seu território (incluindo armas, roupas, alimentos e até diversão), oferecimento de ajuda humanitária e reconstrução, em troca de medidas econômicas e políticas impopulares. O exercício da MINUSTAH no pós-terremoto está inserido nesse contexto de dominação, conforme abordaremos no penúltimo capítulo.

A privatização da segurança favorece a ação de forças alternativas (gângues, guerrilhas e empresas). Que treinam e armam seus agentes legalmente através da inserção no mercado da segurança.

O desenvolvimentismo, o keynesianismo, o socialismo nunca foram concepções derrotadas numa batalha de ideias, simplesmente se tentou derrotá-las através de violência, por isso elas ganham nova força nos dias atuais. A propaganda do livre mercado passa a ser mais sutil, como notamos em Fukuyama (2005, p. 63) afirmando ser necessário “construir o Estado em vez de limitá-lo ou reduzi-lo”, a fim de que desempenhe as “funções essenciais que só os governos podem prover”, assim ele defende o fortalecimento da capacidade institucional (incluindo valores empresariais como concorrência entre os Estados para promover a produtividade na prestação de serviços) e a diminuição das funções estatais, aos moldes do

livre mercado. Ele ainda admite que no mundo em desenvolvimento o enfraquecimento do Estado causou sérios problemas: “De fato, em alguns países, a ausência de uma estrutura institucional adequada os deixou em situação pior depois da liberalização do que se esta não tivesse ocorrido” (FUKUYAMA, 2005, p.20).

2.3.2 O capitalismo de desastre no Haiti

No Haiti, as reformas em favor de interesses norte-americanos vinham sendo arquitetadas desde a ocupação estadunidense em 1915, quando foram combatidos os rebeldes da chamada Guerrilha dos *Kakos*, inclusive com os primeiros bombardeios aéreos produzidos no mundo (CHOMSKY, 2006). Após os violentos combates, com a eliminação dos opositores, o governo títere dos Estados Unidos começa a derrubar leis que impedem a compra de terras por estrangeiros e implantar facilidades para instalação de suas empresas no país, aproveitando a força de trabalho barata e abundante. A retirada dos Marines Estadunidenses se deu em agosto de 1934, mas manteve-se a tensão política e a escolha de presidentes condicionada à aprovação do governo dos Estados Unidos. Em 1957, o poder chega às mãos de François Duvalier, conhecido como Papa Doc, que consegue aumentar o quadro de terror instaurado, apoiado por uma milícia chamada *Tonton Makout*. O “presidente vitalício” manteve todo o povo em estado de medo durante os seus anos de mandato de 1957 a 1971. Nessa época a maior preocupação para os Estados Unidos era que os efeitos da Revolução Cubana de 1959 se sentissem em outros países e, em especial, no Caribe, por isso apoiaram o terror implantado por Duvalier.

Com a morte de Papa Doc assume a “presidência vitalícia” seu filho Jean Claude, apelidado “Baby Doc”. É no seu mandato, de 1971 a 1986, que são implantadas as mais sérias medidas econômicas a fim de favorecer o livre mercado. As corporações norte-americanas que somavam 13 em 1966, saltaram para 154 em 1981 (CHOMSKY, 2006), representando 40% das exportações haitianas.

O Banco Mundial, juntamente com a USAID desenvolve, em 1981-1982, uma estratégia de desenvolvimento para a economia haitiana que envolvia a instalação de montadoras e uma agricultura voltada à exportação (que ocupou 30% das já escassas terras produtivas haitianas). A ênfase dos financiamentos seria para o setor privado, estimulando o consumo para melhorar a economia.

Segundo Laleau (2008) a política econômica sofreu transformações importantes neste período: liberação da taxa de juros e modificação dos instrumentos da política monetária,

liberação do tipo de câmbio e liberação do mercado de crédito, com supressão do crédito orientado à agricultura. O governo deveria controlar o crescimento da oferta de moeda para manter taxa de inflação estipulada nos acordos com o FMI. A ideia era promover setores urbanos com maior valor agregado. O efeito sentido dessas políticas foi a massificação da pobreza e dependência econômica dos ingressos enviados pela diáspora haitiana.

Essas medidas contribuíram para expulsar os camponeses que representavam a maior força social, e organizavam a resistência ao duvalierismo, para as periferias das cidades maiores como Porto Príncipe, Cabo Haitiano e Gonaïves, e submeter a agricultura a uma dependência de insumos, geralmente fornecidos por empresas estadunidenses.

Os norte-americanos, regozijaram-se com as medidas de *Baby Doc* adotadas sob o regime de medo dos *Tonton Makout* que tinham autorização para eliminar qualquer resistência ao regime, conclamando os investidores a apoiar o “regime democrático” (e mais importante, não comunista) instalado no Haiti (CHOMSKY, 2006).

Após diversos protestos devido à corrupção e ao estado de violência permanente instalado, Duvalier deixa o Haiti em 1986, levando uma fortuna que até os dias de hoje não pode ser calculada com exatidão. O que se seguiu no governo foi o que as organizações de esquerda chamam de “duvalierismo sem Duvalier” com aliados de *Baby Doc* substituindo uns aos outros no poder a fim de evitar as eleições livres que, realizadas somente em 1990, significaram a derrota do duvalierismo e a vitória do campo popular expresso no movimento/partido *Lavalas*. O padre progressista Jean Bertrand Aristide foi eleito como pai de uma nova nação, prevista na Constituição promulgada em 1987 e que ainda não fora posta em vigor.

A economia haitiana deteriorada por anos de corrupção e gastos com segurança dos Duvalier, estava à mercê dos ajustes estruturais impostos pelo FMI como condição para novos empréstimos, o que causou uma grande crise dos setores-chaves da economia, como a agricultura, fazendo decair as taxas de investimento, consumo e negócios (CHOMSKY, 2006)

Aristide não pode exercer seu governo, pois as reformas propostas por sua plataforma de governo que ameaçavam os avanços do livre mercado, foram rechaçadas pelos Estados Unidos. Um novo golpe, patrocinado por George H. W. Bush, joga o país numa situação ainda mais difícil, pois a instabilidade política leva a novas sanções ao comércio haitiano. Em 1991, o Haiti sofre um embargo da ONU e todo o comércio ali realizado foi transferido para outros países da região através do Acordo de Livre Comércio da América Central e República Dominicana (HIRST, 2011a).

Nas ruas o clamor do povo era que se mantivesse o embargo, pois já haviam sofrido

muito com os ajustes estruturais e os ataques das corporações aos direitos dos trabalhadores e queriam a volta de Aristide para que tomasse as rédeas do desenvolvimento da nação (CHOMSKY, 2006). Logo, em 4 de fevereiro de 1992, o embargo foi retirado e as plantas têxteis (que eram em sua origem norte-americanas) puderam voltar a explorar a força de trabalho mais barata e a proximidade com os Estados Unidos, para expandir seus negócios.

Os sucessivos conflitos entre os duvalieristas e o partido *Lavalas* causaram uma enorme instabilidade política, o que levou a ONU a ocupar o país com forças de paz em 1994, essas conseguem reestabelecer Jean Bertrand Aristide como presidente do país. A profunda crise em que se encontrava o país, foi a motivação para o presidente estabelecer políticas impopulares de ajuste estrutural, a fim de viabilizar empréstimos com o Banco Mundial, que exigiu que Aristide recuasse em seus planos de assegurar terras aos camponeses e fortalecer a estrutura estatal. Aristide aceita retornar, mas seu governo teria um prazo limitado, pois a missão de paz tinha como objetivo promover eleições diretas para presidente (VIANA, 2009). O presidente eleito é René Prèval, ex-Primeiro Ministro de Aristide, que continua aprofundando as raízes do livre mercado em solo haitiano.

Prèval consegue enfim realizar eleições, ao final de seu mandato e Aristide é novamente eleito em 2000. A oposição articulou-se e conflitos começaram a surgir nas cidades, reivindicando novas eleições. O aumento da violência e insegurança nas ruas leva o Conselho de Segurança da ONU a designar nova missão de paz, em 2004. Desta vez o comando seria brasileiro, evitando assim maior exposição dos Estados Unidos, cujas tropas já estavam envolvidas em guerras no Iraque e no Afeganistão.

O Haiti foi, desde então considerado uma ameaça, por sua notável instabilidade política e dependência econômica, que favoreciam a imigração ilegal e o tráfico de drogas, em uma região geograficamente estratégica para a política externa estadunidense. O próprio mandato da MINUSTAH, estabelecido pela Resolução 1542/2004 do Conselho de Segurança da ONU (NACIONES UNIDAS, 2004), identifica o Haiti como uma ameaça à segurança regional e internacional.

Segundo Hirst (2011a), a estratégia adotada, após os conflitos com Aristide, foi diminuir os recursos destinados à assistência direta ao Estado haitiano, pelos governos Clinton e Bush, e aumentar os repasses a ONGs que fariam o serviço. Em termos de investimento uma das mais entusiásticas iniciativas é a da Fundação Clinton, que desde 2005, “tenta atrair empresas norte-americanas nos setores de cuidado à infância, energia solar e assistência em saúde” (HIRST, 2011a).

Desastre é uma oportunidade para investimentos, pois diminuem os impostos e

regulamentações, o salário dos trabalhadores e aquece o mercado de segurança. Assolada pela fome, a miséria e uma série de desastres naturais, agravados pela precariedade das estruturas, a população não teria tempo, nem nervos para se preocupar com as medidas econômicas impostas.

Após o terremoto de janeiro de 2010, que matou 300.000 e desabrigou 1 milhão e meio de pessoas, aumenta a presença dos Estados Unidos em solo haitiano, assumindo tarefas principalmente nas áreas de segurança, apoio logístico, gestão político-institucional, investimentos e comércio. Sua primeira atitude foi fechar o aeroporto da capital o que impediu que diversos aviões que traziam doações e voluntários pousassem, e retardando a chegada da ajuda em solos haitianos. Também foi deslocado um porta-aviões e os soldados ficaram responsáveis por evitar os saques a mercados destruídos e prédios públicos abandonados. O povo foi deliberadamente, abandonado a sua própria sorte.

Antes mesmo de a poeira dos escombros baixar foi criada a Comissão Interina de Reconstrução do Haiti, coordenada pelos Estados Unidos, para executar as tarefas de reconstrução estabelecidas pelo governo haitiano sob a presidência de René Prèval. O conselho de Tutela, que administraria os recursos doados, cujo total poderia ultrapassar os 5 bilhões de dólares, era encabeçado pelos ex-presidentes americanos George W. Bush e Bill Clinton (LUBIN, 2013). Em um interessante pronunciamento, em 16 de janeiro de 2010, Bush diz aos doadores que parem de mandar roupas e alimentos e passem a depositar dinheiro para que a comissão possa geri-lo (BUSH:..., 2010), não demonstrando a mínima boa vontade em deixar que os haitianos definissem suas políticas de recuperação a partir de suas necessidades.

Ainda segundo Hirst (2011a) “nove meses depois do terremoto se constatava uma morosidade na transferência de recursos comprometidos pelos Estados Unidos”. As doações contribuíram para uma expansão da presença de ONGs no Haiti, em número estimado pelo Ministro do Planejamento Haitiano de 10 mil após o terremoto (WORLD BANK, 2011), o que justifica o fato de uma fração ínfima das doações terem de fato alcançado seu destino.

Zonas vermelhas não se formam simplesmente pelo desastre ou pela guerra, e sim pelas soluções do “livre mercado”, que excluem uma grande massa de vítimas da economia. “Em todos os lugares em que a Escola de Chicago triunfou ela criou uma subclasse permanente formada por 25 a 60% da população” (KLEIN, 2008, p. 479):

[...] é fácil imaginar um futuro em que um número crescente de cidades tenha suas frágeis e longamente negligenciadas infraestruturas abatidas por desastres e depois seja deixado à míngua, com seus principais serviços jamais consertados ou reabilitados. Enquanto isso os afortunados irão se esconder em comunidades fechadas, tendo as suas necessidades atendidas por provedores privatizados.

(KLEIN, 2008, p. 493).

Hoje no Haiti o resultado do livre mercado é visto não só na miséria e falta de infraestrutura fartamente documentadas, mas uma inundação de produtos, marcas e empresas estrangeiras que vem agravar o quadro de má nutrição e pobreza na cidade e no campo. Exemplo disso é o que constitui a base da dieta haitiana: num simples desjejum feito na casa de um camponês comemos macarrão feito na China, temperos prontos dominicanos, massa de tomate americana e queijo processado no Egito. A única indústria haitiana que conseguiu sobreviver aos ataques neoliberais foi a de bebidas.

Além disso, podemos ver que os mercados têm olhado com mais ambição para a crescente e já bastante numerosa população haitiana. É um mercado precioso para países como a República Dominicana e Estados Unidos, qualquer tentativa de proteção ao mercado interno empreendida pelo Estado haitiano será veementemente rechaçada com mais sanções por parte desses países. O outro atrativo é a força de trabalho mais barata das Américas, e uma das mais baratas do mundo, procurada para trabalhar nas Zonas Francas em construção, onde atuarão indústrias têxteis e montadoras estadunidenses (SEGUY, 2014), e nas obras de infraestrutura que favorecem empreiteiras como a brasileira OAS, que iniciou, em parceria com o governo brasileiro e financiada pelo BID e pelo Canadá, uma grande estrada ligando os departamentos do Sul e Grand Anse. A mesma não foi terminada devido a problemas fundiários, que impediram a OAS que avançasse (SEITENFUS, 2014)

A associação entre empresários poderosos, figurões políticos e ideólogos construída durante os experimentos da Escola de Chicago foi corrupta e corruptora. Nos anos recentes muitos desses agentes foram presos ou estão sob investigação em todo o mundo. Um exemplo disso é o congelamento das contas de Jean Claude Duvalier na Suíça e a esperada devolução de mais de 5 milhões de francos suíços, segundo o periódico *Les Fondes...* (2013) aos cofres haitianos. As pessoas por sua vez vão despertando lentamente do estado de estupor a que foram submetidas, e reivindicam mais democracia e controle sobre os mercados, tudo o que Friedman combatera.

A atual conjuntura haitiana é retrato desse passado de desmonte. Sem um Conselho Eleitoral Permanente, a democracia representativa haitiana depende da boa vontade de seus governantes para que sejam definidas as regras do jogo quando é o momento de escolher os novos representantes. Foi o que aconteceu ao final do mandato de Michel Martelly, quando o frágil Conselho Eleitoral Provisório, auxiliado pelos organismos internacionais, não teve as mínimas condições de dar segurança ao pleito eleitoral, fato denunciado por diversos

candidatos, o que levou o povo haitiano às ruas, no maior levante que o Haiti viu, desde o terremoto de 2010, para que o mandato que Martelly pretendia prolongar tivesse seu fim no dia previsto pela Constituição. Sem conseguir fazer novas eleições e com mandato terminado, o Haiti está, hoje, sendo governado interinamente pelo seu 57º Presidente, Jocelerme Privert.

O Haiti é um país que além de sub-administrado está mal administrado (LALEAU, 2008), por isso os mínimos esforços empregados no sentido de construir uma estabilidade política e um Estado atuante de fato se mostraram inférteis até os dias de hoje. Na prática esses esforços se expressaram em golpes de Estado e missões de imposição de paz que serviram para implantar o livre mercado e aumentar a insegurança institucional solapando, a cada vez que se levantam, as forças nacionais capazes de reconstruir o país.

2.4 Migração e conflitos na fronteira - La Hispaniola: o Haiti na República Dominicana, a República Dominicana no Haiti

A associação entre sujeitos que se convencionou chamar de sociedade foi constituída no intuito de garantir a proteção da vida contra a violência, o cumprimento das promessas e acordos feitos e a posse estável de bens materiais (BULL, 2002). A sociedade por sua vez se organiza em Estados que irão criar regras a fim de atingir os objetivos da sociedade. Ainda segundo Bull (2002) Um Estado é uma “comunidade política independente”, que mantém uma soberania interna (em relação ao território e à população) e uma externa (em relação a autoridades externas). Não basta declarar soberania para ser um Estado, a soberania deve ser exercida de fato, levando-se em conta esses dois aspectos.

Em tempos de globalização e livre mercado, a soberania é um assunto que tem sido deixado de lado e muitas vezes atacado, em favor de uma suposta defesa dos princípios da sociedade em geral. As grandes potências mundiais, em seu autodeclarado papel de guardiães da sociedade atuam “[...] tolerando e estimulando a limitação da soberania [...] dos pequenos estados mediante recursos como os acordos que definem esferas de influência ou criam estados tampões ou neutralizados” (BULL, 2002, p. 24). Desse modo, o que vemos em muitos estados vulneráveis, é a adoção de uma soberania compartilhada, a fim de fortalecer suas capacidades (AYERBE, 2012). O que de fato se notou como efeito dessa opção foi um agravamento do processo de falência dos estados, devido à opção pela manutenção do Estado mínimo e proliferação de atores privados. Com isso foi necessário estabelecer programas de assistência internacional que previam a revalorização do papel do Estado (AYERBE, 2012).

O papel do Estado volta a ser valorizado devido ao aumento de instituições privadas

paralelas que cumpriam com suas funções, como as ONGs e também milícias e gangues (ferindo o pressuposto da supremacia no uso da violência). Esses atores se estabelecem naqueles “espaços não governados”, onde podem desenvolver suas atividades sem o controle de uma força maior. Vemos isso no Haiti onde a falência do estado serve como legitimação da abrangência da missão militar, da atuação da USAID (PREVOST, 2012) e acelera a proliferação de ONGs.

Segundo Mateo e Santos (2012) os Estados Falidos são caracterizados pelo colapso da autoridade do governo e conseqüente colapso na prestação de serviços públicos e na eficácia do sistema judicial; colapso macroeconômico com alta taxa de desemprego e inflação e baixo Produto Interno Bruto; conflitos civis e abusos dos direitos humanos; movimentos massivos de refugiados; aumento das taxas de mortalidade por fome e doenças contagiosas, conseqüência da falta de soberania alimentar e acesso a água potável.

Podemos usar alguns desses indicadores para entender a situação em que o Haiti se encontra hoje no contexto da segurança internacional. A taxa de homicídios é de 6,9/10.000 hab., bem menor que a do Brasil, que é de 22,4 (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2013). Mas os constantes ataques à soberania haitiana jogaram o país em uma crise sem precedentes: a população amarga uma taxa de desnutrição que atinge 49,8% da população (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2013); 80% vive com menos de 2 dólares por dia e 54% com menos de 1 dólar, o desemprego afeta 40,6% da População Economicamente Ativa e o índice de Gini para distribuição da riqueza é 59,7%, sendo o 7º país do mundo em concentração de riqueza (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2013); Nos últimos anos, após o terremoto de 2010 que deixou 316 mil mortos, 350 mil feridos e 1,5 milhão desabrigados, vem sofrendo um surto de cólera que já causou cerca de 7 mil mortes e deixou mais de 800 mil doentes (conseqüência do inexistente sistema de abastecimento de água).

As regiões com problemas de governança, como é o caso do Haiti, no Caribe, não são ameaças reais propriamente ditas, num contexto de segurança internacional, mas as situações em que se encontram esses territórios produzem o que Bauman (2007, p.9) chamou de medo líquido: “O pressuposto da vulnerabilidade aos perigos depende mais da falta de confiança nas defesas disponíveis do que do volume ou da natureza das ameaças reais”.

A mudança da política externa norte-americana no contexto da segurança pós ataques de 11 de setembro de 2001, foi essencial para aumentar os gastos com inteligência e segurança nos espaços não governados mundo afora. Na América Latina, os maiores gastos empreendidos desde então são dedicados à guerra contra as drogas na Colômbia e à ajuda

humanitária no Haiti. Essas regiões têm grandes problemas como fronteiras porosas, vigilância reduzida, desgaste de legitimidade política e populações vulneráveis, que acabam atraindo a ação de terroristas, grupos insurgentes e redes internacionais de tráfico (MATEO; SANTOS, 2012).

Ainda segundo esses autores a política para a segurança na América Latina se volta para a questão da fragilidade em fronteiras como a Tríplice Fronteira, entre Brasil, Paraguai e Argentina, e entre o Haiti e República Dominicana, o combate ao tráfico de drogas e o alto grau de violência social em que algumas populações estão envolvidas.

A presença militar estadunidense na região tem aumentado na última década, como afirma Prevost (2012), com o restabelecimento da Quarta Frota, a Guerra contra as Drogas e o estabelecimento de novas bases militares na Colômbia.

A interação entre Haiti e República Dominicana é do tipo direta, pois são “vizinhos e cooperam ou competem pelo mesmo fim (BULL, 2002).

Os dois países dividem o território da ilha batizada pelos espanhóis de “La Hispaniola”. A fronteira é marcada por constantes disputas que envolvem trocas econômicas, com o envio de força de trabalho barata haitiana à lavoura açucareira e à construção civil dominicana, e o comércio de produtos industrializados dominicanos em solo haitiano, compartilhamento de recursos naturais importantes, e tráfico de pessoas, drogas e armas (PREVOST, 2012).

Os limites fronteiriços entre Haiti e República Dominicana foram definidos em um tratado de paz em 1929. Os conflitos armados não ocorreram, mas a instabilidade política em ambos os lados da ilha sempre foi motivo de preocupação em termos de segurança. As ditaduras de Rafael Trujillo (1930-1961) no lado Dominicano e François Duvalier (1956-1971) no Haiti, contribuíram para que se mantivesse constante a ameaça, e, por conseguinte, acabaram por alimentar uma discriminação entre as duas populações (SILIÉ, 2005).

Ainda segundo o autor as relações entre os dois países só deixaram de ser tratadas como uma ameaça a partir de 1986, quando pela primeira vez nenhum dos dois países era governado por ditadura. Desde então, aumentou a participação de ambos os países em iniciativas de integração regional que fomentaram a cooperação entre os dois. Hoje ambos participam da Comunidade do Caribe (CARICOM, por sua sigla em inglês, Caribbean Community), “organismo caribenho, onde se manejam os critérios integracionistas no plano econômico e comercial” (SILIÉ, 2005, p. 17, tradução nossa).

Em 1996, por iniciativa do presidente haitiano René Prèval, estabeleceu-se a Comissão Mista Bilateral Dominico-haitiana, que fortaleceu acordos industriais e comerciais, além de trabalhar outros temas como educação, agricultura, saúde e educação.

No ano 2000, uma reunião entre ministros de Estado dos dois países discute o tema da fronteira, com grandes projetos de desenvolvimento para a região. Era importante naquele momento derrubar o bloqueio que estava sendo imposto ao Haiti, que agravava ainda mais a situação de miséria em que se encontrava o país e aumentava a pressão migratória para a República Dominicana. É nesse marco que se insere a construção de zonas francas para a instalação de indústrias têxteis na fronteira norte (SILIÉ, 2005).

A imigração haitiana na República Dominicana é um fato histórico que envolve as crescentes dificuldades encontradas pelo camponês haitiano para reproduzir seu modo de vida, o que fez com que em um primeiro momento, seus filhos migrassem a fim de trabalhar na lavoura açucareira e mais recentemente, na construção civil. Com uma população de 10 milhões de habitantes ocupando um território de 27.500 km², a pressão populacional haitiana já seria suficiente para estimular a emigração. Soma-se a isso a já mencionada situação de miséria e abandono que sofrem e que faz com que a juventude haitiana só tenha uma esperança: escapar do Haiti.

Desde o início dos incentivos dados à contratação de força de trabalho haitiana, setores ultraconservadores da República Dominicana vêm defendendo a velha visão autoritária de que os haitianos são uma ameaça ao povo dominicano. A falta de um marco regulatório para esse movimento de pessoas entre os dois países dificultou o diálogo e a situação dos imigrantes, que se veem constantemente ameaçados com a expulsão. Não se fala em regularização da migração ou ordenamento migratório (SILIÉ, 2005).

Em 1990, houve uma tentativa de regularizar a situação dos haitianos que vinham já contratados pelas empresas açucareiras, em resposta a diversas campanhas internacionais que promoviam ações contra as violações de direitos humanos na indústria açucareira. Em 1991 o presidente haitiano Jean Bertrand Aristide denuncia na Assembleia Geral das Nações Unidas a situação degradante em que se encontram os haitianos nas plantações dominicanas. A resposta de seu homólogo dominicano, Balaguer, foi repatriar muitos haitianos, agravando ainda mais o conflito (SILIÉ, 2005).

Essas situações dificultaram o estabelecimento de uma cooperação institucional para a migração haitiana. Os esforços dominicanos vêm sempre no sentido de controlar a passagem na fronteira, as atividades dos imigrantes no país, e deportá-los quando bem entenderem. A situação de incerteza em que vivem os imigrantes faz com que sua força de trabalho se desvalorize. Nos últimos anos, principalmente após o terremoto de 2010, multiplicaram-se as ações dos governos para enfrentar a situação não como um problema, mas como oportunidades para ambas as economias.

Sem as dificuldades causadas pelos mecanismos repressivos do Estado Dominicano, a migração do operário haitiano deixa de ser sazonal (DUARTE, 2011), ou seja, ele não retorna ao seu país de origem, ou à atividade açucareira, em épocas de pouco trabalho na construção civil, e sim vai em busca de novas ocupações com caráter urbano, que lhe conferem maior mobilidade. A autora ainda sugere que os haitianos são empregados em postos de trabalho que não foram preenchidos pelos dominicanos, que procuram trabalhos com maior remuneração e que exigem maior qualificação também, no que a imigração parece não aumentar a competição, ao contrário do que alegam algumas entidades dominicanas.

Os empregadores estão livres de quaisquer encargos trabalhistas relativos aos empregados haitianos, o que eleva a rentabilidade de suas operações, por isso a transnacionalização da força de trabalho se torna um grande atrativo para as empresas dominicanas.

Para o Haiti a imigração, além de aliviar a pressão demográfica, diminui a taxa de desemprego e garante uma boa parte de seu ingresso anual devido às remessas e investimentos dos imigrantes.

Hoje moram na República Dominicana cerca de 500 mil haitianos, e 210 mil nascidos na República Dominicana com origens haitianas. Desde setembro de 2013 em um polêmico decreto dominicano, retirou-se a cidadania de todos os dominicanos com origem haitiana, nascidos a partir de 1929. Essa medida foi rechaçada por grupos internacionais defensores dos Direitos Humanos, pelo CARICOM, e duramente criticada pelas autoridades haitianas (RICHARDS, 2013).

Outro aspecto importante da economia dos dois países está relacionado com a circulação de mercadorias. Há um diferencial em relação aos produtos de exportação. No Haiti os impostos de importação são menores do que na República Dominicana o que, somado às poucas distâncias e facilidades de transporte, permite que haja muitas trocas entre os dois países.

O mercado compartilhado entre Haiti e República Dominicana é extremamente desigual. Ferreira (2013) menciona um total de exportações da República Dominicana para o Haiti de 1,5 bilhão de dólares, enquanto os produtos que entram em território dominicano representam apenas 50 milhões de dólares. Muitos desses produtos não são produzidos no Haiti, e sim importados com baixos impostos e vão competir no mercado dominicano (SILIÉ, 2005). Alguns empresários haitianos estabeleceram seus negócios na República Dominicana, em áreas diversas como agricultura, plantações de árvores, engarrafamento de água, entre outros.

Segundo Silié (2005, p. 13, tradução nossa) “para ambos países, o outro constitui o segundo sócio comercial, superado apenas pelos Estados Unidos que é mutuamente o sócio mais importante”. As maiores vendedoras dominicanas no Haiti são Bon (sorvetes), Barceló (rum), Presidente (cerveja), Milano (alimentícia); além do comércio há uma associação entre o Banco Hipotecário Dominicano e o Sogebank e firmas de construção civil dominicanas atuando no Haiti.

Segundo Ferreira (2013) a avicultura dominicana é especialmente dependente do mercado haitiano, que compra 22 milhões de ovos e 53 toneladas de carne por mês. As ajudas internacionais direcionadas ao Haiti têm interesse particular dos comerciantes dominicanos, que estabelecem os preços de acordo com o montante destinado por organizações internacionais à assistência ao povo haitiano.

A qualidade dos produtos dominicanos é altamente contestável. Estando em uma feira livre haitiana, não é difícil entender que os produtos dominicanos que lá chegam são aqueles que nenhum dominicano quis consumir. As barreiras estabelecidas pelo ex-presidente Michel Martelly em 2012, vêm exatamente no sentido de denunciar a baixa qualidade dos alimentos fornecidos pelo país vizinho. O *salami*, produto altamente consumido como fonte de proteínas principalmente pelas famílias com baixíssima renda, foi testado e comprovou-se uma grande quantidade de coliformes fecais e baixa porcentagem de proteína. A carne de frango e os ovos são uma ameaça, pois foram detectados casos de gripe aviária H1N1 na República Dominicana e por meio desses produtos essa epidemia poderia chegar até o Haiti.

A tensa relação fronteiriça entre Haiti e República Dominicana, marcada pelo desgaste de tantas políticas mal elaboradas, parece caracterizar um problema mais grave que é a falta de soberania em tempos de Estado mínimo e livre mercado. O Haiti, país que tem sofrido mais com isso não consegue fortalecer suas instituições para que possam defender sua economia e sua gente dos ataques dominicanos. A República Dominicana, por sua vez, com grande interesse econômico em relação ao Haiti precisa ajudar esse país a superar os problemas, a fim de que haja uma relação mais sólida e mais constante. É urgente e necessário fortalecer os dois Estados para que possam juntos construir soluções para eles.

3 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: A SOLIDARIEDADE ENTRE OS POVOS E A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Nesse capítulo analisaremos o conceito de cooperação internacional, levando-se em conta as formas e objetivos que são assumidos para a mesma. Para tanto, será necessário diferenciar a cooperação internacional e a solidariedade entre os povos ou internacionalismo proletário. Utilizaremos as abordagens de autores que buscaram o entendimento do papel que a cooperação internacional voltada ao desenvolvimento cumpre na subsunção do trabalho ao capital, como os pesquisadores do Centro de Estudios Internacionales, da Nicarágua, e o pesquisador haitiano Jean-Anil Louis Juste.

O estudo de Burke et al. (2008, p.13), enfoca sua análise em cinco modelos de atuação da cooperação internacional que se encontram em campo: tradicional, tradicional reformado (cooperação Norte-Sul), não-tradicional (cooperação Sul-Sul), novo e alternativo.

Ao que nos interessa nesse estudo será necessário agrupar algumas categorias de cooperação internacional, a fim de caracterizar melhor os projetos de sociedade mais evidentes na América Latina hoje. Para tanto, serão abordadas a cooperação tradicional e a cooperação sul-sul.

3.1 A Cooperação Tradicional e o Desenvolvimento de Comunidades

O termo cooperação tradicional refere-se àquele conjunto de práticas e programas de cooperação que têm a liberalização dos mercados entre seus princípios, e são praticados na periferia do capital, nos chamados países subdesenvolvidos⁸ pelos países que fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), através de seu Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (BURKE et al, 2008, p.14).

O trabalho de Louis-Juste (2007) dedica-se a analisar esta forma de cooperação, através da atuação do que ele denomina Internacional Comunitária, que se caracteriza pela formação de um complexo envolvendo as estruturas atuantes da Organização das Nações Unidas (UNICEF, PNUD, FAO, OMC, entre outras), organizações financeiras (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional), as organizações de países como Canadá, França, Estados Unidos, Brasil, que promovem políticas de ajuda pública ao desenvolvimento (APD), as

8 O termo é utilizado aqui justamente pela função ideológica que cumpre nesses projetos, que visam adotar práticas e tecnologias que, na propaganda, levariam desenvolvimento aos países subdesenvolvidos.

Organizações não-governamentais de atuação internacional e algumas instituições privadas com interesses econômicos envolvidos.

A Internacional Comunitária forma um conjunto de organizações e instituições nacionais e internacionais que fazem a política do capital mundializar-se, sob a forma de especulação financeira. Compreende tanto as instituições da ONU quanto as ONGs locais e estrangeiras, que atuam contra a associação voluntária dos trabalhadores, das minorias, das mulheres, dos indígenas, etc. (LOUIS-JUSTE, 2003a, tradução nossa).

Segundo Louis-Juste (2007), em 1944 foram desenvolvidas estruturas de Ajuda Pública ao Desenvolvimento, como parte da cooperação internacional no Acordo de Bretton Woods, através de organismos financeiros como o FMI, Banco Mundial e o Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT). Em 1945 cria-se a Organização das Nações Unidas, visando a articulação dos países em torno de interesses hegemônicos e a mediação de conflitos, causados por tais interesses. Em 1947, no contexto da Guerra Fria, a ajuda pública ao desenvolvimento ganha destaque na promoção do desenvolvimento capitalista e contra a ofensiva socialista. Essa estrutura é envolvida, em 1961, ao Projeto de Aliança para o Progresso, que visava investir em infraestrutura e desenvolvimento na América Latina, com o objetivo de neutralizar os efeitos da Revolução Cubana nesses países e preservar os laços coloniais estabelecidos com os Estados Unidos. Segundo Perkins *apud* Louis-Juste (2007), são enviados economistas mercenários a todos os países da América Latina, oferecendo empréstimos para melhorias na infraestrutura, condicionados à contratação de empresas transnacionais para prestação dos serviços.

As agências de cooperação *United States Agency for International Development* – USAID (estadunidense), *Agence Française de Développement* – AFD (francesa), *Canadian International Development Agency* – CIDA (canadense), *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* – GTZ (alemã), entre outras, são responsáveis por inaugurar a “etapa consensual” do imperialismo, conservando laços autoritários encobertos pelo pretenso desenvolvimento dos alicerces da soberania nacional. Assim a “corporatocracia” é construída na América Latina. Os empréstimos têm como condicionante a diminuição do papel do estado na economia, e a propaganda ideológica a favor dos mercados. O processamento de carências deixadas pelo sucateamento dos serviços públicos e trocas desiguais no mercado, fica a cargo das organizações não-governamentais, favorecidas pela privatização do desenvolvimento (LOUIS-JUSTE, 2007).

No geral, essa ajuda está baseada em projetos e programas setoriais, com enfoque na assistência técnica, treinamentos e serviços, focados em um território recipiente específico, que seria como um plano piloto para o desenvolvimento de outras partes do país. Esses

projetos não estão vinculados necessariamente a um plano de desenvolvimento nacional ou setorial e são geridos pelos próprios doadores, através de suas agências de cooperação (BURKE et al., 2008).

As maiores críticas a esse modelo de cooperação referem-se às condicionalidades e exigências vinculadas à ajuda e à “perpetuação de um modelo de desenvolvimento que não ataca as causas da pobreza” (BURKE et al., 2008, p.15) e está ligado ao agravamento das condições de desigualdade existentes. Para Harvey (2004) o desenvolvimentismo é útil à “expansão geográfica da acumulação do capital”. Nesse sentido, Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), refletindo criticamente sobre a teoria do subdesenvolvimento, afirmam que:

Nunca houve tanta ajuda para o desenvolvimento como após os anos 1970 e, com isto, tanta construção de estradas, de represas para hidrelétricas etc. As organizações multilaterais – a ONU, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e, mais tarde, a OMC – passaram a pautar a agenda mundial como nunca [...], embora mantendo a clivagem do sistema-mundo moderno-colonial de uma geografia desigual dos proveitos e dos rejeitos. (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Os autores consideram que não se pode falar em Modernidade - um fenômeno que teve origem e expandiu-se a partir da Europa no século XVI -, sem falar de Colonialidade, já que foi a partir da exploração das colônias que se gerou a riqueza e o conhecimento necessários ao seu desenvolvimento, logo denominam a essa forma de organização de sistema-mundo moderno-colonial, pois está baseado nessas duas premissas.

Através das práticas humanitárias assistencialistas da Internacional Comunitária cria-se uma mentalidade de dependência em comunidades atingidas por catástrofes e crises, pois investe-se na distribuição de ajuda material às mesmas, perpetuando sua situação de vulnerabilidade (LOUIS-JUSTE, 2003b). Além disso, os técnicos de campo que executam os projetos de Desenvolvimento de comunidade não têm autonomia para intervir no sentido de estimular o livre desenvolvimento, porque devem manter-se fiéis às ações previstas nos projetos (LOUIS-JUSTE, 2007).

As novas mediações na reprodução e expansão do capital, são o investimento em dinheiro (dívida do desenvolvimento) e a transferência de tecnologia (cooperação ao desenvolvimento). A Organização Não-Governamental (ONG) formou eficazmente os especuladores de desenvolvimento nos centros de animação [...]. (LOUIS-JUSTE, 2003b, tradução nossa).

Segundo Burke et al. (2008), as conexões que as ajudas oferecidas mantêm com o endividamento, o livre-comércio e globalização, como contrapartida a ser realizada pelos países receptores, fazem com que essa “mal denominada cooperação” (BURKE et al, 2008) contribua com o aumento da pobreza e saqueio da dignidade dos povos, ao mesmo tempo em que perpetua a dependência e a mentalidade do “subdesenvolvido”, de que ainda há

possibilidade de se desenvolver nos moldes que o mercado oferece.

Os beneficiários de assistência social promovida através de gerenciamento de projetos de desenvolvimento de comunidade consomem o serviço de caridade em troca do consenso necessário à reprodução ampliada do capital. (LOUIS-JUSTE, 2007, p.186).

A chamada Declaração de Paris, em março de 2005, fruto das discussões relacionadas à efetividade e necessidade de reestruturação da ajuda, marca a reforma da cooperação tradicional, a partir de cinco princípios básicos: apropriação, alienação, harmonização, gestão orientada a resultados e prestação de contas e responsabilidade mútua (BURKE et al., 2008).

Essa nova arquitetura da ajuda multilateral vem sendo gestada desde a Declaração de Objetivos do Milênio, que estabeleceu seus principais objetivos; a Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, ocorrida em Monterrey no ano 2000, onde foram estipuladas obrigações mútuas entre os países “em vias de desenvolvimento” e os doadores; e na já mencionada Declaração de Paris, em 2005. Nesse modelo destaca-se o avanço para novas modalidades de cooperação, para além dos projetos de desenvolvimentos local, com uma maior preocupação em estabelecer um diálogo político entre doadores e sócios beneficiários (BURKE et al., 2008, p.31). As modalidades de ajuda que marcam esse modelo são a Ajuda Ampla Setorial (coordenar todas as ajudas em torno de uma estratégia comum para o desenvolvimento de um setor específico, definido pelo governo beneficiário) e o Apoio Geral Orçamentário (melhorar a gestão das finanças públicas e a eficácia do processo orçamentário).

A cooperação tradicional reformada tem suas ações orientadas a resultados desejados, e estabelece indicadores para que se possa avaliar o desenrolar dos projetos. Para tanto, exige que os países beneficiários apresentem informes e estabelece um cronograma de supervisões de acordo com dimensões pontuais, através de mecanismos próprios. As condicionalidades, aqui tem um papel primordial para a manutenção da ajuda. Em muitos casos, as condicionantes rígidas impedem aos beneficiários que estabeleçam suas prioridades, pois sempre têm que levar em conta, primeiro, as condicionalidades da ajuda (BURKE et al., 2008).

A Internacional Comunitária atua com através do “modo de intervenção próprio do liberalismo” (LOUIS-JUSTE, 2007), priorizando soluções individuais, desconsiderando causas globais da carência e negando a atuação coletiva.

Organizações camponesas acabam gerindo projetos de desenvolvimento, sem alocar recursos financeiros para auto-organização. Para perpetuar o financiamento devem seguir as linhas desenhadas por esses organismos, atender uma quantidade exata de pessoas e cumprir

os objetivos traçados. Se não cumprem, o financiamento é transferido a outra organização, e “a solidariedade de classe é substituída pela competição entre grupos populares para se beneficiarem de pequenos projetos de desenvolvimento” (LOUIS-JUSTE, 2007, p. 232).

Um exemplo da dependência que causa esse modelo de cooperação é a atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que se comprometeu em cancelar o balanço da dívida de Haiti, Nicarágua, Bolívia, Honduras e Guiana até 2004, através da Iniciativa dos Países Pobres Mais Endividados. No entanto não só a dívida segue acumulando, como os empréstimos insustentáveis para grandes projetos de infraestrutura seguem sendo o carro chefe do BID nesses países (BURKE et al., 2008). No fundo o que esses investimentos, travestidos de cooperação, vislumbram como resultado é o desenvolvimento de estruturas de telecomunicação, energia e logística, que vão beneficiar aos países centrais do capitalismo, encurtando ainda mais distâncias. O gasto público não deve ser direcionado a estruturas comunitárias.

A crise da dívida externa produzida por essa “ajuda” gera uma crise do modelo de Estado, que ao cabo serve para distrair a atenção a uma crise estrutural, a qual parte dos grandes centros do capital. Como vimos no capítulo anterior as crises são oportunidades de procederem-se os ajustes estruturais necessários à ampliação da acumulação de capital.

Hoje o que se vê na ajuda Norte-Sul em geral é que os países se veem restritos a pagar a dívida que contraíram para chegar aos Objetivos do Milênio, quando deveriam investir no país e conseguir alcançá-los. As condicionantes, longe de aumentarem a eficiência do desenvolvimento, foram responsáveis por corrupção, injustiça, falta de apoio à produção, diminuição do poder aquisitivo, violação dos direitos humanos, desvalorização de moedas, privatização de serviços públicos essenciais e diminuição das oportunidades (BURKE et al., 2008, p.138).

É necessário questionar o termo “cooperação” para esses casos, visto que geram uma relação de dívida e dependência, a favor dos doadores, que mais se beneficiam deste sistema financeiro internacional. Estima-se que por cada dólar de ajuda que vai aos países em desenvolvimento, dez dólares saem como fuga de capitais” (BENDAÑA, 2008 *apud* BURKE et al., 2008).

Louis-Juste (2007, p. 235) denomina esses esforços de “solidariedade de espetáculo” fazendo um paralelo com o conceito de Debord (2003) de espetáculo:

O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o modelo presente da vida

socialmente dominante.[...]. A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a presença permanente desta justificação [...]. (DEBORD, 2003, p. 15).

A solidariedade de espetáculo é, portanto, aquela em que a aparência será mais importante que as ações em si. Ainda segundo Debord (2003), “O espetáculo apresenta-se como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível”, logo a solidariedade de espetáculo, conforme Louis-Juste (2007) a conceitua, é essa em que “categorias benéficas permanecem passivas nesse relacionamento, sendo incapacitadas de liderar seu próprio movimento dentro das práticas desenvolvimentistas”. O autor ainda destaca que o caráter do modelo de desenvolvimento está intrinsecamente ligado à organização da sociedade:

Jamais um país do terceiro mundo escolheu o seu modelo de desenvolvimento fora de uma revolução; uma potência imperialista ou subimperialista decide da forma e conteúdo da cooperação internacional. (LOUIS-JUSTE, 2007, p. 282).

Isso ficou recentemente explícito na atuação internacional no Haiti após o terremoto de 12 de janeiro de 2010. As estruturas criadas baixo o comando do Comitê Interino de Reconstrução do Haiti (CIRH), co-dirigida pelo ex-presidente estadunidense Bill Clinton, ou tinham como representantes atores econômicos estrangeiros, ou recebiam influências diretas desses. Já a instituição que deveria ser criada após o período emergencial, a partir das estruturas haitianas, a Agência pelo Desenvolvimento do Haiti, nunca foi concretizada (SEGUY, 2014).

Por fim, pode se entender assim que o papel dessa mal-denominada ajuda é impor modelos de desenvolvimento que favoreçam os interesses dos grandes capitais internacionais. David Llistar i Bosch *apud* Burke et al. (2008) definiu esses efeitos negativos através do termo “anticooperação” que é, nas palavras dele, “toda aquela atuação realizada no e desde o Norte, cujos efeitos sejam direta ou indiretamente perniciosos para o Sul”.

É necessário aqui esclarecer o caráter desterritorializador e globalizador do modo de produção capitalista (HARDT; NEGRI *apud* HAESBAERT; PORTO-GONÇAVES, 2006), que se inicia com a liberação de territórios e criação do “proletariado livre” (acumulação primitiva), se fortalece com a unificação do valor em dinheiro (equivalente geral) e se perpetua através do estabelecimento de um conjunto de leis “historicamente variáveis imanentes ao próprio funcionamento do capital”, como as leis de taxas de lucro, taxas de exploração e de realização da mais valia.

Nesse sentido, a análise histórica do capitalismo, leva Marini (2000) à conclusão de que a América Latina garantiu a exploração da mais-valia relativa ao produzir bens-salário, necessários à reprodução da força de trabalho, e repassá-los a um baixo custo às nações

industrializadas, reduzindo assim o valor real da força de trabalho.

Com a subsistência garantida, a acumulação, nas nações industrializadas, passa a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que da exploração do trabalhador. Nas nações onde o trabalho não foi especializado, e na América Latina em particular, ocorre o inverso, ou seja, a acumulação de capital depende diretamente do volume de valor produzido por ele e apropriado por outrem. Segundo Marini (2000, p.14), “o que determina a cota de mais-valia não é a produtividade do trabalho em si, mas o grau de exploração do trabalho”.

Nessa lógica, a deterioração dos termos de troca reflete a depreciação dos bens primários, uma vez que, em geral, os produtos industrializados mantem um preço estável. Essa depreciação por sua vez força a produção em larga escala, que leva a um incremento do valor intercambiado. Para aumentar o valor realizado o capitalista aumenta a exploração do trabalhador, seja aumentando a intensidade, seja aumentando a jornada de trabalho, seja reduzindo o consumo do trabalhador além do limite, a partir do qual não é possível nem mesmo reproduzir sua força de trabalho, levando-o ao esgotamento prematuro. Nessas condições o “fundo necessário do operário” se converte em “fundo de acumulação de capital” (MARINI, 2000). O pagamento das dívidas da cooperação completa essa lógica, pois parte desse fundo é destinada ao pagamento as mesmas.

Aqui percebe-se que a cooperação dentro da lógica capitalista é na verdade inversa, ou seja, vai da periferia para o centro do capital, pois transfere valor nesse sentido.

3.2 A Cooperação Sul-Sul

Nos anos mais recentes, com a assunção ao cenário de novos atores políticos e econômicos, evidenciou-se uma forma de cooperação denominada Sul-Sul. A essa relação Burke et al. (2008) dão o nome de cooperação não-tradicional, pois é empregada por países que não se alinham à OCDE, e apresentam uma variada gama de ações de ajuda internacional, com diversos fins.

O surgimento da Cooperação Sul-Sul, também chamada de cooperação horizontal, refletiu uma mudança do papel das fronteiras político-administrativas e do controle da mobilidade humana em diversas regiões. Também reflete a mudança de escala, causada pela formação de blocos e a reestruturação do poder dos Estados Nacionais.

Segundo Abreu (2012), a cooperação Sul-Sul se desenvolve nos marcos do Plano de Buenos Aires, que definiu os princípios da Cooperação Técnica entre Países em

Desenvolvimento (CTPD). Valler Filho (2007) apresenta um escopo do referido plano, que inclui:

- i) o aumento da capacidade criadora dos países em desenvolvimento para encontrar soluções para os problemas de desenvolvimento;
- ii) a capacidade de intercâmbio de experiências, o compartilhamento e utilização combinada dos recursos técnicos disponíveis, desenvolvendo capacidades complementares;
- iii) a capacidade de identificação e análise correta dos principais problemas que os países em desenvolvimento enfrentam e formular estratégias para direção das relações econômicas internacionais;
- iv) aumentar o volume da cooperação internacional, melhorando sua capacidade e a eficácia dos recursos investidos na cooperação técnica em geral;
- v) promover transferência de tecnologia e capacitação apropriadas às realidades e potencialidades de desenvolvimento de cada país;
- vi) as comunicações entre os países em desenvolvimento;
- vii) criar condições favoráveis aos países em desenvolvimento para participação nas atividades econômicas internacionais.

Esse documento reflete uma mudança de paradigma para a cooperação internacional, pois amplia o papel, de assistência técnica para setores primordiais ao bem-estar da população a “ferramenta para fortalecer os anseios por uma democracia representativa e funcional para apoiar a modernização do papel e da estrutura do Estado e da sociedade civil” (VALLER FILHO, 2007).

De fato, a cooperação Sul-Sul, quando efetivamente baseada em complementaridade de recursos e objetivos similares, desponta como um elemento importante das políticas nacionais de desenvolvimento, já que inexitem aqui os fatores de desconfiança e os riscos políticos das iniciativas marcadas pelo desequilíbrio entre parceiros. (AMORIM *apud* VALLER FILHO, 2007, p.92).

Países com elevado crescimento econômico, principalmente aqueles atualmente alinhados ao BRICS, sigla para a articulação entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que envolve uma série de projetos de desenvolvimento e cooperação econômica, inclusive através da criação de um Banco comum entre os países, tem capacidade suficiente para empreender ações de cooperação independente das diretrizes impostas pela OCDE. A essa forma de cooperação Burke et al. (2008) denominam nova cooperação.

[...] uma série de países de renda mediana que, mantendo sua posição de receptores de fundos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, criaram suas próprias agências de cooperação e executam projetos de assistência técnica e intercâmbio de experiências em campos como a educação, saúde, ciência e tecnologia, luta contra a fome e a pobreza ou exportação de políticas de transferência de renda. (AYLLÓN PINO; MASSIP ALONSO *apud* BURKE et al, 2008, p.17, tradução nossa)

Os autores destacam a existência de diferentes abordagens da nova cooperação. Há aquelas ações que visam articular doadores organizados na OCDE e instituições multilaterais não financeiras; aquelas orientadas a captar fundos e recursos através de instituições financeiras multilaterais e bancos regionais de desenvolvimento; e finalmente as que qualificam-se como cooperação triangular, onde um doador aporta os recursos para um projeto ou programa, executado no terreno pelo “novo doador”, em benefício de um país “menos avançado” (AYLLÓN PINO; MASSIP ALONSO *apud* BURKE et al, 2008, p. 17-18).

Abreu (2012), define os objetivos da Cooperação Econômica entre os Países em Desenvolvimento (CEPD): “racionalizar, diversificar e dinamizar os fluxos econômicos entre os países em desenvolvimento, com o intuito de alcançar o crescimento econômico”. Para isso combina recursos de assistência técnica com a capacidade de gestão de políticas econômicas.

Alguns programas de cooperação envolvidos por esse tipo de cooperação se baseiam nos princípios da soberania e da integridade territorial, estabelecido pelo Movimento de Países Não Alinhados. Seguindo esses princípios evitam qualquer conflito que ameace o desenvolvimento de suas empresas no país receptor.

O papel desse tipo de cooperação vem aumentando ao longo dos anos, e em 2008 estimava-se em 12% do total da ajuda a nível global, o aporte dos países que não faziam parte da OCDE. Quando se leva em conta o montante de ajuda que efetivamente chega ao país receptor, essa proporção chega a 20% (BURKE et al., 2008, p.98).

Abreu (2012) elenca alguns dos elementos que diferenciam a Cooperação horizontal da cooperação tradicional, para além dos princípios da horizontalidade, do compartilhamento dos desafios e da ausência de condicionalidades políticas:

[...] busca por maior igualdade comercial e financeira; a defesa de maior igualdade no plano político internacional; a luta contra a pobreza e contra a fome; a defesa do princípio da não intervenção e o respeito à soberania estatal; a busca por uma cooperação para o desenvolvimento de caráter horizontal e que permita o benefício mútuo e a participação de outros setores além do estatal. (ABREU, 2012).

Há alguns desafios e muitas críticas à cooperação não tradicional. Ainda não se desenvolveram marcos políticos oficiais nos países que direcionem a cooperação internacional, nem parâmetros para monitorar o seu fluxo financeiro, que não está diferenciado, e tem uma tendência a se dispersar pelas diferentes instâncias de governo, por isso não há fontes confiáveis de dados para quantificar o montante da ajuda, por exemplo, o que compromete a sua transparência. Ao mesmo tempo, permite uma maior flexibilidade da ajuda, e não exige condicionantes. Dá-se maior ênfase a uma assistência bilateral, de governo

a governo, e a tendência é que a cooperação seja feita em forma de bens e serviços, mais do que ajuda financeira.

Não seria justo, em uma revisão sobre a cooperação internacional, focada no Haiti, deixar de mencionar o papel fundamental de Cuba e Venezuela no redesenho da função da cooperação sul-sul e na busca por uma cooperação autônoma, que prime pela soberania, sem pecar por indiferença.

Em suas reflexões, o comandante Fidel Castro (CASTRO, 2010a) demonstra o papel das Missões Médicas Cubanas na promoção da saúde pública, gratuita e de qualidade no Haiti. Atuando em solo haitiano desde 4 de dezembro de 1998, a Missão Médica não se resume a enviar profissionais da saúde ao país e buscar recursos para reconstrução do sistema público de saúde haitiano, mas também permite que estudantes haitianos se formem nas faculdades cubanas e voltem para contribuir com seu país.

Essa Missão teve papel fundamental no pós-terremoto e principalmente no enfrentamento ao surto de cólera que se seguiu a esse. O poderoso relato de Fidel, sobre a atuação da Brigada Henry Reeve nos dá a dimensão de como a questão foi tratada por Cuba:

No domingo passado, 28 de novembro, chegaram ao Centro de Tratamento da Cólera do hospital de referência comunitário situado na comuna L'Estere do Departamento Artibonite, 18 pessoas em estado muito crítico, procedentes de uma sub-comuna chamada Plateau, as que foram atendidas imediatamente pelos 11 médicos e 12 enfermeiras da Brigada Médica Cubana que ali trabalha. Afortunadamente, conseguiu-se preservar a vida de todos.

Na segunda-feira 29 chegaram desde a mesma sub-comuna mais 11 casos, entre eles, uma criança de cinco anos cujos pais tinham falecido por cólera. Mais uma vez se conseguiu preservar a vida dos mesmos.

Perante tal situação, o Dr. Somarriba, chefe da Missão Médica, decidiu o envio de um veículo todo-terreno com 5 médicos, 2 enfermeiras, um enfermeiro e um reabilitador para a sub-comuna, com os recursos necessários para atender os casos com urgência.

Dos cinco médicos, quatro são formados da ELAM: uma uruguaia, um paraguaio, um nicaragüense, um haitiano e o chefe da brigada cubana do departamento de Artibonite.

Percorreram seis quilômetros pela estrada, caminharam mais seis por terraplano, e finalmente outros dois quilômetros por terreno abrupto com todo o equipamento e os recursos em cima para chegar até a sub-comuna.

Plateau está situada entre cinco montanhas com casas humildes agrupadas em três pontos; calcula-se que o número de habitantes se aproxima de cinco mil. Não há ruas, nem eletricidade, nem comércio segundo informaram, e apenas uma igreja protestante.

A população, de pobreza extrema, dedica-se fundamentalmente ao cultivo de amendoim, milho, feijão e abóbora.

Quando chegaram a Plateau, o pastor da igreja ofereceu-se para organizar dentro da mesma o Centro de Tratamento, com seis camas e quatro bancos dos fiéis, que permite que 10 pessoas sejam internadas de urgência.

Hoje ingressaram oito, três em estado crítico.

Os vizinhos comunicam que já faleceram por volta de 20. Esses dados não aparecem na cifra oficial de falecidos. Durante a noite trabalharão com as lanternas que eles levaram.

A Missão decidiu criar um Centro de Atendimento da Cólera nessa intricada

comunidade, que terá 24 leitos. Amanhã serão enviados todos os recursos, incluído o gerador elétrico.

[...]

Hoje não houve falecidos e foi aberto outro estabelecimento no Norte, para um total de 38 centros e unidades de tratamento da cólera. (CASTRO, 2010b).

Com seu relato Castro demonstra que a questões urgentes é necessário responder com ações concretas e não com promessas futuras. Os médicos não aguardaram terem uma estrutura e recursos adequados para começar a agir, e na sua pressa em resolver a situação deslocaram os esforços que podiam com o que tinham em mãos. A ação surtiu efeito, e muitas vidas foram salvas graças à cooperação cubana.

Outro exemplo, o da Venezuela, demonstra o avanço da cooperação em relação aos serviços básicos, mas também aos fatores preponderantes ao desenvolvimento de um país. Seitenfus (2014), descreve a forma como isso diferencia a Venezuela no quadro da Cooperação Internacional:

[...] por um lado, Caracas está à escuta das reivindicações haitianas e se esforça para tentar compatibilizar sua oferta e possibilidades com estas demandas. Por outro, nada será empreendido sem o conhecimento e prévia concordância das instituições públicas e do governo haitiano. Enfim, a cooperação objetiva trazer benefícios diretos ao povo haitiano sem levar em consideração as eventuais dissonâncias ideológicas com o governo de turno no Haiti. (SEITENFUS, 2014, p.278)

É através do Programa Petrocaribe que se estrutura a cooperação Venezuela-Haiti. O mesmo busca diminuir a influência das companhias petrolíferas privada internacionais no fornecimento de energia, adiando combustíveis a preços e condições preferenciais de financiamento e a parte fundamental para viabilizar projetos de desenvolvimento nos 18 países signatários: “[...] diferir a liquidação de parte substancial da fatura petrolífera, permitindo assim que os Estados clientes utilizem os fundos para financiar programas de desenvolvimento socioeconômico e de infraestrutura” (SEITENFUS, 2014).

O Haiti adere ao Acordo de Cooperação Petrocaribe em agosto de 2007 e em março de 2008 o primeiro navio petroleiro venezuelano atraca em Porto Príncipe. Atualmente o programa aporta 14 mil barris de petróleo por dia ao Haiti. Parte substancial da dívida haitiana com ao Petrocaribe foi anulada após o terremoto de 2010, o que possibilitou uma série de investimentos sociais e de infraestrutura.

O entendimento venezuelano e sobre a ingerência da cooperação internacional na política haitiana é de que:

A ajuda venezuelana tem como objetivo diminuir a miséria do povo haitiano sem nenhuma contrapartida. Meu governo não se interessa sequer pelas ações diplomáticas da República do Haiti com outros países, inclusive com os Estados Unidos. Isto compete às autoridades haitianas que são livres para manter relações

com quem elas bem entendem (GONZALEZ *apud* SEITENFUS, 2014, p. 281).

De fato, Cuba e Venezuela são os países que menos interferem nas relações políticas haitianas, e as que não impõem condicionalidades à cooperação, além de garantirem a regularidade dos recursos oferecidos ao Haiti, embora estejam, a Venezuela principalmente, muito sujeitas às crises econômicas decorrentes da sua inserção no mercado mundial.

4 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NO HAITI

O objetivo deste capítulo é entender como a disputa de projetos de desenvolvimento se dá no terreno haitiano. Para isso utilizaremos os trabalhos de Louis-Juste e Seguy, professores haitianos cuja obra se dedicou a entender a atuação da Internacional Comunitária no Haiti. É necessário demonstrar aqui a importância da militância de ambos, em prol do desenvolvimento da soberania haitiana. Louis-Juste representava a resistência no interior da universidade haitiana, e seu trabalho é referência para os quadros intelectuais haitianos. Infelizmente seu assassinato se deu da forma como ele havia previsto, no dia em que as estruturas haitianas foram abaladas, 12 de janeiro de 2010, poucas horas antes do terremoto. Seguy, por sua vez, buscou o legado de Louis-Juste para analisar as políticas da Internacional Comunitária após o terremoto, e ao ligarmos um trabalho ao outro completaremos um panorama interessante da atuação internacional no Haiti.

A segunda parte se dedicará a entender como o Brasil exerce um papel de subordinação ao capital-imperialismo ao comandar as tropas da MINUSTAH em terreno haitiano. Para isso buscaremos a Dialética da Dependência de Marini, as categorias de superexploração e subimperialismo, desenvolvidas por ele para explicar o papel da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho. Aqui nos perguntamos qual a vantagem de se manter um exército transnacional no Haiti para o processo de reprodução e acumulação ampliada de capital, e onde o Brasil se encaixa nesse xadrez.

A terceira parte complementa a segunda, analisando a forma com que o Brasil se articula com os demais países, principalmente da América Latina, para construir também um processo de cooperação civil que, se não chega a antagonizar com os interesses imperialistas, contribui para diminuir a dependência haitiana.

Por fim, é preciso falar da cooperação de países como Cuba e Venezuela, que se destaca pela amplitude e relevância, mas também pela abordagem e objetivos.

4.1 O projeto capitalista neoliberal expresso na atuação de ONGs internacionais.

O movimento desenvolvimentista que domina a ideologia política no Haiti desempenha o papel ideológico de subordinar o movimento popular ao projeto político do capital transnacional. (LOUIS-JUSTE, 2007, p.100).

As Organizações Não-Governamentais iniciaram sua atuação no território haitiano, compartilhado, na década de 1940, pela igreja católica e o exército. É quando se inicia a organização de diversos sindicatos (Federação dos trabalhadores Haitianos, Movimento

Operário Camponês, União Nacional dos Operários Haitianos e sindicatos independentes), que se desenvolveram a partir da penetração direta do capital estadunidense, após a ocupação de 1915-1934 (DOBOUT *apud* LOUIS-JUSTE, 2007).

Essa militância combativa, mais forte na capital, foi completamente eliminada durante a Ditadura Duvalier. Em 1966, Papa Doc, consegue a renúncia de Paulo VI em nomear o alto-clero haitiano, e assume o poder sobre a indicação dos bispos da igreja católica haitiana, expulsando todos os clérigos que organizavam a oposição ao duvalierismo nas comunidades (LOUIS-JUSTE, 2007). No mesmo ano, o mesmo papa, declara que o novo nome da paz é o desenvolvimento, respaldando a expansão capitalista que se iniciava então, no pós-guerra.

Segundo Louis-Juste (2007), a própria igreja católica, sob a influência da Teologia da Libertação, organizada após o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín em 1968, que buscava resgatar no Evangelho a essencial opção pelos pobres, é quem inicia em 1973 a organização dos centros de pastorais sociais e capacitação camponesa. É a mesma igreja que oferece a estrutura necessária à organização e unificação da oposição ao regime duvalierista. Com o exílio de Baby Doc, em 1986, arquitetado pelo governo estadunidense, o Estado-Maior das Forças Armadas Haitianas e a Conferência Episcopal, o momento da reorganização da política no país trouxe consigo a oportunidade para que uma grande diversidade de organizações de trabalhadores, de caráter variado, viesse a público. Para cada partido político que se organizava, havia um ONG, que junto com outras ONGs simpáticas, viabilizavam a ação política deste. Os novos partidos e ONGs, erguidos no contexto da oposição ao duvalierismo, pela redemocratização, convergiram finalmente para a eleição de Jean Bertrand Aristide em 1990 (LOUIS-JUSTE, 2007).

O surgimento das ONGs, na década de 70, no Haiti, tem estreita ligação com a fase neoliberal do capitalismo, pois aquelas representavam a “cara-comunitária” deste. O “anti-estatismo” que marca o neoliberalismo, marca também a atividade das ONGs, que atuam independentemente de Estado, processando as carências deixadas pela diminuição do seu papel. Segundo Louis-Juste (2007), os projetos que as ONGs apoiavam visavam a permitir que a classe trabalhadora sobrevivesse às ondas de terapia de choque aplicadas pelas ditaduras neoliberais. Portanto atuam como “instrumento de guerra de baixa intensidade”. (LOUIS-JUSTE, 2007, p.227). Ainda assim, muito mais pela imagem do que pela atuação, tinham boa circulação, inclusive no campo mais progressista.

A primeira Lei haitiana referente à regulamentação da atuação das ONGs, data de 13/12/1982, e foi modificada por Decreto de 14 de setembro de 1989. Esta legislação define como ONGs de Ajuda ao Desenvolvimento todas as “organizações privadas, apolíticas, sem

fins lucrativos, com objetivo de promover o desenvolvimento a nível nacional, departamental ou comunal e que disponham de recursos para concretizá-los” (REPUBLIQUE D’HAITI, 1989), devidamente registradas no Ministério do Planejamento e da Cooperação. O Artigo 2º do referido Decreto considera o caráter nacional e internacional das ONGs, sendo que os Conselhos das ONGs Internacionais devem ter em sua composição pelo menos 1/3 de cidadãos com nacionalidade haitiana. O Decreto regulamenta, ainda, as formas de controle social, constituindo conselhos, em nível nacional, departamental e comunal, formados por diversos Ministérios e pelas ONGs que atuam no território, estabelecendo rotinas de reuniões e formas de organização, de forma a dar condições ao Estado de acompanhar a atuação das ONGs. Na prática, no entanto, não há orçamento que garanta o funcionamento efetivo dessa estrutura, logo a ingerência das ONGs no território haitiano é patente. A isso soma-se a isenção de impostos garantida pelo Decreto, bem como a livre importação de equipamentos necessários ao seu funcionamento, e livre circulação de agentes estrangeiros ligados às ONGs para desenvolvimento dos projetos.

Conforme se pode depreender da análise até aqui exposta, o “estado de bem-estar” nunca foi instalado no Haiti, logo o conceito de desenvolvimento trabalhado pelas ONGs visa exatamente minimizar as contradições geradas pela organização do trabalho no modo de produção capitalista, visando a sua manutenção, sem eliminar a exploração inerente a este modo.

Ainda segundo Louis-Juste (2007), a “sociedade civil” atualmente no Haiti, atua na defesa do desenvolvimentismo e de uma “transição democrática” que só se presta a modernizar a dominação, sem alterar a natureza do estado haitiano. Essa lógica é que rege o Grupo dos 184, agrupação que reúne 184 organizações do campo e da cidade, visando “redefinir de modo radical as relações entre estado, sociedade e cidadãos”, defendem a bandeira da justiça sã e equitativa e do projeto coletivo de desenvolvimento, entendido como “solução nacional”. Está clara no projeto do Grupo, a negação da luta de classes, uma vez que inclui nas pautas a defesa dos interesses da nação como um todo, incluindo a elite haitiana.

Sob a pauta da “solução nacional”, o grupo propõe soluções de mercado como a “justa remuneração”, ignorando o fato de não haver justiça nas relações salariais capitalistas; o desenvolvimento sustentável, com investimentos no aumento da produção nacional; e a criação de empregos. Pregam o respeito à propriedade privada e colocam a questão da falta de unidade entre os haitianos como um bloqueio ao desenvolvimento, que gera delinquência política, social e econômica (LOUIS-JUSTE, 2007).

A internacionalização do processo produtivo e da exploração da força de trabalho leva a

uma mundialização das classes sociais, em toda sua diversidade. Nesse sentido as ONGs passam a desempenhar um “papel crescente nas negociações internacionais” (VIEIRA *apud* VIEIRA, 2011) e, atuando como instrumento de uma “cidadania planetária”, podem “contribuir para a constituição de uma nova institucionalidade política consubstanciada numa esfera pública transnacional” (VIEIRA *apud* VIEIRA, 2011, p. 79).

Faz-se necessário aqui, questionar o caráter autônomo das ONGs, uma vez que atuam, em sua maioria, sob a lógica da Internacional Comunitária, de oferecer Ajuda ao Desenvolvimento, como forma de combater a organização das camadas mais progressistas em torno de um programa que leve ao alçamento da população para reivindicar a mudança do modo de produção. Assim afirma Louis-Juste (2007):

É próprio do desenvolvimento de comunidade agrupar os camponeses para subtraí-los de possíveis ligações com as antigas lutas camponesas que apontavam o controle da terra e do mercado como mecanismos de empobrecimento dos camponeses e a falta de escola como política de perpetuação da dominação social. (LOUIS-JUSTE, 2007, p. 115).

Assim, a cooperação sob a ótica da APD, atua como promotora da etapa “consensual” do imperialismo, que ao pretender desenvolver os alicerces da Soberania Nacional acaba conservando os laços autoritários, próprios da dependência.

[...] aplicado na terra da Revolução antiescravista, o projeto de desenvolvimento de comunidade nega o projeto de emancipação humana [...]. (LOUIS-JUSTE, 2007, p.167).

A preocupação com a modernização tecnológica parece ser o maior esforço dos projetos de desenvolvimento, ainda que haja tantos problemas mais eminentes como a fome, o analfabetismo, as condições precárias de saúde. Nas palavras de um coordenador de projeto desenvolvido pela FAO, junto aos governos brasileiro e haitiano: “Como pode ser que num país em que mais de 50% da população passe fome em alguma época do ano, os esforços para reconstrução da agricultura consumam apenas 2% de toda a ajuda que chega?”

A Cooperação para o desenvolvimento é desigual, e objetiva a aceitação de privilégios e legitimação de carências. “A cultura participativa dos povos não participa da definição dos projetos” e o “grandonismo [...] desempenha o papel de intermediário na dominação do campo pelo mercado”. (LOUIS-JUSTE, p. 179).

Os beneficiários de assistência social promovida através de gerenciamento de projetos de desenvolvimento de comunidade consomem o serviço de caridade em troca do consenso necessário à reprodução ampliada do capital. (LOUIS-JUSTE, 2007, p.186).

A reprodução das ONGs está condicionada à ajuda de governos e da Internacional Comunitária, logo precisam competir entre si, através de medidas gerenciais em busca de

maior eficiência, para receberem esses recursos escassos e manejá-los conforme seus projetos que, dependentes desses recursos, não são, nem poderão ser, sob essa lógica, autônomos. Essa dependência impede as ONGs de criarem suas próprias atividades e direciona recursos à satisfação das necessidades, não das comunidades, e sim dos seus financiadores:

A 'propensão à transnacionalidade' resulta mais da influência do capital transnacional que orienta as normas de comportamento das ONGs, que de um suposto interesse comum que seria imanente a essas ONGs. (LOUIS-JUSTE, 2007, p. 203).

Algumas ONGs descritas por Louis-Juste (2007) atuam no âmbito da Educação Popular, que está intrinsecamente ligada ao tema da emancipação social, e por isso cumprem, segundo o autor, papel importante no desenvolvimento de fato das comunidades onde atuam. No entanto, destaca:

Se as ONGs chamadas alternativas se diferenciam das conformistas pela discriminação positiva a favor dos pobres, encontram-se em um ponto comum por não questionarem a dominação do ponto de vista comunitário-desenvolvimentista nas suas atividades. (LOUIS-JUSTE, 2007, p. 194).

Apesar de terem entre seus quadros técnicos militantes de esquerda, as ONGs carecem de autonomia própria e dependem do direcionamento dos financiamentos para garantir seus trabalhos. A estratégia de financiamento consiste em fomentar a “divisão política dos pobres pela intervenção pontual e segmentada e pelo discurso desenvolvimentista sobre seus problemas sociais” (LOUIS-JUSTE, 2007, p. 228, grifo do autor).

[...] isso não interdita que um técnico militante venda sua capacidade de trabalho nas ONGs que possuem meios de emprego. Só que esse serviço não deveria ser confundido com a luta pela transformação social emancipatória, pois não inclui a compreensão da contradição antagônica que iluminaria as respostas tático-estratégicas no cotidiano e no agenda político [sic]. (LOUIS-JUSTE, 2007, p. 229).

Ainda que se apresentem como alternativas, as ONGs que trabalham na perspectiva da educação popular e da organização de comunidades para operar/pautar mudanças apresentam “limites ideopolíticos reais da estratégia esquerdista haitiana de ocupar espaços dentro da ‘geocultura do capital’” (LOUIS-JUSTE, 2007, p. 245).

Essas ONGs se organizaram no contexto da luta anti-duvalierista, junto ao partido *En Avant*, que organizava a resistência a partir da diáspora (França, Canadá e EUA), com orientação maoísta (organizar os camponeses para derrubar a oligarquia dependente haitiana) e caráter anti-imperialista, anti-revisionista e antiditatorial. Segundo Louis-Juste (2007), uma das falhas desse partido, foi ignorar o caráter elitista da diáspora haitiana, pautando a perspectiva de volta da mesma, se envolvendo na luta clandestina, que seria apoiada pela luta aberta na diáspora. Nesse contexto são criados o Institut Technologique et d’animation (ITECA) e o Institute Culturel Karl Lévèque (ICKL), ONGs com caráter camponês, cujas

pautas principais eram a assistência técnica e a alfabetização de camponeses. Essas são consideradas por Louis-Juste como ONGs alternativas de primeira geração, pois surgiram ainda na década de 70.

O ITECA propõe como saída para a dependência das ONGs pelas comunidades, o crédito rural, com formação de cooperativas de crédito e organização de caixas populares que apoiem a produção local. Para isso, entende que é necessário reforçar capacidade organizacional dos parceiros, avaliando que os mesmos têm algumas problemáticas a serem resolvidas: campo de atuação muito amplo; dispersão dos grupos na zona de intervenção; recursos humanos e financeiros insuficientes; e movimentação da conjuntura política dificultando socialização das análises (LOUIS-JUSTE, 2007).

Segundo Louis-Juste (2007), entre os objetivos do ITECA, figurava a articulação da dimensão política com dimensão técnica (gestão de cooperativas). No entanto, em avaliação (LOUIS-JUSTE, 2007), o ITECA aponta para o fracasso do seu programa de formação de animadores o desenvolvimento de clientelismo entre capacitados e a base; a cooptação dos melhores animadores nas bases para os quadros do ITECA, fato observado em minha vivência e desenvolvimento de projetos junto ao Tèt Kole (relação que detalharemos no Quarto Capítulo), que tem, ainda hoje, uma grande dificuldade em manter organicamente os quadros técnicos na organização; Estruturação da ONG e não do movimento (escritórios, veículos, recursos...), também observado na prática considerando-se os bens que o movimento tem hoje (até 2012 não tinham sequer um carro disponível para deslocamento da Direção Nacional). Os avaliadores, mesmo tendo em consideração os efeitos desaglutinadores que os projetos podem ter sobre as comunidades, sugerem remoção de obstáculos técnicos e financeiros, para manutenção dos mesmos, pois essa é a forma que veem para sua própria manutenção e da sua organização. Isso não significa que o ITECA tenha capitulado em seu objetivo de defender as organizações haitianas e capacitar quadros, mas a própria forma como se organiza a ajuda, o financiamento aos projetos do ITECA, impede que se avance no sentido de buscar a emancipação dos camponeses e camponesas haitianos.

Ao analisar ONGs alternativas como o ITECA, Sosyete Animasyon Kominikasyon Sosyal (SAKS) e Programme pour une Alternative de Justice (PAJ), Louis-Juste (2007) entende que a dependência é causada pela contradição entre o projeto de educação popular das organizações e movimentos e o projeto de desenvolvimento de comunidades financiado pelas ONGs doadoras. O processamento de carências e o processo de educação de carentes são opostos. A tentativa de adaptação é causa do fracasso dos dois projetos.

O Vigia/avaliador de projetos de desenvolvimento de comunidade (frequentemente

estrangeiro), verifica se estão cumpridas as exigências da agência financiadora na execução dos projetos, já o militante do movimento social terá o papel de propor um controle sobre a qualidade no desenvolvimento do projeto e sua relevância para a organização da comunidade envolvida. As ONGs, interessadas na perpetuação dos seus projetos, focam na capacitação técnica em gestão, na promoção de atividades (comunicação, agricultura, pecuária, etc.) e estruturação específica, para atividades pontuais, e não na formação de quadros no interior das comunidades.

As temáticas trabalhadas nos projetos de desenvolvimento de comunidade não são um problema para o desenvolvimento da livre individualidade, mas “são tratadas em desconexão com a sociabilidade do capital” (LOUIS-JUSTE, 2007, p.276). As pautas levantadas pelas ONGs são insuficientes para politizar o processo de Educação popular e avançar ao projeto de livre individualidade. A educação popular desenvolvimentista “desempenha um papel contraditório na organização do controle social dessa esmagadora população pelo capital” (LOUIS-JUSTE, 2007, p. 277).

O desenvolvimentismo alternativo “é uma experiência de luta ideológica fora do âmbito de luta política concreta” (LOUIS-JUSTE, 2007) por isso não envolve desenvolvimento de consciência de classe.

“ONGs são originadas no movimento da reprodução ampliada do capital no momento da luta contra a queda da taxa de exploração da mais-valia”, produzem então uma “solidariedade de espetáculo” esvaziando “conteúdos sócio históricos desse modo de práticas populares na vida e trabalho dos camponeses”, excluindo “a participação destes na organização da solidariedade” (LOUIS-JUSTE, 2007, p.316).

O tempo de presença física dos técnicos nas comunidades, concebido nos projetos para que não dure mais de uma semana, não permite envolvimento com a realidade, portanto a conscientização dos beneficiários fica comprometida, e a participação política do técnico limitada.

Louis-Juste (2007) conclui que é necessária a reorganização política das ONGs alternativas, mantendo, em cada região onde intervir, um representante encarregado de estimular o processo de conscientização política. Promovendo seminários com ênfase na vida e trabalho dos camponeses da região, e resgatando as formas de organização da vida e do trabalho no campo, como os *konbits*, peças chaves para desenvolvimento do projeto de livre individualidade no Haiti, como explicitado no último capítulo deste trabalho.

Seguy (2014) situa o terremoto de 12 de janeiro como uma continuidade da dominação pelas potências mundiais com a cooperação ativa das classes dominantes haitianas. Nessa

ocasião o governo haitiano elaborou um plano de ação para a reconstrução, como uma proposta para contemplar as expectativas dos parceiros internacionais. Seguy (2014) ironiza o documento: “[...] não é curioso que o plano de recuperação pós-terremoto do Haiti apresentado pelo seu governo não passa de uma proposta? Ele não é nem uma decisão nem uma resolução. Apenas uma proposta, endereçada aos parceiros internacionais”.

4.2 A MINUSTAH e o subimperialismo brasileiro

A diminuição das distâncias, obtida através do desenvolvimento das tecnologias de transporte e comunicação ao longo do tempo, permitiu uma “compressão de nossos mundos espaciais e temporais” (HARVEY *apud* VIEIRA, 2011). Santos *apud* Vieira (2011) avalia, por sua vez, que essa compressão, possível pelos “prodígios da velocidade”, que só estão disponíveis a um número limitado de pessoas, levou a uma “tirania do dinheiro” e uma “tirania da informação que associadas, conduziram “à aceleração dos processos hegemônicos”.

Para Vieira (2011) “O estado não estaria perdendo força, ou sendo redirecionado, pelo processo de globalização, mas ao contrário, a globalização operaria como uma justificativa para enfraquecer alguns estados, em função de interesses econômicos”. O Estado é entendido aqui como um aparelho de dominação, mas também como um espaço para garantia de conquistas sociais. Nesse sentido, como efeito do desenvolvimento dos meios de comunicação, haveria um direcionamento para a unificação do mercado financeiro, dominado pelas maiores economias e hegemônico pelo “país cuja moeda é utilizada como moeda internacional de reserva” e que, portanto, dispõe de uma “grande margem de liberdade”. O “mito da globalização”, difundido através do “imperialismo cultural norte-americano”, “contribui para apanhar países ingênuos e despreparados na malha dos interesses internacionais dominantes” (BATISTA JÚNIOR *apud* VIEIRA, 2011).

Com o desenvolvimento da grande indústria e do mercado mundial, foram criadas novas necessidades, não mais satisfeitas pelos produtos nacionais, e sim por produtos de diversas regiões e climas. “No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual” (MARX; ENGELS *apud* VIEIRA, 2011).

O processo de transformação do capitalismo em imperialismo capitalista, descrito em Lenin *apud* Vieira (2011), foi impulsionado pelo aumento das operações bancárias e crescente

concentração do número de bancos que as faziam, formando um monopólio sobre a disposição do capital-dinheiro, que dispõe inclusive grande parte dos meios de produção e fontes de matéria-prima de muitos países.

Esse monopólio permitiu a ascensão do capital financeiro, que somado à concentração do capital industrial nos países capitalistas avançados e ao desenvolvimento de relações econômicas internacionais, inauguraram o período do capital imperialista, cuja expansão se deu através da exportação de capitais, em forma de empréstimos públicos e privados, a fim de impulsionar a indústria extrativa e os setores agrários dos países atrasados.

O referido processo possibilitou a formação nesses países de elites dependentes, subordinadas e associadas às elites centrais. A Teoria da Dependência, analisando esse processo de subordinação desde a perspectiva da periferia, busca explicar como se deu a expansão do capitalismo. Para Bresser-Pereira *apud* Vieira (2011), “A expressão ‘dependência’, na periferia, é a contrapartida da palavra ‘imperialismo’, no centro”. Essa corrente de pensamento, com origem no pensamento dos quadros da CEPAL, principalmente, busca entender como é desigual a difusão do progresso e distribuição de seus ganhos na economia mundial, logo há uma deterioração dos termos de troca, o que deslegitima a Teoria das Vantagens Comparativas, que defendia que cada país deveria se especializar na produção do que fosse mais vantajoso e, através de sua inserção num mercado livre, desenvolver-se. A CEPAL, por sua vez defendia a criação de políticas protecionistas, por um Estado planejador, executor, para desenvolver a indústria através do nacional desenvolvimentismo e da substituição de importações.

Ruy Mauro Marini é quem, entre os marxistas que trabalham a Teoria da Dependência, desenvolve dois conceitos fundamentais para seu entendimento: Superexploração do Trabalho e Subimperialismo. O primeiro diz respeito à forma como a força de trabalho dos países periféricos são duplamente explorados: para produzir excedentes para os países centrais e para os capitalistas locais. A força de trabalho superexplorada, combinada a uma estrutura agrária atrasada, gerava um mercado consumidor insuficiente, problema que seria resolvido ocupando-se mercados consumidores de economias ainda menores, reproduzindo relações imperialistas em escala regional – processo denominado subimperialismo.

Nos países periféricos, a superexploração da força de trabalho se dá através da subremuneração do trabalhador, os salários pagos não são suficientes nem mesmo para garantir reprodução da força de trabalho, e a parte do salário que é expropriada do trabalhador é repartida entre os capitalistas locais associados aos países capitalistas centrais (MARINI, 2000; FONTES, 2009).

Nesse quadro,

A expansão para o exterior de capitais aqui sediados, brasileiros ou associados, seria duplamente marcada pela superexploração [...] Mantida a dependência, as exportações de capitais brasileiros se tornavam economicamente necessárias, pois suas condições de emergência, a superexploração e o aporte de capital externo, bloqueavam sua realização. (FONTES, 2009, p.226).

A concentração de riquezas, proporcionada pela progressão positiva da acumulação capitalista estadunidense, não se traduz em investimento produtivo proporcional, uma vez que isso poderia gerar violentas crises de superprodução. Logo os investimentos improdutivos, principalmente com a indústria bélica e publicidade, ganham cada vez mais importância na manutenção do equilíbrio financeiro das grandes potências, conforme abordamos no primeiro capítulo. Há ainda uma parte desse excedente que será convertido em exportação de capitais, no que se convencionou chamar imperialismo, pois nesse processo, as fronteiras econômicas são ampliadas.

Marini utiliza o conceito de subimperialismo cunhado por Karl Kautsky, segundo o qual “com a concentração progressiva do capital em um gigantesco *trust* mundial se podia esperar a centralização política correspondente a uma transição necessária e pacífica ao socialismo” (KAUSTKY *apud* MARINI, 1985), mas com a crítica de Lenin, de que ainda que haja uma tendência integracionista, o efeito do capitalismo mundial seria o desenvolvimento de contradições e conflitos, antes de que culminasse num rompimento que significasse o seu fim.

Talheimer *apud* Marini (1985) chama de cooperação antagônica a essa tendência integracionista, aportada pela intensificação da exportação de capitais e da subordinação tecnológica, em que os países que de alguma forma disputam o *hegemon*, não chegam a desenvolver uma hostilidade declarada, mas procuram colocar obstáculos ao processo de integração uns dos outros.

A exportação de capitais promovida por essas economias gera nos países subordinados o desenvolvimento da indústria, que carrega consigo uma agudização das contradições sociais e agrava o quadro de crise. As inovações tecnológicas incentivam aos países centrais que busquem a diminuição do prazo de renovação do capital fixo, através da exportação de equipamentos obsoletos para as nações subordinadas.

Algumas nações subordinadas destacam-se entre as demais, como foi o caso do Brasil, onde promoveu-se um desenvolvimento capitalista ainda subordinado, mas alternativo, que Marini (1985) chamou de “Complexo Industrial Militar”, que visava atrair investimento estrangeiro, diminuindo a poupança nacional, para consolidar “uma indústria de bens intermediários, de consumo durável e de equipamentos, altamente tecnificada e dotada de forte capacidade competitiva”. Uma indústria com essas características possibilitaria uma

expansão exterior brasileira, satisfazendo os sonhos hegemônicos da elite militar que comandava o país à época.

Nesse momento o subimperialismo brasileiro se expressa na intenção de tornar-se um “centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina, criando inclusive as premissas de um poderio militar próprio” (MARINI, 1985). Com isso intensifica a renovação tecnológica de sua indústria, afim de absorver da indústria estadunidense “os equipamentos que a rápida evolução tecnológica torna obsoletos” e de desenvolver a produção industrial nos marcos da “nova divisão internacional do trabalho”.

A produção excedente gerada aí não poderia se realizar no mercado interno, por isso foi necessário “garantir uma reserva externa de mercado para sua produção [...] mediante a incorporação extensiva de mercados já formados” (MARINI, 1985). O subimperialismo brasileiro representou então uma extensão indireta do imperialismo estadunidense, uma vez que por aceitar a política imperialista, o Brasil foi compelido a adotar políticas imperialistas para com seus vizinhos. Esse processo foi marcado pela cooperação antagônica entre as subpotências regionais (Brasil e Argentina) e a colaboração destas burguesias com os EUA, inclusive para conter o avanço das ideias revolucionárias nesses países, agravado pela integração imperialista.

O autor explica que

O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não só se acompanha de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, mas também se mantém no marco de hegemonia exercido pelo imperialismo em escala internacional. (MARINI, 1977, p.18).

Segundo Fontes (2009), “[...] o Brasil integra hoje um grupo de países que ascendeu a uma tal concentração de capitais que o impele – ainda que de maneira subordinada – a incorporar-se ao conjunto dos países imperialistas”.

A dependência estrutural da economia brasileira impede a atuação imperialista nos moldes daquela feita pelos países centrais, embora a expansão do capital-imperialismo contemporâneo seja cada vez mais combinada. O Brasil não possui poderio militar para enfrentar conflitos interimperialistas, assim como nenhum país do mundo dispõe de poderio para enfrentar os EUA, nem possui empresas grandes o suficiente para expandir mercado à força. Assim o Brasil “incorpora uma subalterna plataforma de uso pelos capitais multinacionais aqui implantados. [...] Há uma escala imperialista de acumulação e concentração de capitais em determinados setores” (FONTES, 2009).

A autora considera “que o Brasil hoje integra o grupo desigual dos países capital-

imperialistas, em posição subalterna” (FONTES, 2009), na qual predominam as políticas externas voltadas aos países mais dependentes e subalternidade nas relações com países centrais do capital-imperialismo.

Ela analisa

[...] o papel econômico e político da ampliação estatal seletiva através da segregação dos aparelhos privados de hegemonia patronais e burgueses e da repressão à associatividade contra hegemônica; a necessidade da fuga para a frente, via concentração de capitais, resultante das intensas lutas sociais no Brasil; o papel do mercado interno e, finalmente, algumas reconfigurações atuais, resultantes do conjunto do processo. (FONTES, 2009, p. 227-228, grifo da autora).

No contexto das relações com o Haiti, a presença brasileira se intensifica a partir da crise desencadeada em 2004, causada pelo fim de todos os mandatos dos parlamentares eleitos ao Senado, sem que a oposição e o partido do governo (*Fanmi Lavalas*) chegassem a um acordo sobre a composição de um Conselho Eleitoral Provisório, e a manutenção do poder Executivo, controlado por Jean Bertrand Aristide, governando por Decreto, foi o estopim para uma série de conflitos entre os partidos que culminaria na segunda queda de Aristide.

Com a estabilidade ameaçada, o Haiti tornou-se palco de conflitos armados que envolviam disputas políticas entre os partidos, o que desestabilizou a Polícia Nacional Haitiana (PNH), favorecendo o tráfico de armas e drogas no país (VALLER FILHO, 2007), funcionando então como um entreposto para essas drogas, que se destinavam à América do Norte.

Grupos rebeldes se organizaram e tomaram cidades importantes como Gonayiv e Okap, principais capitais departamentais, e cortaram as rotas da capital para o Norte do país. Antigos militares, que haviam se instalado na República Dominicana com a extinção do exército em 1994, juntaram-se aos rebeldes, aumentando a tensão na região (VALLER FILHO, 2007). Ainda segundo o autor, na capital construíram-se barricadas e um clima de guerra se instalou, deteriorando a situação política de Aristide, que foi convencido pelos embaixadores da França e dos EUA, a deixar a presidência em fevereiro de 2004.

Instalou-se aí um governo provisório, responsável por restaurar a estabilidade necessária a um processo eleitoral legítimo e democrático, após o qual seria possível estabelecer um programa de reconstrução do Haiti, que levasse em conta suas necessidades prementes.

Com vistas a manter a ordem no Haiti, a ONU designa, em 2004, a Missão de Estabilização do Haiti (MINUSTAH), cujos principais objetivos, segundo Sá (2015) são:

i) Assegurar um ambiente político e institucional favorável ao cumprimento da Constituição; Reestruturação e treinamento da Polícia Nacional Haitiana; Programas de Desarmamento, Desmobilização e Reabilitação (DDR) visando todos os grupos armados

organizados; Manutenção da ordem pública, apoiando ações da PNH e da Guarda Costeira; Proteger o pessoal e as instalações da ONU; proteger os civis de qualquer injúria;

ii) Apoiar o processo político, o desenvolvimento institucional e a governança democrática; assistir o governo na retomada de um processo de diálogo e conciliação; ajudar na organização de eleições em todos os níveis, inclusive providenciando material e logística necessária à ampla participação da população votante;

iii) Proteção dos Direitos Humanos, atendimentos a vítimas de abuso, e monitoramento da situação dos direitos humanos – incluindo repatriados e exilados.

A presença da MINUSTAH garantiu neste primeiro momento, ainda sob o Governo provisório, a estabilidade necessária para que as instituições públicas se restabelecessem, com o apoio da cooperação internacional.

Segundo Valler Filho (2007) com a presença e apoio do FMI, foi elaborado um orçamento coerente e reaparelhou-se a máquina pública. As prioridades econômicas do governo transitório eram a retomada do controle financeiro, fortalecimento do controle dos gastos públicos, “modernização das empresas públicas de serviços essenciais” (eletricidade, telefonia, água, portos e aeroportos) e a criação de empregos.

Desde o seu início, a MINUSTAH foi comandada por oficiais brasileiros, e o governo brasileiro, além de ser responsável por um vultoso aporte de recursos à Missão, também manteria o maior contingente cedido para a MINUSTAH e o fornecimento dos equipamentos necessários.

Segundo Valler Filho (2009), as alegações brasileiras para assumir o comando da missão foram “[...] por um lado, [cumprir] diretrizes da política externa, calcadas no fortalecimento de uma identidade latino-americana e caribenha e na construção de uma agenda comum de desenvolvimento”, mas também não se pode negar a ambição antiga de “obter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas”. Para tanto, a atuação na crise haitiana daria a visibilidade necessária para o início das negociações nesse sentido.

Seitenfus (2014) analisa ainda que, pelo motivo de o Haiti estar submetido a um embargo de armas, essa seria uma oportunidade de favorecer a indústria armamentista brasileira sem, no entanto, oferecer risco aos contingentes militares deslocados. Além disso, Rice *apud* Seitenfus (2014) afirma que soldados latinos são mais baratos que os americanos, e a inserção desses agentes na missão de Paz proposta possibilitou que os EUA, maiores interessados no assunto, dispusessem apenas de um quarto do orçamento necessário ao seu funcionamento.

Já Simões (2011), afirma que a decisão do governo brasileiro em comandar a MINUSTAH foi precedida de solicitação do governo provisório haitiano à ONU “para que o país participasse do contingente militar. A decisão foi precedida de ampla consulta junto aos parceiros regionais do Haiti, no âmbito da CARICOM”.

A participação no comando da MINUSTAH garantia ao Brasil atuar nas duas frentes definidas pelas Nações Unidas para reconstrução do Haiti: uma militar e policial, que garantisse a estabilidade, a segurança e a ordem e uma civil, de promoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social.

Segundo Hirst (2011b),

[...] enquanto seja acertado encontrar nexos entre a criação desta Missão e os interesses dos EUA também é pertinente sublinhar as rápidas diferenças de expectativas entre o governo norte-americano, o comando da MINUSTAH e as representações diplomáticas latino-americanas quanto à forma de operar junto aos focos de violência, ao diálogo mantido com as forças políticas locais e ao reconhecimento do peso da cultura política haitiana na reconstrução do Estado de direito no país. (HIRST, 2011b, p. 64).

Após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, todo esforço empreendido pela cooperação internacional e pela MINUTAH teria seus objetivos redimensionados para as urgências instauradas pela catástrofe. Segundo Hirst (2011b), as “avaliações técnicas sobre a funcionalidade dos arranjos políticos domésticos” substituíram os esforços para a recuperação das instituições haitianas e garantia dos direitos dos cidadãos. Os países da região, que antes exerciam em grande medida o protagonismo das ações, agora passavam a meros figurantes, enquanto os grandes doadores definiam os objetivos e coordenavam as ações da cooperação internacional, “[...] ideia força tornou-se a fundação de um novo Haiti comandada pelos EUA e a ONU” (HIRST, 2011b).

Ainda segundo a autora, a atuação brasileira, que antes buscava o apoio necessário na própria América Latina, passou a se articular então com esses grandes doadores, seguindo suas diretrizes. Os demais países da América Latina, por sua vez, apesar de aportarem 65% do contingente total das forças da MINUSTAH, não tem assento no CIRH, não participam das decisões sobre as políticas de desenvolvimento implementadas.

Percebe-se então o caráter da participação dos países subalternos em tal missão: garante a aplicação das políticas externas dos países centrais, através dos aparatos de países periféricos, que pouco interferem no processo de tomada de decisão.

O quadro a seguir demonstra a evolução do orçamento e dos contingentes da MINUSTAH, ao longo dos seus 11 anos de existência.

Quadro 3 – MINUSTAH: Evolução de orçamentos e Contingentes

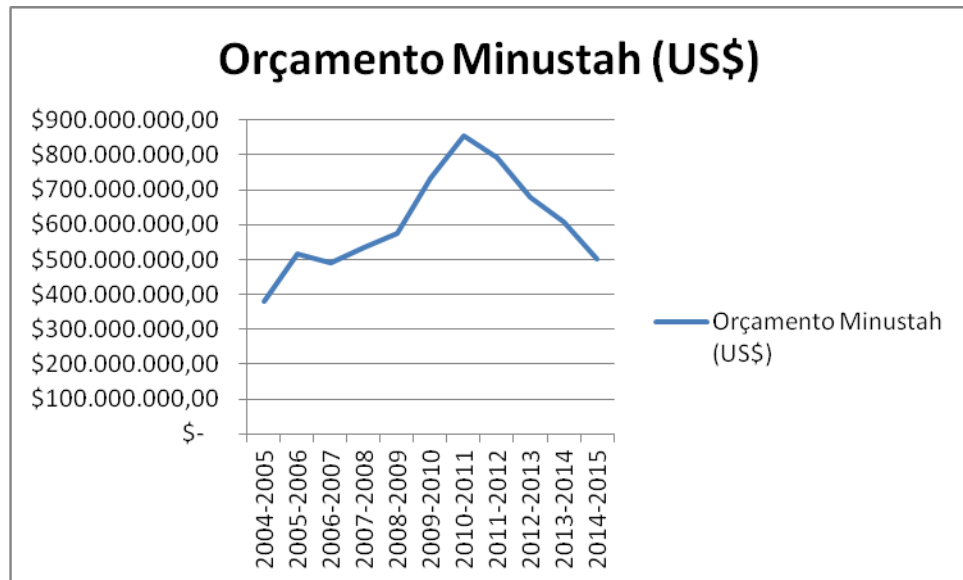
Período	Orçamento Minustah (US\$)	Staff e Contingente militar mobilizado	Contingente policial mobilizado (Oficiais e Unidades)
2004-2005	379.046.800,00	4493	978
2005-2006	516.488.500,00	6221	1398
2006-2007	489.207.100,00	6662	1742
2007-2008	535.372.800,00	7080	1770
2008-2009	574.916.500,00	7032	2021
2009-2010	732.393.000,00	7044	2013
2010-2011	853.827.400,00	8743	3451
2011-2012	793.517.100,00	7340	3241
2012-2013	676.707.100,00	6270	2601
2013-2014	609.187.500,00	6198	2522
2014-2015	500.080.500,00	4615	2195
Total	6.660.744.300,00	-	-
2015-2016 (Proposta)	389.555.900,00	2370	2591

FONTE: Adaptado de ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2016).

O investimento, no entanto, não chegou a traduzir-se em resultados concretos nas áreas prioritárias estabelecidas como objetivo da instalação da Missão. Poder-se-ia utilizar o argumento de que o terremoto degradou as ações desenvolvidas nos anos que o antecederam, mas não é apenas esse o motivo do fracasso. As organizações sociais haitianas têm denunciado há tempos, mesmo antes de 2010, o caráter repressivo que a MINUSTAH tem junto aos movimentos sociais a haitianos. Ela se tornou aparato para controle de populações vulneráveis e de implantação de infraestrutura necessária ao desenvolvimento de plantas montadoras, zonas francas e grandes plantações no Haiti. O orçamento estimado pelo próprio governo haitiano, antes do terremoto, para ressuscitar a economia era de 7,1 bilhões. Os investimentos na MINUSTAH feitos pelos países doadores nesses últimos anos totalizaram 6,6 bilhões. Se considerarmos que mesmo antes do terremoto a situação do investimento já era de resultado praticamente nulo, depois dele, então, todos os esforços parecem muito pequenos diante do desafio imposto.

O Gráfico a seguir ilustra o montante de orçamento da MINUSTAH, de 2004 até os dias atuais.

Gráfico 1 – Evolução do Orçamento da MINUSTAH



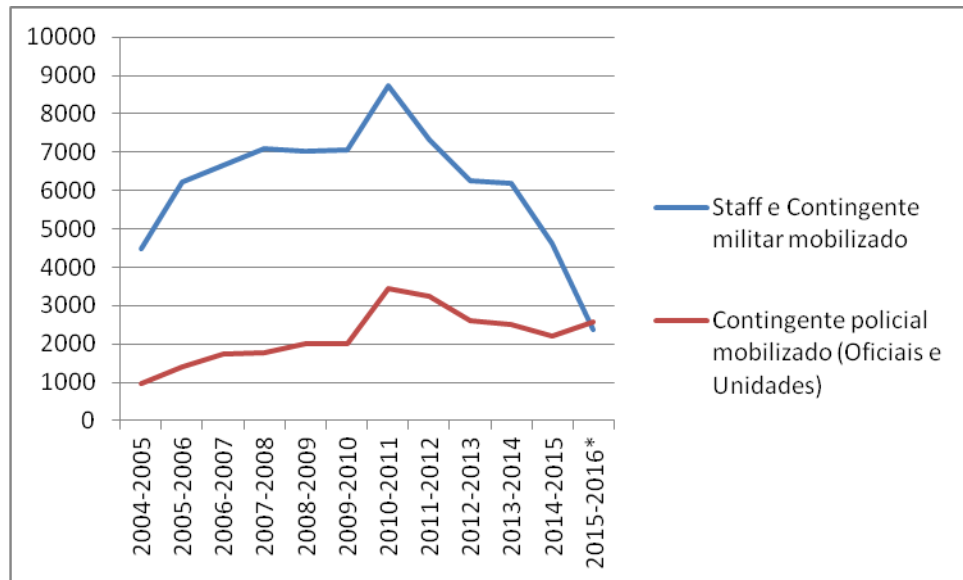
FONTE: Adaptado de ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2016).

Seitenfus (2010) analisa que a atuação internacional no Haiti, tem mais atrasado o seu desenvolvimento, uma vez que a intenção é “fazer do Haiti um país capitalista, uma plataforma perfeita de exploração para o mercado americano [...]”. O autor considera ainda que “resumir o Haiti a apenas uma operação de paz é economizar na capacidade de entender os verdadeiros desafios que o país enfrenta”, e que a “tarefa [da ONU] no Haiti é a de manter a paz dos cemitérios”.

A opinião do autor, sobre as intervenções militares no Haiti é de que por não se tratar esse país de uma ameaça internacional, o “[...] sistema de prevenção de litígios dentro do sistema onusiano não está adaptado para o contexto haitiano”. Pelo contrário, a guerra de baixa intensidade em que vive o país desde 1986, tem um cunho político, é causada pela debilidade da democracia ali instaurada. “Parece-me que o Haiti, no cenário internacional, paga pela sua grande proximidade com os EUA. [...]. A ONU acaba transformando os haitianos em prisioneiros em sua própria ilha” (SEITENFUS, 2010). O autor afirma ainda que com as ocupações militares no Haiti, nós “[...] não resolvemos a situação de ninguém, mas sim criamos um império”.

Enquanto o orçamento da Minustah ainda não voltou ao seu primeiro patamar, demonstrando evolução para o fim da Missão, os contingentes têm tido seu caráter modificado, de exército (para intervenção como medida de emergência) a polícia (como medida de reorganização das forças de segurança).

Gráfico 2 – Evolução dos Contingentes Policial e Militar do Haiti



FONTE: Adaptado de ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2016).

Eduardo Rubio, deputado uruguaio, explica que a ocupação militar por tropas de países periféricos é uma forma de baratear a missão, pois servem como mão de obra barata para garantir os interesses econômicos estadunidenses e canadenses no Caribe, com a implantação de zonas francas onde será explorada a força de trabalho mais barata das Américas (SEGUY, 2014).

Há ainda que se analisar como a participação do Brasil na MINUSTAH tem servido como forma de treinamento das tropas para ações internas, nas periferias das grandes cidades brasileiras, onde o tráfico tem se organizado e influenciado uma grande massa lumpenproletária. Em uma extensa reportagem sobre a ação das Forças Armadas Brasileiras na MINUSTAH e nas ocupações de comunidades no Rio de Janeiro, e posterior instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), Peregrino (2015), relata:

Soldados brasileiros que serviram no Haiti foram utilizados nas ocupações militares de favelas cariocas: Complexo do Alemão, em 2010, e da Maré, em 2014. Nas últimas levas de militares na Maré começou a ocorrer um intercâmbio ao contrário: eram os soldados que serviram na Maré que seguiam para o Haiti. (PEREGRINO, 2015).

Levando-se em conta o cálculo de Seitenfus (2014, p.149), de que “em ação o Brasil teve zero baixa no Haiti” e que dos 22 brasileiros mortos em solo haitianos, 18 foram em decorrência do terremoto e as demais em acidentes e suicídios, podemos concluir que a MINUSTAH como treinamento militar mostra-se um exercício muito concreto, mas também muito seguro.

Essas reflexões nos levam a entender que o Brasil exerce um papel de intermediário e

executor de políticas elaboradas pelos países centrais, atuando como parceiro do capital-imperialismo e eventualmente beneficiando-se de sua posição para também conquistar mercados, treinar tropas e promover intercâmbios com outros países.

4.3 A concepção de Cooperação técnica Sul-Sul, empreendida pelo Estado brasileiro

A política de cooperação do Estado Brasileiro com o Haiti apresenta também um caráter civil, de cooperação para o desenvolvimento, que embora tenha estreita ligação com o componente militar, apresenta perspectivas mais promissoras de construção alternativa, de fortalecimento do estado para a promoção de políticas públicas necessárias ao soerguimento do país.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) foi criada em 1987, com o objetivo de

[...] coordenar a elaboração de programas de cooperação técnica em articulação com órgãos e entidades nacionais e internacionais, receber, selecionar e encaminhar às fontes externas os projetos correspondentes e realizar o monitoramento e a avaliação periódica das atividades relativas a cada um deles. (VALLER FILHO, 2007, p. 78)

Os objetivos e princípios definidos no já citado Plano de Buenos Aires, para a cooperação entre países “em desenvolvimento” regem a atuação da ABC. A esse estudo interessa particularmente a atuação da ABC no Haiti, portanto será necessário fazer um recorte histórico, ao ano de 2004, quando finalmente entra em vigor o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, firmado em 15 de outubro de 1982.

Para auxiliar o governo provisório, criado após a saída de Aristide do país em 2004, e captar os recursos necessários, foi criado o Quadro Interino de Cooperação (Interin Cooperation Framework – ICF), financiado pelo Banco Mundial, BID, ONU e Comissão Europeia. Seus principais objetivos eram o “fortalecimento da governança institucional e promoção do diálogo nacional”, “fortalecimento da governança econômica e do desenvolvimento institucional”, “promoção da recuperação econômica” e “melhoramento do acesso a serviços básicos” (VALLER FILHO, 2007).

Segundo Valler Filho (2007), durante a Conferência de países doadores, que definiu esses objetivos para estabilização do Haiti, o Brasil, como país não alinhado à OCDE, ofereceu cooperação técnica nos temas em que já havia acumulado certa experiência em outros países: na organização do processo eleitoral, visando a implantação de urnas eletrônicas e melhorar forma de alistamento e apuração das eleições; na área de geração e distribuição de energia, infraestrutura e estradas; recuperação ambiental e fortalecimento da agricultura; mas a área que recebeu maior atenção foi a de recuperação do sistema de proteção

social no Haiti, nas áreas de saúde, educação, políticas públicas para a juventude, saneamento básico, gestão de resíduos e ações urbanizantes incluídas.

A equipe multidisciplinar enviada pelo Brasil buscou identificar, sem demanda específica do governo provisório, as áreas prioritárias para atuação e envolveu diversos órgãos do governo, desde Ministérios (como o da Saúde, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, das Cidades, dos Transportes, Integração Nacional, Ministério Público da União) a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Finalmente em novembro de 2004, foi celebrado Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Haiti (BRASIL, 2015).

Já nos primeiros encontros o Ministério das Relações Exteriores estabeleceu os pilares para a Missão de Estabilização do Haiti, que consistiam na “[...] manutenção da ordem e da segurança, o incentivo ao diálogo político com vistas à reconciliação nacional e a promoção do desenvolvimento econômico e social” (VALLER FILHO, 2007).

Em março de 2005, em Caiena, realizou-se a Reunião Ministerial sobre a Ajuda para a Reconstrução do Haiti, cujo objetivo era buscar o aprimoramento da ajuda, uma vez que a avaliação, já naquele momento, era de que o impacto e a proporção da ajuda não eram suficientes para alcançar os objetivos propostos e reverter o quadro em que se encontrava o Haiti. “A burocracia engessava a implementação de projetos, o desembolso de recursos e criava ansiedade e preocupação, o que se traduzia numa imobilidade frustrante” (VALLER FILHO, 2007).

Finalmente em 2005 foram organizadas eleições de acordo com o cronograma previsto pelo ICF, e delas saiu vitorioso o antigo vice de Aristide, Rene Préval, para a presidência. A proposta brasileira era de realizar-se uma nova Conferência de Doadores, que debatesse a prorrogação da vigência do ICF, para que auxiliasse o novo governo na captação de recursos nos seus primeiros dezoito meses (até 2007). A análise da delegação brasileira apresentava um dado preocupante: “O balanço financeiro apresentado indicou que 70% do montante destinado desde julho de 2004 já haviam sido desembolsados e, no entanto, os valores investidos apresentavam resultados dificilmente percebidos no dia-a-dia da população haitiana” (VALLER FILHO, 2007). Por isso, entre suas propostas estavam renovar a alocação especial de recursos do FMI e BIRD (entre outros) para reconstrução do Haiti e perdoar sua dívida.

O Brasil adotou no Haiti a estratégia de cooperação aprovada na Conferência de Paris, a qual teria como princípios a apropriação das políticas pelas nações receptoras, o alinhamento da ajuda externa às diretrizes e políticas nacionais e a harmonização das ações dos doadores,

esperando que esses princípios garantissem uma cooperação fluida e frutífera e o comprometimento do Haiti na adoção das decisões tomadas, no desenho de políticas e angariando mais apoio da comunidade internacional.

Segundo Simões (2011), alguns elementos diferenciados se destacaram na estratégia de cooperação brasileira, tais como: “ampliação do volume total de cooperação técnica e financeira”, foco de atuação baseado nas vantagens comparativas na atuação internacional brasileira; e articulação entre diferentes governos, organismos internacionais e sociedade civil – estabelecimento de programas de ajuda multilateral. Ainda segundo o autor, essa estratégia inclui a superação da dicotomia entre as estratégias de transformação da realidade e as de cunho mais pontual, “exploratórias”, no debate sobre a eficácia da APD.

A avaliação do governo haitiano à época gerou um documento denominado “Programa Quadro de Governança e Reforma do Estado”, no qual foi calculada uma cifra de US\$7,1 bilhões para reorganização do país nos diversos temas (infraestrutura, reestabelecimento da paz, justiça e segurança, fortalecimento institucional, aumento de receitas, educação, saúde e agricultura). Essa cifra seria administrada pela própria máquina estatal haitiana, com repasse direto aos ministérios responsáveis por cada área.

O Secretário da OEA, por sua vez, deixou claro que a proposta de cooperação deveria ser gerida pelo estado haitiano, em que pesasse a fragilidade de suas instituições, avaliando que aqueles investimentos feitos de forma direta, através do financiamento de ONGs não haviam retornado resultados favoráveis a médio e longo prazos. Por outro lado, o Estado haitiano encontrava-se diante de um grupo de países que entendiam a cooperação internacional como uma forma de financiar (concedendo créditos e agravando a dívida externa haitiana) o aprofundamento da economia corporativa e das políticas neoliberais, enquanto outros ofereciam uma cooperação que visava o desenvolvimento com manutenção da soberania, sem caráter financeiro.

A essa cooperação alternativa encampada pelo Brasil, Seitenfus [2006] denomina diplomacia solidária:

A diplomacia solidária pode ser definida como sendo a concepção e a aplicação de uma ação coletiva internacional, sob os auspícios do Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas, feita por terceiros Estados intervenientes num conflito interno ou internacional, desprovidos de motivações decorrentes de seu interesse nacional e movidos por um dever de consciência. (SEITENFUS, [2006], p.8)

O autor segue explicando que nesses casos, o que gera a necessidade de se estabelecer a diplomacia solidária, não sendo o interesse nacional, são interesses pontuais, “[...] financeiros, militares, políticos, diplomáticos ou de prestígio” ou pressão da opinião pública, em defesa de

uma população civil de alguma forma indefesa. O autor segue explicando que no caso da cooperação brasileira com o Haiti nenhum desses motes foi levado em conta, utilizando discurso de Celso Amorim alegando envolvimento político e emocional com o Haiti.

No entanto, na prática, percebemos que a forma como se deu a cooperação, interligada inclusive com a ação das Forças Armadas, por melhores intenções e ainda que o envolvimento emocional fosse um elemento motivador, não foi um ato de pura filantropia do Estado brasileiro.

Segundo Valler Filho (2007), “Para a política externa brasileira fica patente o entendimento de que o impacto e a sustentabilidade de muitos programas e projetos dependem de planejamento e de operacionalização que contemplam atividades integradas”. Para isso procuram envolver diversos seguimentos da sociedade na execução de projetos com eficiência, eficácia e transparência comprovadas, seguindo assim a Agenda para o Desenvolvimento da ONU.

Como já vimos anteriormente, há um problema sério em vincular-se a cooperação a uma ideia de eficiência, que será analisada através de números, metas alcançadas quantitativamente. Por isso, o autor destaca que

A diplomacia brasileira tem procurado evoluir à luz dos debates internacionais que se desenvolvem sobre a gestão da cooperação técnica internacional, mudança qualitativa centralizada em dois pontos. O primeiro é o controle de qualidade aplicado aos programas e projetos, que supera a preocupação básica com o desempenho físico-financeiro, prioriza a efetiva geração de resultados sustentáveis e é capaz de transformar a realidade social e econômica. O segundo é constituído pelo desenvolvimento de uma política de acesso e difusão de informações sobre a execução de projetos e geração de resultados. (VALLER FILHO, 2007, p. 52)

A operação diplomática em si é uma forma de concretizar uma determinada política, movida por um interesse e considerando determinado interesse de poder, mas incorpora também elementos retóricos e utópicos da construção política. Essa coexistência entre estruturas de exercício de poder e construção de utopias marca a atuação do estado brasileiro no Haiti.

De fato, a atuação do Brasil no Haiti dialoga com dois grupos distintos: aqueles países que compõem a MINUSTAH, e, portanto, dedicam atenção aos problemas de segurança e infraestrutura, em consonância com a política externa estadunidense e aqueles países da América Latina que tem ações de cooperação no Haiti, mas não participam da ocupação militar, como o caso de Venezuela e Cuba, cujo campo de atuação está mais ligado à saúde, educação e segurança alimentar (HIRST, 2011b).

A forma com que o estado brasileiro executa a cooperação internacional é definida pelo Decreto 5.151, de 22 de julho de 2004, como Execução Nacional:

A Execução Nacional define-se como a modalidade de gestão de projetos de cooperação técnica internacional acordados com organismos ou agências multilaterais pela qual a condução e direção de suas atividades estão a cargo de instituições brasileiras ainda que a parcela de recursos orçamentários de contrapartida da União esteja sob a guarda de organismo ou agência internacional cooperante. (BRASIL, 2004)

De fato, essas ações marcam um novo momento da atuação internacional brasileira, inaugurado seis meses após a posse de Luis Inácio Lula da Silva na presidência da república, em 2003. Mantendo as políticas herdadas de governos anteriores, que tinham como referência a Agenda para o Desenvolvimento da ONU e como princípios a “eficácia, eficiência e transparência, descentralização, especialização e a cooperação Sul-Sul propriamente dita” (VALLER FILHO, 2007), Lula estabeleceu prioridade às políticas desenvolvimentistas, que incluíam a inserção do Brasil como protagonista no cenário internacional, observou-se uma maior atenção aos processos de integração regional (principalmente em termos de promoção de infraestrutura de integração), concomitante com a diminuição da dependência em relação às políticas estadunidenses de integração de mercados, bem como uma atuação mais assertiva do corpo diplomático brasileiro nos foros políticos multilaterais. Segundo Valler Filho (2007), essas políticas

[...] refletiam os diferentes projetos de inserção externa em debate no Brasil: a de um país continental, de uma nação com interesses múltiplos na dinâmica da globalização da economia mundial (*global trader*) e a de um ator protagônico no processo de regionalização em curso no âmbito hemisférico (“sócio privilegiado”). (VALLER FILHO, 2007, p. 83, grifos do autor).

Como país em desenvolvimento o Brasil também tinha sérios problemas a superar, por isso a estratégia diplomática adotada visava o equilíbrio entre as ações empregadas para o desenvolvimento do Haiti e a “limitação de meios inerente aos desafios internos que persistem no Brasil” (SIMÕES, 2011).

Nesse sentido, o primeiro desafio da nova diplomacia consistia em “articular a cooperação para elevar a competitividade” (VALLER FILHO, 2007), longe de ser uma ironia, essa escolha de palavras reflete o espírito que impulsiona a diplomacia solidária brasileira, cooperar para competir. Para tanto essa solidariedade é organizada dentro de parâmetros como a excelência (espacial e temática), a priorização de objetivos e projetos de acordo com as prioridades internas e indução do engajamento, para elevar o nível de participação. Essa mudança de paradigma na política externa brasileira de fato evidenciou o papel da cooperação internacional no desenvolvimento do país, que passaria “de receptor a prestador de cooperação internacional” (VALLER FILHO, 2007).

Essa perspectiva não exclui a noção de mercantilização da ajuda internacional, pois o

Brasil se insere nas alianças regionais, ainda que com ações de forte caráter civilizatório, através de seus interesses comerciais. No caso dos governos mais recentes, o foco foram as grandes obras de integração, estradas, hidrelétricas, portos, que favorecem as empreiteiras brasileiras, explorando força de trabalho mais barata do que a brasileira e com grandes vantagens sobre as demais empresas.

Após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, intensificaram-se as ações da comunidade internacional no sentido de auxiliar a recuperação do país. De alguma forma a urgência de ação causada pelo terremoto do Haiti acabou produzindo novos esquemas de cooperação, em que os grandes doadores tradicionais foram substituídos por um conjunto de doadores menores, como Venezuela e Brasil, mas com uma maior agilidade de desembolso (MALACALZA, 2014). Por outro lado,

Também se tornaram visíveis os contrastes metodológicos e de visão política entre as ações de cooperação para o desenvolvimento realizadas pelos governos da região e aquelas levadas a cabo por representantes de países europeus e dos EUA. (HIRST, 2011b)

Os países da América Latina reunidos na UNASUL elaboraram um plano emergencial de assistência à reconstrução do Haiti (Plano de Ação da UNASUL – Haiti), em fevereiro de 2010, que buscou trabalhar temas relevantes como a segurança alimentar e fortalecimento da agricultura e capacitação na redução de riscos e proteção em face de inundações e furacões.

Segundo Simões (2011), foram quatro os principais desafios enfrentados nessa primeira fase do plano de cooperação para a reconstrução, a saber:

i) definição dos mecanismos institucionais e orçamentários apropriados ao cumprimento fluido da promessa de contribuição brasileira à reconstrução; ii) busca de incentivos à participação mais acentuada do setor privado brasileiro nos esforços de reconstrução; iii) superação de dificuldades locais no contexto da implementação de projetos [...]; e iv) estabelecimento de parcerias para o financiamento de projetos mais ambiciosos. (SIMÕES, 2011, p.17).

Destacaremos aqui os projetos executados pela ABC no Âmbito do fortalecimento da agricultura e promoção da segurança alimentar e na recuperação do meio ambiente.

Até 2009 haviam sido concluídos 4 projetos, envolvendo ações de fortalecimento da agricultura familiar: revitalização de fazenda experimental do Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural do Haiti (MARNDR), produção de hortaliças na região metropolitana de Porto Príncipe ambos em parceria com a EMBRAPA, e a construção de cisternas para captação e armazenamento de água de chuva, e projetos de reflorestamento em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Em 2008 iniciou-se, em parceria com o MARDNR, a EMBRAPA e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF), o projeto intitulado

“Criação de uma Unidade de Demonstração e de Validação de Tecnologias Agrícolas na Fazenda do Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR) em Fond-des-Nègres, Departamento de Nippes”, a partir do qual buscava-se a transferência de tecnologias aos técnicos agrícolas e agricultores locais, favorecendo a pesquisa, a assistência técnica e a extensão rural. Dessa parceria originaram-se mais quatro projetos na área da produção de grãos (feijão, arroz e milho) e da mandioca no Haiti (BRASIL, [2014])

Segundo o próprio informe do Ministério das Relações Exteriores, Brasil [2014], foi introduzida uma variedade de milho desenvolvida pela EMBRAPA (o BR-106) “visando à uniformização do terreno”. Além disso instalaram-se plantações em maior escala das quatro culturas, para que se desenvolvessem “os sistemas de produção locais” e “técnicas agrícolas específicas ao contexto local”. Ora, se já explicitamos no primeiro capítulo o pequeno porte das posses e propriedades agrícolas no Haiti, como poderia uma plantação em maior escala servir de modelo para o desenvolvimento das culturas locais? Está evidente que a pauta aqui é o desenvolvimento do agronegócio de escala no Haiti, e não a agricultura camponesa, que já trabalha com essas quatro espécies, e necessita de apoio ao aperfeiçoamento e não de uma “uniformização do terreno”, uma vez que o mesmo não é naturalmente e culturalmente uniforme.

Por outro lado, a mesma iniciativa contou com o “Estudo para a Promoção de Ações de Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional”, iniciado em 2010, cujo objetivo era implantar uma experiência piloto de compras locais em Fond-Des-Nègres (Nippes), estimulando a produção, construindo um instrumento para implantação de políticas públicas para compras locais e implantando uma estratégia de aquisição da produção local com doação direta à alimentação escolar. Esse estudo possibilitou em 2013, a implantação de um projeto da FAO, com parceria com a cooperativa de produtores de leite “Lèt Agogo” para fornecimento de leite à alimentação escolar, com participação ativa de equipe brasileira ligada ao projeto.

Ainda segundo o informe, em 2009, foi elaborada estudo intitulado “Análise Econômica dos Mercados Agrícolas no Haiti”, com enfoque na compreensão do mercado agrícola, analisando extensão, potencialidades e padrão de relacionamento de diferentes regiões e produtos agrícolas, para subsidiar as ações dos parceiros do Programa de Cooperação Técnica. Infelizmente nenhum dos dois estudos citados encontram-se disponíveis para consulta em meio eletrônico.

Também em 2009 foi implantado o projeto “Promoção da Sustentabilidade da Produção

de Hortaliças na Região de Kenscoff”, em parceria com a EMBRAPA, MARDNR e Afè Nèg Combite (AFC) de Kenscoff, município situado na região metropolitana de Porto Príncipe, e maior fornecedor de alimentos para a capital. Segundo o informe testaram-se 50 cultivares de hortaliças e implantados bancos de sementes para distribuição aos agricultores, e propagação de novas espécies. O projeto envolveu cerca de 200 agricultores e técnicos interessados em desenvolver a horticultura e produzir sementes. Foram distribuídos kits de sementes e insumos, reabilitaram-se os reservatórios de água da região produtora, para irrigação suplementar dos cultivares testados, adaptou-se uma estrutura para produção de mudas e adquiriram-se equipamentos para a realização de pesquisas. Como piloto o projeto parece muito acertado, mas a sua replicação para as demais regiões do país deverá contar com o baixo orçamento destinado ao MARNDNR, à pesquisa e extensão rural haitianas.

O projeto “Desenvolvimento da Cajucultura no Haiti: Formação de Pomares e Beneficiamento da Castanha de Caju” se insere na iniciativa de recuperação florestal produtiva no Haiti, levando-se em conta a sua atual vocação de produção de espécies adaptadas ao clima de savana. Distribuíram-se mudas e capacitaram-se os agricultores na cultura do caju para produção de castanha, na região de Grand Rivière Du Nord. Essa região receberá em breve um parque industrial, e a inserção da cultura do caju aí, parece uma tentativa de minimizar os impactos do parque e inserir os agricultores na lógica da agroindústria cooperada, para adaptarem-se à nova rotina da região.

Em parceria com a Articulação do Semiárido (ASA), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ABC e o MARNDNR, tem como meta construir 70 cisternas na comuna de Ganthier (60 em domicílios e 10 em escolas), para captação e armazenamento de água da chuva. Contam com o envolvimento da sociedade para o sucesso do projeto através de ações de mobilização social, capacitação técnica, fortalecimento institucional, construção das cisternas e comunicação.

Entre 2007 e 2009, foi executado ainda, um projeto de “Manejo e Reconstituição da Cobertura Vegetal da Bacia do Mapou”, em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID), a ABC, o MARNDNR e a UFRRJ.

Todos esses projetos tem um desafio em comum: superar a escala local e temporal e serem implantados como políticas públicas pelo Estado Haitiano. Ainda que tenham sido desenhados com este fim, acabam perdendo-se por terem uma integração muito subjetiva, com ações focadas, o que na prática leva a que não se possa avaliar com o conjunto das organizações sociais qual foi o impacto para a agricultura haitiana. A participação das organizações nesse ponto é imprescindível, para que reivindiquem no Estado as políticas

públicas pertinentes. Além disso, ao desenvolverem-se projetos dessa natureza, sempre é necessário considerar a real capacidade do Estado em tocar as ações que se pretende que sejam de responsabilidade do mesmo para que alcancem resultados a longo prazo. Investir em projetos grandiosos e que dependam de um grande aporte de recursos para que sejam continuados pode gerar mais frustrações do que resultados duradouros.

5 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DA VIA CAMPESINA

Neste capítulo buscaremos entender como os camponeses, sendo considerados por muito tempo uma classe fadada à extinção, não só se mantiveram enquanto classe como se reinventaram a ponto de representarem nos dias atuais uma novidade eficiente em termos de articulação internacional antiglobalização. Na primeira parte, utilizaremos os trabalhos de Desmarais e Vieira, ambas militantes da Via Campesina, que se dedicaram estudar a própria organização, contribuindo para o acúmulo e avanço de entendimento a partir de suas experiências. As informações e reflexões por elas geradas serão enriquecidas com os próprios documentos da Via Campesina, buscando entender por que a articulação dos camponeses é importante e como as relações internacionais dos movimentos sociais podem avançar a partir das experiências diretas de solidariedade e de luta. A segunda parte se dedicará a analisar a cultura camponesa haitiana, buscando em seus elementos traços de resistência e solidariedade que os conectam com os demais camponeses em todo mundo.

Por fim o capítulo se dedicará a descrever um processo de articulação e intercâmbio empreendido pela Via Campesina Brasil e ALBA-Movimentos Sociais, junto aos camponeses haitianos, o Programa de Cooperação com as Organizações Camponesas Haitianas e a Brigada Dessalines como forma de fortalecimento das organizações envolvidas e exercício direto de solidariedade entre os povos.

5.1 Experiências de construção dos movimentos sociais do campo

A forma com que se organiza o capital internacional afeta a vida das pessoas, que se veem compelidas a organizarem-se para juntas combaterem as “injustiças da nova ordem”, e para que suas vozes sejam ouvidas, uma vez que “não são representados pelo internacionalismo dos cidadãos do mundo que frequentam os encontros da ONU” (DRAINVILLE *apud* VIEIRA, 2011).

A sociedade civil global, explicada por Vieira (2011), como “formada fundamentalmente por ONGs internacionais (isto é, com sede nos países do Norte e atuação em várias regiões do mundo) que articulam diferentes tipos de organizações sociais”, atuando nas conferências da ONU e nas consultas públicas do Banco Mundial, tem estreita ligação com a Internacional Comunitária de Louis-Juste (2007).

Muitas das articulações internacionais são marcadas pela pauta da advocacia, da defesa

de direitos, ligadas por um discurso comum e densa troca de informações, além do compartilhamento de valores entre as diversas organizações. A advocacia gera um vínculo entre defensores e defendidos que resulta em ações de solidariedade.

Essa articulação entre os movimentos não é iniciativa recente, segundo Khagram et al. *apud* Vieira (2011), as campanhas transnacionais marcaram a luta contra a escravidão, pelo sufrágio feminino e a organização sindical, porém esse processo de internacionalização das lutas não foi estudado à época em que ocorria, uma vez que “a história da ação coletiva em nível internacional é liberal e centrada na experiência histórica dos países do centro do capitalismo” (VIEIRA, 2011, p.99).

Segundo Vieira (2011), o Programa do Partido Comunista da Alemanha, incluía reivindicações relacionadas ao campesinato, tais como a abolição das obrigações feudais, sem compensação; a expropriação de latifundiários em favor do estado e estabelecimento de agricultura em larga escala, produzindo para suprir os interesses da sociedade; transferência das hipotecas dos camponeses para o Estado; transferência do pagamento de rendas e tributos para o Estado, nas regiões onde os camponeses fossem arrendatários. Tais elementos perpassaram as políticas socialistas/comunistas desde então, mas continham em si uma contradição a negação da propriedade privada, no programa como um todo, e apoio aos camponeses e suas pequenas propriedades.

A I Internacional, de 1864 a 1876, através dos marxistas, entendia que a classe camponesa estava fadada ao fracasso, pois seria gradativamente substituída por uma agricultura mais tecnificada e mais concentrada. Os camponeses não eram considerados parte do sistema capitalista, e sim uma forma pré-capitalista de organização da produção, que se extinguiria com o desenvolvimento do capitalismo.

Já à época da II Internacional, de 1889 a 1914, os camponeses haviam assumido papel importante na organização da classe trabalhadora, especialmente no Partido Social Democrata Alemão, o qual passa à defesa do direito dos camponeses, buscando uma “proletarização do camponês”. Engels, por sua vez, fala em expropriação das grandes propriedades, para beneficiar o trabalho cooperativo, e não para redistribuí-las aos camponeses. Nesse momento, as políticas marxistas apoiam-se no trabalho de Kautsky (1968). Analisando dados e estatísticas da época, o intelectual trata de demonstrar a “impossibilidade histórica da agricultura camponesa”, pois a combinação entre os processos de concentração de terras e parcelização, haveria uma tendência para a “consolidação de médias propriedades”.

A Internacional Camponesa Vermelha, Crestintern, foi criada em 1923, após o entendimento da III Internacional sobre a importância de incorporar os camponeses às lutas,

tomando suas reivindicações como bandeiras para todo o proletariado. Os partidos camponeses da Europa oriental, apesar de uma intensa atividade, não alcançaram a organização necessária para chegar os objetivos propostos, que eram “estabelecer e manter laços com cooperativas e organizações econômicas e políticas dos camponeses, além de coordenar os esforços para a difusão da luta pelo ‘governo operário-camponês’” (JACKSON, 1966 *apud* VIEIRA, 2011, p.168). A Crestintern não teve fôlego suficiente para suportar o início da nova experiência agrária soviética, adotada com o início da decadência da Nova Política Econômica (NEP), entre 1927 e 1928. Ainda assim, movimentos e revoluções, na periferia do capital (América Latina, China, Vietnã), foram amplamente influenciados pela política agrária da III Internacional.

Atualmente, as experiências de articulação internacional dos camponeses não têm sua ênfase voltada para a construção de um projeto político de transformação da sociedade e tomada de poder, mas ainda exercem papel fundamental na resistência. “A nova fase do capitalismo criou as condições para os agricultores se unirem contra o modelo neoliberal” (STEDILE, 2002 *apud* VIEIRA, 2011).

Essa articulação dos camponeses a nível internacional contraria as diversas previsões de que o campesinato era uma classe que desapareceria aos poucos. A Via Campesina se coloca no campo das lutas sociais como um ator político preponderante qualitativa e quantitativamente, uma vez que seus esforços de luta vão além dos assuntos relacionados à vida no campo e suas transformações, e busca estabelecer uma forma de solidariedade entre os trabalhadores e trabalhadoras, através da identificação de pautas comuns.

Paralelamente aos estudos que se dedicam a analisar a internacionalização através da sociedade civil global, há aqueles que estudam os movimentos antiglobalização, como Santos (2005 *apud* VIEIRA, 2011), que analisa o conjunto de lutas transnacionais, que organizam a “globalização de baixo para cima”/”contra-hegemônica”, contrapondo-se à “globalização de cima para baixo”/”hegemônica”. Esses estudos destacam as articulações entre os movimentos populares e alianças entre atores e grupos não representados pelo termo “sociedade civil global”.

As Teorias dos Novos Movimentos Sociais, surgidos a partir dos anos 1960, focaram seus estudos na interpretação das “lutas sociais cotidianas”, através de sua cultura e identidade, da “solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado” (GOHN, 2004 *apud* VIEIRA, 2011, p. 101, grifo nosso). Esses movimentos diferenciam-se por agirem a partir de uma “racionalidade comunicativa” (buscando integrar culturas para integrar as lutas), enquanto os movimentos tradicionais

trabalham numa racionalidade instrumental. Essa forma de organização leva à formação de “redes de troca de informação e cooperação” (VIEIRA, 2011), mais fluidas e descentralizadas. Segundo Vieira (2011), analisando Melluci (1996):

As interações e compartilhamento de significados criam a identidade coletiva do movimento social que é construída em relação à orientação de suas ações e ao campo de oportunidades e constrangimentos onde essas ações tem lugar. (VIEIRA, 2011, p. 105)

O surgimento da Via Campesina está marcado pela resistência à globalização do modelo de agricultura industrial moderna e pela busca por uma abordagem alternativa de desenvolvimento (DESMARAIS, 2007).

Os efeitos do neoliberalismo, relatados no primeiro capítulo, foram sentidos pelos camponeses de uma forma distinta. Já destacamos aqui o desmonte da produção camponesa haitiana com a eliminação dos porcos crioulos e inviabilização da produção de arroz. Em todo o mundo episódios semelhantes são relatados por Desmarais (2007). O objetivo seria eliminar o campesinato, transformando-o em exército industrial de reserva, mantendo assim os baixos salários pagos aos trabalhadores urbanos, e garantindo a posse das terras pelas empresas multinacionais, ao incorporarem tecnologias aos territórios.

Esses movimentos antiglobalização, formados no seio das lutas contra os efeitos das políticas neoliberais sobre os povos, utilizam-se de três diferentes tipos de ações: “as iniciativas de massa, as campanhas, e as conferências” (AGUITON, 2002 *apud* VIEIRA, 2011, p.110; HOUTART, 2003 *apud* VIEIRA, 2011, p.110). As campanhas e conferências têm o nosso interesse, enquanto instrumentos utilizados para qualificar a articulação internacional das organizações, estabelecendo pautas e objetivos comuns. Essa estratégia, no entanto, não pode ser considerada suficiente:

Se se trata de afirmar que a transformação social exige muito mais que a tomada do poder político formal, executivo ou legislativo, esta perspectiva é plenamente aceitável, mas se significa que mudanças fundamentais como uma reforma agrária ou uma campanha de alfabetização se podem realizar sem o exercício do poder, é uma ilusão total. (HOUTART, 2006 *apud* VIEIRA, 2011, p.116)

A presumida incapacidade dos países pobres em definirem seus interesses, necessidades e soluções levou a que “especialistas em desenvolvimento” intervissem a fim de alcançarem plenamente o progresso social e econômico (DESMARAIS, 2007). Essa intervenção justificava políticas econômicas colonialistas sob o argumento de que o aumento da liberalização e da globalização levaria esses países a desenvolverem-se.

[...] O desenvolvimento rural envolveu tentativas de reduzir a pobreza no campo estendendo os benefícios do desenvolvimento por meio de programas voltados para melhorias tecnológicas, o aumento da produtividade e da produção – elevando assim a renda da população rural – e aumentando o poder de consumo.

(BARRACLOUGH; GHIMIRE; MELICZEK, 1997 *apud* DESMARAIS, 2007, p. 60).

Essa noção de desenvolvimento baseada no aumento do consumo e da produção está vinculada “à transferência do excesso da população das áreas rurais para as cidades e a indústria, e a modernização da agricultura” (DESMARAIS, 2007, p. 60).

Os efeitos colaterais geraram uma crescente resistência por parte das organizações camponesas e uma inevitável articulação global das mesmas, visando estabelecer uma rede de solidariedade que possibilitasse um fortalecimento da classe camponesa frente a essas políticas.

João Pedro Stédile, liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Brasil, em entrevista a Vieira (2011), analisa que a influência da Igreja, da Teologia da Libertação, na organização do MST, trouxe consigo um “DNA internacionalista”, inclusive articulando delegações internacionais já no seu Congresso fundacional. Já Egídio Brunetto, também do MST, em entrevista à mesma autora, localiza no ascenso das lutas revolucionárias nos anos 80, particularmente na experiência da revolução nicaraguense, na queda do socialismo europeu, e no avanço do neoliberalismo, as maiores influências ao internacionalismo do MST.

A articulação entre as organizações populares na América Latina, teve grande impulso com as atividades da Campanha 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, principalmente com os encontros continentais na Colômbia, 1989; Guatemala, 1991; Nicarágua, 1992 e São Paulo, 1995. Nesse contexto, fortaleceram-se as lutas anti-imperialistas no continente, incluindo aí articulações importantes contra os Tratados de Livre Comércio que vinham se firmando bilateralmente entre diversos países da América Latina e os EUA. As reações ao Tratado de Livre Comércio do Atlântico Norte (NAFTA, por sua sigla em inglês) são um exemplo, apresentado por Edelman *apud* Vieira (2011):

Os movimentos de agricultores e outros sobre o NAFTA reconfiguraram as alianças tradicionais e oposições nas linhas não nacionais. [...] gerando novas formas de protesto que levaram a ação transnacional e que dividiram ou uniram pessoas menos nas linhas nacionais do que em relação ao compartilhamento de classe, temática ou interesse setorial. (EDELMAN *apud* VIEIRA, 2011, p.186)

Desmarais (2007) descreve diversas experiências internacionais da National Farmers Union (NFU) do Canadá como viagens de estudo, organizadas nos anos 1970 na China, Moçambique e Cuba; Trabalhos práticos e Brigadas de Agricultores nos anos 1980, principalmente em solidariedade com a Union Nacional de Agricultores y Ganaderos (UNAG) na Nicarágua. Em 1988, diversos líderes progressistas de organizações de agricultores encontraram-se em Montreal, na Conferência sobre o GATT e Comércio Internacional. Nessa

ocasião, o NFU e o KMP das Filipinas concordaram que as políticas de livre mercado que estavam sendo desenhadas para a agricultura levariam a uma maior marginalização dos povos rurais do Norte e do Sul. Entendem, então, que precisam se unir para barrar as negociações em curso que envolvessem a agricultura. A autora analisa que foi “através destas trocas e diálogos [proporcionadas por eventos internacionais], [que] lideranças dos agricultores começaram a entender a realidade uns dos outros e definir a natureza da solidariedade”.

Algumas lideranças da Via Campesina, situam seu germe no Congresso da UNAG (Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos) em 1992, onde encontraram-se líderes camponeses da América e Europa. Segundo Ramiro Maradiaga, em entrevista a Vieira (2011), ali “começaram a se dar conta de que os problemas não se restringiam à América Latina”. Segundo Vieira (2011), o documento síntese deste Congresso, conhecido como Declaração de Manágua

[...] condenava a inclusão da agricultura nas negociações do GATT e o impacto das dívidas externas nos países pobres, demandando uma participação direta na Cúpula da Terra, que seria realizada dois meses depois, no Rio de Janeiro. (VIEIRA, 2011, p.188)

Entretanto, foi apenas um ano depois, em 1993, em Mons, Bélgica, que se logrou concretizar a organização da Via Campesina. Na ocasião, lideranças de 55 organizações camponesas de 36 países, foram convocadas pela Fundação Paulo Freire, com o objetivo de apresentar-lhes a intenção de fazer uma pesquisa, conduzida pelos próprios camponeses, sobre as mudanças ocorridas no campo em todo o mundo. Aqueles líderes que já haviam se reunido em Manágua, entenderam que essa seria uma oportunidade para ampliarem a articulação, indo de encontro com os objetivos iniciais da reunião, utilizaram o espaço dado pela ONG para criar a Via Campesina, “um espaço político de luta, e claramente enfrentava o modelo neoliberal, a ONG Paulo Freire achava que deveria ser um fórum de debates e que não deveria ter uma posição política”, nas palavras de Paul Nicholson (VIEIRA, 2011).

Nesse momento, ocorriam intercâmbios entre organizações centro-americanas e mexicanas, por meio dos quais “os líderes agricultores passariam temporadas nos países um dos outros, aprendendo sobre as mudanças em curso no setor agrícola, analisando as respostas das organizações camponesas, examinando varias estratégias de resistência e observando atentamente as alternativas que as organizações estavam colocando em prática” (DESMARAIS, 2007, p.188). Essas trocas acabaram por formar, em 1994, a Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones Del Campo (CLOC), que em seguida tornou-se o braço da Via Campesina na América Latina.

Na prática, a formação da Via Campesina significou o alargamento de fronteiras para as

organizações camponesas. Em Seattle, 1994, durante as lutas contra a OMC, a Via Campesina adotou sua estratégia de desenvolver no campo, alternativas ao modelo neoliberal advogado pela OMC, e lutar contra esse modelo nas comunidades e regiões (DESMARAIS, 2007).

Somente em 1996 foi estabelecida uma Secretaria Operativa Internacional, responsável por toda articulação da Via, que deveria ser assumida por uma organização. Também neste ano, o conceito se “Soberania Alimentar” foi discutido pela primeira vez na II Conferência da Via em Tlaxcala (México), 1996. Nesse evento discutiu-se também a aproximação das ONGs ao trabalho da Via Campesina. As mesmas montaram um fórum paralelo para acompanhar a Conferência (DESMARAIS, 2007). Foi durante essa Conferência que ocorreu o Massacre de Eldorado dos Carajás, quando 19 militantes do MST foram mortos pela Polícia Militar no sul do Pará. Esse episódio marcou profundamente a articulação das jornadas de lutas da Via Campesina, que declarou o dia 17 de abril, como o Dia Internacional da Luta Camponesa, em que se celebra a memória das vítimas do massacre, de diversas formas ao redor do mundo – ocupações, marchas, greves, etc. (DESMARAIS, 2007).

Em entrevista a Vieira (2011), Egídio Brunetto explica a adoção da palavra de ordem “Globalizemos a luta, globalizemos a esperança”, na III Conferência Internacional da Via Campesina, em Bangalore, Índia, no ano de 2000:

A gente tinha essa compreensão de que era preciso aumentar a capacidade de luta, no sentido de resistir, não é? Tinha que fazer a luta internacional, mundial. Mas tinha também o outro lado, que era a questão da esperança, a ideia do projeto alternativo. Então combinamos as duas coisas numa frase só. (BRUNETTO *apud* VIEIRA, 2011, p.195, grifos nossos).

Brunetto afirma também que ainda que as mobilizações e formas de se organizar mudem, o internacionalismo e a solidariedade mantem-se como princípios fundamentais desta articulação. Também entrevistada por Vieira, Francisca Rodriguez resume o sentimento que a palavra de ordem da Via Campesina nestes termos: “[...] temos que enfrentar a globalização construindo uma esperança que é a luta por nossos direitos” (RODRIGUEZ *apud* VIEIRA, 2011, p. 250).

A IV Conferência da Via Campesina foi realizada em Itaici, Brasil, em 2004. O processo de preparação das delegações para essa Conferência incluiu o debate sobre os valores; a viabilidade de ações internacionais articuladas às lutas locais; o acesso amplo às informações e propostas; a inserção de mulheres e jovens e as mobilizações internacionais coordenadas. Estavam presentes 400 delegados de 76 países. Preocupada em viabilizar uma ampla participação, que garantisse a diversidade característica da Via Campesina, a organização da Conferência incluiu linguagens e processos diferenciados de debate, místicas, culturais,

músicas e palavras de ordem, que

[...] ajudaram a quebrar as barreiras linguísticas e estabelecer bases comuns, acentuando o significado cultural das sementes e das cerimônias de plantio. [...] muitos participantes que compareceram à VI Conferência disseram que nunca antes haviam experimentado tal senso de comunidade em nível internacional. (DESMARAIS, 2007, p.188).

A Via Campesina define-se como um “movimento internacional de camponeses e camponesas, pequenos e médios produtores, mulheres rurais, indígenas, sem terras, jovens rurais e trabalhadores agrícolas” (VIA CAMPESINA, 2007 *apud* VIEIRA, 2011), cujas principais tarefas são:

Desenvolver a solidariedade e a unidade dentro da diversidade entre as organizações membros, para promover relações econômicas de igualdade, de paridade de gênero, e de justiça social, a preservação e conquista da terra, da água, das sementes e outros recursos naturais, a soberania alimentar, a produção agrícola sustentável e uma igualdade baseada na produção de pequena e média escala. (VIA CAMPESINA, 2007 *apud* VIEIRA, 2011).

Para construir a unidade na diversidade, grande desafio para a classe trabalhadora que ousa se internacionalizar, a Via Campesina busca fortalecer e aprofundar a identidade ideológica e política, a partir da identificação de inimigos e pautas comuns capazes de criar consenso entre as organizações que compõem, respeitando a “maneira de pensar de cada organização”, como cita Rafael Alegria em entrevista (ALLEGRIA *apud* DESMARAIS, 2007, p.38). Foi assim que a Via Campesina se tornou um “elemento articulador e organizador de lutas internacionais e vem construindo um sentido de solidariedade internacional bastante forte entre seus militantes” (VIEIRA, 2011, p.209). A conexão entre as diversas lutas se dá através de ações concretas, com objetivos comuns.

A troca de experiências a nível internacional ajuda na construção da identidade da Via Campesina, pois proporciona uma vivência concreta das realidades (VIEIRA, 2011). A solidariedade entre as organizações camponesas é identificada por João Pedro Stédile em entrevista a Vieira (2011) como um importante instrumento para a internacionalização das lutas. Ele afirma que:

Nós precisamos criar relações entre os camponeses de solidariedade, ou seja, relações internacionais que não estejam marcadas por interesses econômicos ou vantagens comerciais ou de algum interesse oportunista. [...] Todo pensamento socialista desde Marx, Engels, Rosa, Lenin, a revolução espanhola, tudo de bom que foi construído a nível internacional pelos trabalhadores, foi quando teve essa marca da solidariedade. (STÉDILE *apud* VIEIRA, 2011)

Desmarais apresenta uma importante reflexão sobre a solidariedade, construída pelas mulheres da NFU, que revela um importante elemento de diferenciação: a identidade de projeto. “A solidariedade, ao contrário da caridade, só é possível se ambas as partes estão trabalhando de maneiras mutuamente reconhecidas como essenciais para uma agenda

comum” (DESMARAIS, 2007, p.113). As organizações que queiram apoiar o processo de mudança social em qualquer parte do mundo precisam construí-lo primeiramente em seus países de origem.

Verdadeiros parceiros em projetos mútuos farão uma igual contribuição em termos de ‘doar-se’. A parceria é uma troca mútua de experiências, habilidades e recursos para um benefício recíproco. A igualdade dessa relação exige que o projeto, as metas e a implementação de projetos conjuntos devam ser elaborados e avaliados conjuntamente. (DESMARAIS, 2007, p. 114).

Geraldo Fontes, em entrevista a Vieira (2011), situa especificamente o Fórum Social Mundial como um evento que proporciona o “encontro com os outros movimentos sociais e o articular de uma série de lutas”. Foi no FSM de 2005, em Porto Alegre, por exemplo, que o início da articulação de uma Brigada de solidariedade ao povo haitiano, que fizesse contraponto à intervenção militar da MINUSTAH, foi concretizado, por iniciativa dos representantes da Plateforme Haïtienne de Plaidoyer pour un Développement Alternatif (PAPDA-Haiti) e lideranças do MST-Brasil.

Para Vieira (2011):

A Via Campesina é, portanto, uma articulação internacional de trabalhadores que constrói sua identidade em contraposição ao modelo dominante de agricultura, afirmando a economia, a cultura, os valores, os modos de vida do campesinato. Ao mesmo tempo, busca estabelecer relações com outros movimentos e organizações, pois entende o modelo agrícola como parte do formato mais geral do capitalismo mundial na contemporaneidade. (VIEIRA, 2011, p. 251).

A Via Campesina analisa que a destruição dos recursos naturais e o enfraquecimento da economia camponesa, causados pelo avanço do modelo neoliberal, são as principais causas do arrefecimento dos movimentos camponeses em todo o mundo, e entende que a organização internacional, pode facilitar a esses movimentos “fazer acordos sobre os problemas que estamos enfrentando e, juntos, fortalecermos os ideais e aspirações que não desapareceram deste mundo” (VIA CAMPESINA, 1996 *apud* DESMARAIS, 2007, p. 39).

É importante que as diversas regiões trabalhem com suas organizações as questões centrais da Via Campesina: soberania alimentar, reforma agrária, recursos genéticos e biodiversidade, direitos humanos, gênero e desenvolvimento rural, desenvolvimento de um modelo agrícola camponês sustentável, migração, direito dos trabalhadores agrícolas (VIA CAMPESINA, 1998 *apud* DESMARAIS, 2007, p.230).

Segundo Desmarais (2007), o conceito de soberania alimentar é o que norteia os debates sobre o modelo ideal de agricultura. Para avançar nessa construção o movimento camponês busca fomentar a “unidade e solidariedade entre a grande diversidade de organizações camponesas e de agricultores de todo mundo”. Por meio dessas “ferramentas”, foi possível

consolidar “uma identidade camponesa coletiva”, montando “oposição radical às instituições multilaterais” e definindo “políticas alternativas sobre problemas cruciais relativos às comunidades rurais”, sempre com o enfoque na construção da soberania alimentar.

Segundo Stevens et al. (2000, *apud* DESMARAIS, 2007) o entendimento gerado no interior da OMC é de que, para garantir o comércio internacional de alimentos e buscar a eliminação da fome no mundo, é necessário “assegurar acesso a um ‘fornecimento adequado de comida importada’”.

A imposição de alimentos geneticamente modificados pelas transnacionais significa a violação das identidades camponesas. “No interior da Via, talvez a dimensão transnacional da resistência local e nacional reflita-se melhor na luta contra a introdução e a imposição de sementes transgênicas” (DESMARAIS, 2007, p. 172). A ameaça das grandes corporações da agricultura foi denunciada na primeira ação transnacional da Via, em 2001, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, através da destruição de campos de soja transgênica da Monsanto. A palavra de ordem “Sementes, patrimônio dos povos a serviço da humanidade” foi cunhada para reafirmar a importância do resgate e proteção das sementes, como forma de afirmação da identidade camponesa. Francisca Rodriguez, em entrevista a Vieira (2011), destaca que “A semente é o coração da nossa luta e sem teu coração deixas de viver, morres”.

O Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em seu Artigo 11º, Parágrafo 2º, afirma:

Os Estados Partes do presente Pacto, reconhecendo o direito fundamental de todas as pessoas de estarem ao abrigo da fome, adotarão individualmente e por meio da cooperação internacional as medidas necessárias, incluindo programas concretos:

- a) Para melhorar os métodos de produção, de conservação e de distribuição dos produtos alimentares pela plena utilização dos conhecimentos técnicos e científicos, pela difusão de princípios de educação nutricional e pelo desenvolvimento ou a reforma dos regimes agrários, de maneira a assegurar da melhor forma a valorização e a utilização dos recursos naturais;
- b) Para assegurar uma repartição equitativa dos recursos alimentares mundiais em relação às necessidades, tendo em conta os problemas que se põem tanto aos países importadores como aos países exportadores de produtos alimentares. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1976).

Segundo Desmarais (2007, p.195) “A soberania alimentar desafia toda a agenda da globalização com base em que você poderia obter essa soberania em áreas locais e regionais, tanto em mercados como em governança, e também no acesso aos recursos”.

O conceito de Soberania Alimentar foi cunhado em contraposição ao de Segurança Alimentar utilizado pelo FAO. À Soberania Alimentar interessa não só a oferta de alimentos, mas o tipo de alimentação, a forma como é produzida e a escala de produção. Inclui a defesa de uma produção descentralizada e diversificada, enfatizando o combate ao comércio

internacional de produtos agrícolas – por isso é considerado um conceito contra-hegemônico –, a luta pela reforma agrária e controle democrático sobre os recursos e do patrimônio genético, incluindo aí variedades e raças crioulas.

O entendimento de Soberania Alimentar construído no conjunto da Via Campesina inclui as demandas das organizações camponesas ao redor do mundo, desde 1996, na Conferência Mundial sobre Alimentação da ONU, em Roma, quando inaugurou-se o conceito, e inclui os seguintes pontos: a) produção de alimentos saudáveis, de boa qualidade e culturalmente adequados ao mercado doméstico; b) estabelecimento de preços que remunerem os agricultores; c) regular a produção do mercado interno para evitar a criação de excedentes; d) parar o processo de industrialização e desenvolver a produção sustentável; e e) abolição de todas as subvenções diretas e indiretas à exportação (DESMARAIS, 2007).

A Declaração Final do Foro Mundial sobre Soberania Alimentaria, realizado em Cuba, 2001, seguiu essa conceituação mais ampla:

Entendemos por soberania alimentar o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. (FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2001).

A valorização e resgate do modo de vida camponês estão no cerne destas reivindicações.

Nossa concepção de soberania é justamente a de deixar os povos pensarem-se a si mesmos, sem impor nenhum modelo, nem agrícola, nem de sociedade, e viverem essa soberania na abertura e na solidariedade. A primeira soberania é a alimentar: poder se alimentar e escolher como e do que se alimentar. (BOVÉ e DUFOUR, 2001 *apud* VIEIRA, 2011, p.225).

Para o Haiti, a abordagem da Segurança Alimentar tem sido inconsequente, ineficaz e até certo ponto cruel. As ajudas alimentares oferecidas pelos países desenvolvidos, principalmente pelos EUA, contribuíram para o fortalecimento de suas atividades agrícolas e para a destruição da economia camponesa haitiana. Segundo o próprio ex-presidente estadunidense, Bill Clinton, essa ajuda

Deve ter sido muito boa para alguns dos meus fazendeiros no Arkansas, mas não funcionou. Foi um erro. Foi um erro do qual tomei parte também. [...] Tenho vivido todos os dias com as consequências da perda de capacidade de produzir uma safra de arroz no Haiti para alimentar aquelas pessoas porque eu o fiz. (CLINTON *apud* SEITENFUS, 2014, p.251).

O mínimo que deveria ser feito nesse e em outros casos era um investimento maciço em melhorar a capacidade do sistema produtor de alimentos haitiano. A força de trabalho está à disposição. Precisam dos meios para fazê-lo e principalmente, precisam ter segurança jurídica para trabalharem em suas terras. A Reforma Agrária é indispensável para isso.

O caráter da Reforma Agrária defendida pelo conjunto da Via Campesina é a democratização da terra e estabelecimento de autonomia territorial aos camponeses sem terra e aos povos autóctones e comunidades tradicionais, “[...] instrumento para eliminar a pobreza e as diferenças sociais e para promover [...] o desenvolvimento de nossas comunidades” (VIA CAMPESINA, 2000 *apud* DESMARAIS, 2007, p.44).

Os Direitos Coletivos dos Camponeses incluem o acesso e garantia aos meios para conservação da biodiversidade, bem como aos recursos naturais e conhecimentos associados e a decisão sobre os recursos genéticos, por eles manejados.

Os posicionamentos políticos da Via Campesina só fazem sentido se estiverem enraizados nos locais, nas bases camponesas. Segundo Desmarais (2007, p. 160), “o trabalho internacional das organizações camponesas só é possível quando as organizações são fortes e consolidadas nos níveis local e nacional”. Nas palavras de Egídio Brunetto, entrevistado por Vieira:

[...] a construção vem a partir do que você aporta de baixo para cima. É a contribuição da luta lá no país e a compreensão de que temos que sair da luta corporativa local para aquilo que eles fizeram no século retrasado e passado, que são as lutas internacionais. (BRUNETTO *apud* VIEIRA, 2011, p. 203).

A Via campesina deve garantir o enraizamento do trabalho internacional nas realidades locais, ou seja, fazer uma luta internacional em torno de objetivos comuns. Para isso mantém o acesso à informação sobre a conjuntura internacional, que garante um forte instrumento para negociação nas lutas sociais e nas políticas públicas locais.

O poder das organizações locais e daquelas de base comunitária é que permitem que as pessoas tomem algumas daquelas informações e experiências internacionais e nacionais e, coletivamente, deem sentido a elas no seu chão. (WIEBE *apud* DESMARAIS, 2007, p. 212).

Os movimentos organizam ações coletivas em seu país sabendo “[...] que elas estão conectadas às ações das organizações de homens e mulheres a meio mundo de distância” (DESMARAIS, 2007, p.229). Na opinião de Saavedra *apud* Desmarais (2007), é necessário que as comunidades atingidas pelo modelo de globalização do capital entendam que não estão sozinhas, e a organização dessa resistência está também em

[...] globalizar essa luta por justiça, pela sobrevivência das comunidades, para o desenvolvimento das comunidades. Precisamos globalizar essa luta em todas as comunidades mais pobres em todos os lugares assim como os grandes capitalistas globalizaram a economia. (SAAVEDRA *apud* DESMARAIS, 2007, p. 294).

5.2 Kreyol, Vodou e Lakou: Pilares para a construção da resistência haitiana

A identidade camponesa é um elemento sempre presente nas análises sobre a articulação

da Via Campesina. É um instrumento essencial na organização do campo e na perpetuação da classe camponesa. “Reafirmar o significado de camponês talvez seja uma das mais importantes conquistas da Via Campesina” (DESMARAIS, 2007, p. 296), uma vez que “[...] na globalização politizada da atualidade, articular identidade além das fronteiras e com base na localidade e na tradição é um ato profundamente político” (DESMARAIS, 2007, p. 297).

Ao mesmo tempo, dentre as estruturas de dominação utilizadas pelo capitalismo, estão a cultura e as identidades nacionais sofrendo uma crescente homogeneização, fruto da globalização, enquanto a resistência à globalização organiza também a resistência cultural, reforçando as identidades nacionais e locais (VIEIRA, 2011). A esse fenômeno Hall *apud* Vieira (2011) identifica como “dialética das identidades”.

A partir da dominação cultural, abrem-se caminhos para a exploração e a homogeneização, típicas do modo de produção capitalista, que por sua vez representam uma perda de soberania, pelo estabelecimento de identidades planejadas, impondo a cultura exploradora da minoria. A globalização afirma uma identidade territorial imposta pelo mercado imperial, sobre identidades culturais locais de resistência (BOGO, 2010, p.19).

Marx e Engels já nos alertavam para esses efeitos em 1848:

As diferenças e contradições entre os povos desaparecem cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade de comércio, com o mercado mundial, com a uniformização da produção industrial e das condições de vida que lhe são correspondentes. (MARX; ENGELS, 2010, p.26).

Os “trabalhadores cuja força de trabalho o capital não tem mais interesse em comprar, perdem assim a identidade com a organização da classe” (BOGO, 2010, p. 43). Por isso, muitas organizações sociais no mundo reivindicam a valorização da cultura e resgate de identidades como forma de resistência, pois o processo de construção das mesmas tem potencial para gerar a empatia necessária para inserção e organização. “No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural” (CASTELLS *apud* BOGO, 2010, p. 56).

A valorização da cultura haitiana e construção de identidade de nação, passa necessariamente pelo resgate dos costumes, formas de organização e vivências camponesas, algo que a estrutura de dominação ali instalada segue fazendo até hoje, no intuito de reverter a resistência em passividade.

Existem inúmeros mecanismos culturais que protegem a vida a cultura camponesa contra as ameaças dos setores urbanos, como o vodu e o kreyòl. Trata-se de um mundo cultural diferente, uma formação anterior à cultura ocidental. [...] A comunidade internacional tem plenas condições de propor soluções sustentáveis para o Haiti desde que priorize a compreensão da cultura como única alternativa para a cooperação. (ROSA, 2011, p. 124).

O *Kreyol* foi a língua que os trabalhadores desenvolveram a fim de comunicarem-se diferentes povos que chegavam vulneráveis à diáspora africana, incorporando fonemas e palavras ao francês metropolitano, e modificando sua gramática para criar uma fala que os colonizadores brancos não pudessem entender (JOSEPH, 2013). Apesar de fazer parte da identidade haitiana o *kreyol* só foi reconhecido como língua oficial em 1961, e ainda hoje há pouca literatura escrita na língua. Nas escolas a fala é *kreyol*, mas a leitura é em francês, o que pode dificultar em muito a aprendizagem. As organizações camponesas apontam como uma grande dificuldade para a formação de militantes o alto índice de não-alfabetizados - 48,7%, segundo Central Intelligence Agency (2013), e a falta de literatura na língua nativa, com a qual se possa trabalhar nas bases.

A fala ainda é a melhor forma de comunicação nas comunidades, portanto qualquer tipo de intervenção e de trabalho de base nas comunidades deve buscar formas de comunicação oral eficientes, a música e o rádio estão entre as mais difundidas. Também é necessário considerar a alfabetização, principalmente daquelas pessoas mais velhas, no idioma nativo, falado por 98% dos haitianos, e não no Francês, utilizando métodos como aquele desenvolvido por Paulo Freire, que levem em conta a realidade em que vivem as pessoas e a utilização que darão à leitura e à escrita. É necessário incentivar também a produção literária em *kreyòl*, tradução de todas as formas de literatura, garantir a acessibilidade dos camponeses à cultura falada ou escrita em *kreyòl*.

O *Kreyòl* é o maior instrumento de reconhecimento de identidade dos haitianos. É utilizado por isso também para a dominação e criação de empatia, para perpetuar a opressão. Os tiranos que ocuparam o poder durante vários períodos no Haiti, utilizam o *kreyol* para fazer as simpáticas declarações públicas e o francês para fazer as leis opressoras.

A religião trazida de África, por sua vez, já carregava em sua essência elementos de resistência, como o conhecimento sobre os ciclos da natureza e inclusive sobre fatores bélicos (BELLEGARDE-SMITH; MICHEL, 2011), também foi utilizada pelos opressores para criar identidade com o povo explorado, ou ainda para justificar a exploração, sem resistência, pois é preciso fazer a vontade dos *lwa* (entidades espirituais que guardam o *vodou*).

No passado haitiano, o *vodou* criou a mística importante para que os trabalhadores se organizassem para tomar a liberdade ou morressem tentando, encontrando assim a “rota para Guiné”, logo morrer era uma forma de libertar-se o espírito da matéria e voltar para casa. A participação ativa das *manbos* e *hougans* na elaboração da estratégia de eliminação dos brancos, começando com o envenenamento das famílias por suas amas, passando pelo envenenamento dos rios com os corpos de suas vítimas. O domínio dos elementos naturais a

seu favor e algumas práticas rituais pouco amistosas para o ocidente, foram importantes para que esses trabalhadores lutassem e vencessem a guerra.

Moura (1977), afirma que

É nesta fase inicial que podemos ver claramente como as religiões negros africanas em determinados momentos podem exercer um papel social relevante no plano organizacional, embora, como toda a ideologia religiosa, limite seus objetivos e crie entraves à projeção de uma ordenação social superior. De qualquer maneira o *vodu* inicialmente foi ideologia plebeia, que unia escravos negros pela base e que posteriormente será substituída, pelo menos nos estratos dos líderes independentistas, pelo ideário da revolução francesa. Nas camadas inferiores, no entanto, a arma ideológica era o *vodu* que conseguia uni-los. Isto correspondia à brutalidade das relações escravistas, pois somente a magia podia dar aos escravos sublevados nas plantations o combustível sócio-psicológico capaz de servir de contrapartida à brutalidade dos senhores de escravos. (MOURA, 1977, p. 107).

Até hoje há os que creem que o Haiti está numa situação precária pois foi amaldiçoado por Deus, uma vez que conquistou sua liberdade através de um pacto com o diabo. Esse discurso mascara a realidade, que é produzida por homens, através da economia e da política, e não por deuses, e só reproduz a ideologia útil à dominação.

Desde que os trabalhadores escravizados chegavam na ilha de São Domingo e eram levados ao trabalho forçado nas fazendas, aos poucos foram desenvolvendo-se estratégias de sobrevivências nas fazendas, de fuga e de vida em comunidade nas montanhas para onde fugiam. O legado cultural deste período foi determinante para o estabelecimento da convivência nos *lakous*. As casas haitianas são formadas por várias unidades familiares e uma área comum, que geralmente inclui um pátio onde sentam-se para conversar, uma cozinha onde é feito o alimento para todos os que moram no *lakou* e um local reservado à higiene pessoal, além das roças onde o trabalho pode ser conjunto ou individual. Essa forma de organização garantiu a sobrevivência nas montanhas desde muito cedo e logo se propagou por todo o país. Destarte essa era uma medida de proteção, mas com os sucessivos golpes sofridos pela população haitiana, o *lakou* também ganhou um status político de organização contra a opressão, onde se poderia debater a situação em que se encontravam os membros do *lakou* e propor soluções para seus problemas.

Essa forma de organizar as famílias foi duramente combatida pelos *Tonton Makout* nos anos de ditadura, como forma de impedir a coletividade característica daquele povo. Apesar dos esforços para derrotá-lo, o *lakou* ainda hoje, em tempos de neoliberalismo, de individualização da vida privada, está presente nos territórios camponeses, e representa a maior expressão da solidariedade haitiana (LOUIS-JUSTE, 2004).

O *lakou* como forma de organização do trabalho doméstico permite ao capital a oferecer ao trabalhador uma remuneração menor do que a necessária para sua plena reprodução, pois

ali, as pessoas se organizam e cooperam para a reprodução coletiva do *lakou*. Sobre o trabalho na comunidade doméstica, Meillasoux (1976) afirma que

[...] a punção exercida eventualmente por uma classe exploradora sobre o produto social faz-se sempre em detrimento do crescimento ou mesmo por vezes da reprodução simples do grupo quando esta punção leva à morte prematura de uma parte da população (a morte prematura devida à miséria nunca é contabilizada como uma perda nos cálculos da economia liberal). (MEILLASOUX, 1976, p. 97).

Ainda que representem importante exercício de vida em comunidade, os *lakous* guardam também suas mazelas. Neles residem aproximadamente 210 mil crianças escravizadas, os *restavek*, o que faz com que hoje o Haiti seja o segundo país com mais escravos no mundo (SEITENFUS, 2014). Essas crianças, na sua grande maioria meninas, cujos núcleos familiares não tem condições de manutenção e reprodução e por isso dispõem de seus filhos para que trabalhem para famílias com melhor estrutura, trabalham até 16 horas por dia, garantindo o bem estar de todos da casa, sem direito a remuneração, estudos, e nem mesmo a sua alimentação está garantida, uma vez que fazem a comida, servem as pessoas mais importantes da família e devem se contentar com as raspas que sobram nas panelas ou nos pratos alheios.

As mulheres são 53% das chefes de famílias haitianas, e 56,5% das mães exercem alguma atividade remunerada. Elas são presença constante nos *maches*, as feiras livres haitianas. Essa peculiaridade tem origem nos anos logo após a revolução de 1804, quando os proprietários eram impedidos de deixar suas fazendas, até mesmo para comercializar os produtos, conforme descreve Marinelli (2014),

[...] como as mulheres não eram proprietárias [...] foram as que saíram para distribuir as produções camponesas ao povo. Ali, paradoxalmente, o espaço do comércio (entenda-se como espaço público) é feminino e o privado (o *jaden*, a horta) é masculino. (MARINELLI, 2014, tradução nossa).

Nos *lakous* são organizados os *konbits*, mutirões, voluntários ou não, dependendo das condições financeiras da pessoa a ser beneficiada pela atividade, que são organizados para realizar determinadas tarefas que demandam maior força de trabalho, como arar a terra, plantar, colher, construir casas, abrir canais de irrigação, etc. Essa forma de organização permite a “prática de uma agricultura de produtividade suficientemente elevada para satisfazer as necessidades alimentares necessárias à conservação e a reprodução dos seus membros assim como à repetição do ciclo agrícola” (MEILLASOUX, 1976).

Um fator de organização da produção que pode aumentar sua produtividade é o aumento do nível de cooperação do trabalho, pois permite algumas melhorias nas plantações, que demandam uma maior quantidade de força de trabalho e, frequentemente, atendem a mais

de uma unidade familiar, isso é o que Marx chamou de trabalhador coletivo: quando o todo é maior que a soma das partes (BERNSTEIN, 2012).

Meillasoux (1976), por sua vez, afirma que

[...] o alargamento da comunidade doméstica, ou a reunião de várias células constitutivas organizadas para a produção numa comunidade mais numerosa constituída em torno das funções políticas da reprodução, facilita esta redistribuição dos efectivos no interior desta última. Reprodução que [...] é uma das condições do funcionamento orgânico da comunidade alargada e da produção social da energia humana que é o seu motor. (MEILLASOUX, 1976, p. 82).

Bogo (2010) analisando a situação do campesinato brasileiro, por sua vez, afirma não haver separação na agricultura entre renda e cultura, portanto,

A busca de produzir organicamente, o resgate das tradições artísticas, a rejeição da mecanização e da compra de meios de produção impróprios para a pequena produção, a associação para transformar os próprios produtos e a busca da preservação do ambiente são sinais do renascimento de outra identidade, diferente da do capital. (BOGO, 2010, p. 105).

Essa identidade renovada traz consigo o desenvolvimento da consciência e um sentimento de pertença, característicos do campesinato, e “[...] deve perseguir [portanto] um projeto, em negação do projeto dominante e, sem ignorá-lo, ultrapassar os limites por ele impostos” (BOGO, 2010) afim de que possa continuar existindo.

A cultura por si só poderá ser instrumento de fortalecimento de qualquer projeto que se ligue a ela, uma vez que “o processo organizativo é que forma a classe e a partir disso que entram em cena os demais elementos da sua qualificação” (BOGO, 2010, p.141). Mariátegui (1975 *apud* ESCORSIM, 2006), analisando a realidade peruana, demonstra que é necessário romper com o romantismo da “volta ao passado” através da reconstrução da sociedade sobre as bases originárias, assumindo o passado como raiz, não como um programa.

O resgate da identidade camponesa e criação de cultura política alternativa é uma forma de os movimentos sociais radicais envolverem-se nas políticas culturais, não trabalhando pela inclusão na política e cultura dominantes, mas “buscando significados e maneiras novas de existir no mundo” (DESMARAIS, 2007, p.27), com o objetivo de “transformar a própria ordem política na qual operam” (DAGNINO; ESCOBAR, 1998 *apud* DESMARAIS, 2007).

O resgate desses quatro elementos de identificação do povo haitiano é importante para que se construa um processo de fortalecimento das estruturas haitianas, pois são a base para a organização popular desde que Boukman organizou, em 1791, a famosa cerimônia de *Bwa Kayiman*, congregando todos os trabalhadores a juntarem-se e lutarem por sua liberdade, por sua humanidade.

5.3 A Via Campesina no Haiti: 4 Je Kontre e Brigada Dessalines

Apesar de ser um país pequeno, o Haiti abriga uma infinda quantidade de organizações de camponeses, uma vez que a numerosa população rural está dispersa no território e muitas comunidades encontram-se isoladas umas das outras, seja por falta de estradas, seja por barreiras físicas (montanhas e rios). Além disso, a atuação das ONGs, já analisada neste estudo, e a abordagem fragmentada dos problemas, fez com que essas organizações mantivessem um nível local, uma para cada localidade e pauta específica, com grandes dificuldades de articulação entre elas.

Dentre os movimentos camponeses mais representativos e combativos do Haiti, estão aqueles que se reúnem na plataforma 4G, sigla derivada da expressão *4 je kontre, manti kaba* (quando quatro olhos se encontram, a mentira acaba). O 4G é composto pelo *Mouvman Tèt Kole Ti Peyizan Ayisien* (TK), *Mouvman Peyizan Papay* (MPP), *Mouvman Konbit Peyizan Kongrè Papay* (MPNKP) e *Kowodinasyon Rejyonal Oganizasyon Sidès* (KROS). Destes movimentos apenas o KROS não está inserido na Via Campesina Internacional, pois é formado por um conjunto de organizações, não só camponesas, mas também urbanas. As reuniões da coordenação do 4G, onde estão inseridos dois representantes de cada organização, ocorrem a cada 3 meses, no mínimo, e nelas se concretiza a articulação das ações, políticas e deliberações, o principal objetivo é a consolidação de um plano comum de lutas e atividades no país.

O caráter internacionalista da Via Campesina expressa-se no Haiti na atuação da Brigada Dessalines, organizada pela Via Campesina Brasil e movimentos sociais da ALBA. Conforme já mencionamos, essa Brigada é fruto da articulação feita durante o Fórum Social Mundial em 2005, entre dirigentes do MST e da PAPDA. A PAPDA, representante ativa da oposição haitiana à MINUSTAH, buscou nessa ocasião conscientizar e embasar os movimentos camponeses brasileiros sobre a situação em que se encontravam os movimentos camponeses haitianos e o entendimento coletivo resultado dessa reunião foi de que era necessário contrapor a atuação do Exército Brasileiro, com uma solidariedade de fato, que buscasse fortalecer a capacidade de articulação da Via Campesina haitiana com os movimentos latino-americanos.

Esse não foi o único motivo que levou os movimentos brasileiros a olhar com mais cuidado para o Haiti. A identidade dos trabalhadores brasileiros com a causa haitiana data da época de sua revolução, quando os ecos da vitória dos negros na “Grande São Domingos” ecoavam no continente, e inspiravam e influenciavam diversas sublevações em todas as

colônias, num fenômeno conhecido na literatura como Haitianismo (REIS *apud* SEITENFUS, 2014).

A Revolução Haitiana nunca esteve tão próxima da classe senhorial escravista brasileira. Menos de um ano depois de proclamada a independência da ilha, no Rio de Janeiro soldados negros usavam medalhões com o rosto de Dessalines. (NASCIMENTO, 2008, p.128).

A identidade de classe construída no século XIX, é também uma expressão de um passado comum entre os dois países, o que pode apontar para soluções conjuntas no futuro.

Durante quatro anos, essa identidade e a necessidade de transformá-la em ferramenta de organização foi objeto de diálogo entre o MST (e deste com a Via Campesina) e a PAPDA. Somente em janeiro de 2009 foi possível concretizar a ida ao Haiti de quatro militantes (três do MST e um do Movimento dos Pequenos Agricultores). Essa primeira etapa da missão tinha como objetivos⁹:

- i) Conhecer a realidade do campo haitiano;
- ii) Entender como se organizavam os movimentos camponeses haitianos, estabelecendo articulação para impulsionar um programa de cooperação;
- iii) Dar apoio ao movimento camponês haitiano em suas pautas específicas;
- iv) Trocar experiências no campo técnico, político, cultural e organizativo;
- v) Construir/organizar um centro de experiências camponesas.

A partir desses objetivos os militantes da Brigada iniciaram estudos quanto à história e geografia do Haiti, à cultura haitiana e ao idioma crioulo, e concomitantemente percorriam diferentes regiões do país, vivenciando realidades com diversas organizações, participando das atividades que estas desenvolviam, sempre que fosse possível. Além disso, dedicaram-se a buscar junto aos movimentos como deveria ser a atuação da Brigada, definindo temas de trabalho e procurando estabelecer o centro de experiência em um local acessível e que contemplasse todas as organizações envolvidas.

O primeiro desafio foi comunicar-se em *Kreyòl*, o que pode ser considerado um gerador de empatia pelos camponeses, conforme explica André Luiz Guimarães, militante do MPA, em entrevista a Taddeo (2012):

Quando o haitiano não te conhece, todo mundo que é estrangeiro, é ‘blan’ (branco, em creóle haitiano). Depois, quando você já fala a língua deles, o que não é comum, a receptividade é outra. Como trabalhamos e convivemos com os camponeses, eles nos tratam com o que eles têm de melhor. (TADDEO, 2012).

⁹ As informações aqui contidas são fruto de diversas reflexões coletivas e informes da Brigada Dessalines entre os anos de 2009 e 2013.

A questão racial também exige um grande esforço de desconstrução, descrito por Dayana Mezzonato, militante do MST, em entrevista à mesma autora:

A primeira visão deles é que o branco é colonizador, tem dinheiro. No começo, nos chamavam tanto de ‘blan’, que chegava a incomodar. Mas como os voluntários passam um bom tempo na comunidade, a abertura é incrível. Eles amam o Brasil, o que é um fator positivo, mas para conquistar a confiança deles, tivemos que conviver, mostrar que existem brancos pobres no mundo, que a solidariedade se dá entre os povos e que estamos aprendendo juntos. (TADDEO, 2012).

A observação de Dayana, ajuda a demonstrar o quanto a questão racial no Haiti se confunde com a luta de classes em si. Com 95% da população negra ou mestiça (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2013) e apenas 5% brancos, além de todo o quadro de estrangeiros vivendo ali, desde a época em que ainda era uma colônia da França, o Haiti mantém a insistente divisão entre negros- trabalhadores e brancos-exploradores, por isso o espanto:

‘Vocês são brancos mesmo?’, perguntavam-se os haitianos que se juntavam em grupinhos para vê-los trabalhar e sujar as mãos de terra. O ato de pegar na enxada e se inclinar sobre a plantação para trabalhar na roça, carregar fardos de palha ou tirar água de um poço chamava a atenção dos negros, que paravam para contemplar a cena, abismados e imóveis por 20, 30 minutos. (TADDEO, 2012).

À medida em que avançamos no entendimento do que representa a Cooperação Internacional para a massa da população haitiana, entendemos que o agente de cooperação branco de hoje corresponde ao colonizador branco de ontem, no que diz respeito ao distanciamento dos problemas que a afligem. Brancos que “arregaçam as mangas” e trabalham juntos para que as coisas mudem tem a importante tarefa de ajudar o povo haitiano a entender que a cor não é o determinante e sim a economia, em cuja perspectiva serão igualados negros e brancos, através do trabalho.

A coordenação política do programa de cooperação desenhado para a Brigada Dessalines ficou a cargo do 4G Kontre e todas as iniciativas de trabalho propostas tem o intuito de fortalecer os processos organizativos e o trabalho de base dos movimentos como um todo. Para isso a Brigada Dessalines buscou envolver um número maior de militantes na articulação do 4G, incluindo quadros técnicos e políticos no debate acerca do programa de cooperação.

O trabalho da Brigada visava também a troca de experiência da área da produção camponesa e na preservação ambiental. Para isso, foram enviadas sementes crioulas e agroecológicas do Brasil, afim de iniciar um trabalho de resgate e preservação de variedades e de armazenamento de sementes. Apesar da enorme demanda, o Haiti não produz sementes, e a dependência na agricultura chegou a tal ponto que até mesmo os camponeses deixaram de

guardar suas próprias sementes, passando a consumir aquelas que o mercado oferecia. Portanto é fundamental que se resgate nas bases o debate da soberania alimentar atrelado às sementes como patrimônio coletivo da humanidade, e não como produtos a serem comercializados.

Outro tema importante para garantir a sobrevivência das famílias camponesas haitianas é a questão da água. É notória a diferença de abundância entre as comunidades que de alguma forma são abastecidas por água (seja por meio de canais, rios ou poços) e aquelas que dependem apenas da água da chuva para viabilizar sua produção. Aquelas que são abastecidas tem menor índice de fome e miséria, enquanto as que não tem água dependem na sua maioria da caridade alheia para sua manutenção. Por isso, essa frente de trabalho incluiu a captação de água da chuva e construção de açudes e canais como uma de suas pautas.

Para Rafael Aquino, engenheiro agrônomo, membro da Brigada Dessalines, entrevistado por Taddeo (2012):

Uma característica forte da agricultura haitiana é a plantação diversificada, que mantém a fertilidade do solo, diminui a presença de pragas e de doenças e não demanda o uso de inseticidas. Nas montanhas tem de tudo: arroz, cana-de-açúcar, banana, mandioca, feijão... Mas eles usam poucas técnicas de conservação do solo, e há problemas de erosão e rios assoreados. (TADDEO, 2012)

Conforme discutido na segunda parte deste estudo, a preservação ambiental é uma pauta urgente e necessária, e os movimentos têm iniciativas em torno da questão que precisam ser fortalecidas. Para tanto, o plano de cooperação incluiu a construção de viveiros de espécies florestais e frutíferas adaptadas ao ambiente, que pudessem impulsionar experiências de conservação e recuperação de solos, produção e retenção de água e produção florestal (madeira, para energia principalmente, e não madeira, alimentação e medicamentos).

Pensando na formação técnica e política dos movimentos, o programa de cooperação propôs a organização de uma escola técnica em agroecologia, onde além de formar quadros técnicos no seio dos movimentos, ação que havia sido desvirtuada pelas ONGs conforme explicamos na quarta parte do trabalho, poderiam ser postas em prática experiências e técnicas apropriadas à realidade camponesa haitiana.

Os desafios identificados no primeiro ano da Brigada Dessalines incluíam a articulação com as principais organizações de caráter regional, buscando seu fortalecimento e a inserção nas discussões em nível nacional.

Em janeiro de 2010, os integrantes da Brigada voltaram ao Brasil para fazer um repasse mais detalhado das atividades, e traçar junto à Via Campesina – Brasil os detalhes da ação proposta junto ao 4G, quando foram surpreendidos com as notícias sobre o terremoto, no dia

12 de janeiro. Nesse mesmo mês ocorreu uma Assembleia da Via Campesina Brasil, que diante do relato feito por esses militantes, e conhecendo a situação em que havia ficado o país, decidiu enviar um grupo de 30 militantes, do MST, MPA, Comissão Pastoral da Terra, Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento dos Trabalhadores Desempregados/por Direitos e Movimento dos Atingidos por Barragens para atuarem em quatro frentes: Captação e Distribuição de água, Produção de sementes, Recuperação Ambiental e Educação.

Além disso, a Via Campesina fortaleceu uma campanha de arrecadação de insumos e equipamentos para a agricultura haitiana que, ainda que não tenha tido um grande volume de doações, permitiu uma maior visibilidade para o problema haitiano, junto às bases dos movimentos.

Além da articulação dos movimentos camponeses na Via Campesina, a Brigada também estabeleceu como objetivo fortalecer a articulação dos movimentos sociais da ALBA, cujo Conselho Provisório no Haiti estava sendo organizado apenas pela PAPDA, sem o envolvimento do 4G, que tinha certa dificuldade em pautar esse debate em suas instâncias. Para isso, a Frente Popular Dario Santillan, da Argentina passaria a compor o grupo também.

Num primeiro momento a ideia era fazer com que esses militantes levassem a Brigada todos os cantos do país, trabalhando junto com diversas organizações e buscando articular as ações. O governo da Bahia havia doado então 1284 cisternas de lona, para captação emergencial de água. A política adotada pela Brigada, junto com o 4G, para distribuição dessas cisternas foi de que serviriam a *lakous* com mais de uma família, onde houvesse pelo menos um dirigente camponês atuando. A instalação das cisternas representou o primeiro contato desses militantes com as organizações haitianas, e também para muitas comunidades o primeiro contato com a captação de água da chuva, o que naquele momento ajudou muito a compreenderem e serem receptivos aos militantes da Brigada. Aos poucos aqueles “brancos”/gringos iam aprendendo a falar o idioma, a se locomover no território e a conviver com as dificuldades do país, aos poucos se tornavam *nèg brezilyen*.

Além de deslocar 30 militantes brasileiros para o Haiti, também foram para os Brasil 74 jovens, saídos dos mais diversos cantos do Haiti, representando os movimentos camponeses. Esses jovens participaram, durante um ano, de atividades de formação (técnica e política) junto aos movimentos da Via Campesina Brasil, principalmente nos estados do Paraná, Sergipe e São Paulo. Conheceram os assentamentos, as práticas agroecológicas, a mística dos movimentos e a práxis militante. Ao regressarem ao Haiti, os jovens do Tèt Kole organizaram um Encontro, onde começaram a debater as pautas para a juventude camponesa, a inserção no movimento e buscaram garantir o protagonismo dos jovens em todos os espaços. Em

avaliação sobre os resultados desta ação, um integrante da Brigada relata:

- a) Dá autonomia para os movimentos;
- b) A partir do que vivenciam e estudam, os jovens levam as experiências que lhes pareçam mais viáveis para suas realidades. Eles mesmos fazem esse processo de filtrar os conhecimentos e buscar adaptar às suas realidades. [...];
- c) Contribui com a formação de cada um que vem, ampliar sua visão de mundo e da luta de classes (assim eles podem perceber que tem brancos pobres e que mais que cor da pele, a pobreza é uma questão de classe);
- d) permite ver outras formas de organizar as lutas. (SANTOS, 2012).

Os intercâmbios para formação dos jovens seguem acontecendo em pequena escala, a partir da participação de militantes das organizações haitianas em diversos cursos construídos pelos movimentos da Via Campesina e da ALBA na América Latina.

Em 2011, a Brigada volta Haiti com um número reduzido de militantes, cada um com uma função específica dentro dos projetos que haviam sido articulados pela Brigada junto com o 4G.

A campanha da Via Campesina para angariar equipamentos não havia dado certo, mas uma campanha feita pela Arquidiocese de Belo Horizonte – Minas Gerais, havia arrecadado uma grande quantidade de recursos e a decisão, junto com a Via Campesina Brasil, foi de enviar ao movimento camponês, para que construísse um centro de formação em agroecologia. O 4G definiu então o TK como receptor deste projeto, pois esse já tinha um grande espaço inutilizado na Zona Rural de Monwi, e precisava revitalizá-lo, para dar-lhe a função de formar militantes e técnicos para as bases do TK e demais movimentos. O trabalho envolveu a reforma de uma construção inacabada que havia no local, construindo quartos, banheiros, uma cozinha, copa e um amplo espaço para reuniões e espaços de formação. Ao mesmo tempo foi cercada a área para que pudesse abrigar criações e plantações e iniciou-se a construção de um canal de captação de água. Aos poucos o centro veio sendo ocupado pelo movimento para a realização de reuniões, de assembleias e de evento de formação, o que refletiu a qualidade da revitalização do espaço.

Seguindo a linha da campanha da Via Campesina Internacional (Sementes: Patrimônio do Povo a Serviço da Humanidade), com a experiência dos movimentos brasileiros na produção de sementes, através da Bionatur Sementes Agroecológicas, cooperativa organizada pelos movimentos sociais camponeses brasileiros, para produção de sementes agroecológicas em áreas de assentamentos de reforma agrária, e contrapondo, a ação da Monsanto de doação de sementes híbridas aos agricultores haitianos, rechaçada pelo movimentos camponeses haitianos, com uma grande marcha que reuniu em Hinche, no *Plato Santral*, cerca de 10.000 camponeses em junho de 2010, iniciou-se um projeto de produção e armazenamento de

sementes camponesas nas bases dos movimentos do 4G Kontre.

A Bionatur forneceu as primeiras sementes e a formação necessária à produção de cada tipo de semente, os militantes da Brigada atuavam como assistentes técnicos e animadores nas comunidades e buscavam sensibilizar os camponeses para importância de produzir e armazenar adequadamente as próprias sementes, além de resgatar a história de relação e melhoramento do campesinato com as sementes, tanto nas instância de decisão do movimento quanto nas bases, onde seriam construídas as casas de sementes e instalados os campos de sementes. O projeto teve duração de dois anos e ao final foram instaladas cinco casas de sementes: três de hortaliças (Kenskof/Oeste, Tyòt/Sudeste e Akayè/Oeste) e duas de grãos (Podepè/Nordeste e Hinche/Plato Central), com uma média de quinze famílias produtoras em cada centro. Os campos de produção foram direcionados para localidades que já tinham aptidão para a produção daquelas determinadas culturas. As famílias selecionadas para a produção de sementes recebiam não só as sementes para multiplicação, assistência técnica e formação, como deveriam repassar a produção a outras famílias, de forma que o projeto não terminasse em si, e pudesse resgatar a tradição camponesa de guardar e trocar sementes, garantindo a diversidade e qualidade da produção.

No âmbito da recuperação florestal a Brigada desenvolveu um projeto que aliava o plantio de espécies florestais, ao melhoramento genético de caprinos de raça crioula e à produção de legumes e hortaliças em quatro comunidades no departamento de Latibonit, onde se encontrava o Centro de Formação da Brigada e o do Tèt Kole. A meu ver, enquanto técnica responsável pelo projeto, essa frente de atuação mostrou-se um grande desafio para os movimentos sociais haitianos, uma vez que, pela dimensão do desafio, os esforços pontuais para recuperação ambiental não se demonstraram frutíferos, logo seria necessária uma conjunção de ações que visassem a proteção de remanescentes, o treinamento de viveiristas e coletadores de sementes (envolvendo a juventude); intercâmbios entre os camponeses para troca de experiências sobre manejo agroflorestal; estabelecimento de experimentos de produção de água através de ações de reabilitação produtiva de ambientes; ações de educação ambiental, inclusive nas escolas.

A forma como se desenvolveu a relação entre a Brigada Dessalines e os movimentos camponeses, a forma de inserção nas comunidades dos militantes brasileiros, e a própria identidade de classe entre esses militantes e os camponeses haitianos, permitiu que se desenvolvesse aí uma verdadeira solidariedade, em que compartilhamos os louros e nos ajudamos nas dificuldades. Assim se estabeleceu uma relação que vai para além da articulação local, mas envolve outros movimentos (tanto da Via Campesina como da ALBA)

da região e do continente. A autonomia dos movimentos sempre foi algo que esteve em pauta nos debates da Brigada, como parte da política internacional do MST, e em se tratando das organizações haitianas, esse princípio foi primordial para que estabelecessem uma relação em que a confiança superou a dependência.

O exercício da educação popular é uma necessidade e um desafio para os movimentos camponeses haitianos e para a Brigada, pois possibilita o acúmulo político, cultural e técnico, para a organização da produção, para fortalecer as relações entre os movimentos e a formação e participação dentro dos mesmos. A principal dificuldade está no idioma por não haver publicações em *kreyòl* e pela quantidade de camponeses não-alfabetizados nas bases dos movimentos, inclusive dificultando a renovação de seus quadros, por encontrar-se a base incapacitada de realizar os estudos nos moldes em que são pensados atualmente.

O desenvolvimento de projetos se insere na política da Brigada como forma de estreitar laços com os movimentos sociais e compartilhar experiência de elaboração e execução de projetos, aportando melhorias concretas na infraestrutura dos movimentos, além de garantir a manutenção financeira da Brigada.

Todas essas ações só podem ser sustentáveis a longo prazo se o movimento camponês haitiano enxerga na Brigada Dessalines um parceiro, mas assume a sua posição de protagonista em pensar os objetivos e avaliar concretamente os resultados das mesmas. A preocupação com a inserção de militantes que participem das formações, com a formação de técnicos militantes para trabalhar nas bases e com a estrutura organizativa que dê conta dos grandes desafios que o Haiti propõe parecem elementos indispensáveis para que o programa de cooperação cumpra seu objetivo, que é aumentar a autonomia dos movimentos sociais haitianos quanto às ações assistencialistas e pontuais das ONGs.

Por fim, a nossa solidariedade com o povo haitiano não pode estar completa se nós não nos organizarmos internamente, no Brasil e nos demais países que compõem, pela desmobilização da MINUSTAH e retirada dos efetivos militares, que já demonstraram não ser a solução para a recuperação do país.

O povo do Haiti não precisa de soldados armados. O povo do Haiti precisa de solidariedade para desenvolver as forças produtivas de seu território e produzir os bens que precisam para sair das imensas necessidades que padecem. [...] Acho que nossa obrigação como irmãos do povo Haiti, é seguir protestando e pedindo que as tropas se retirem do Haiti, como não desejaríamos que estivessem no Brasil ou qualquer país do mundo. E seguir apoiando, com projetos de desenvolvimento econômico e social. (STÉDILE, 2013).

A atuação da Brigada encontra uma forte contradição, causada pela presença das tropas brasileiras na MINUSTAH, atuando na repressão às organizações populares com pautas

legítimas. As formas de cooperação propostas não encontram consonância, ainda que tenham origem no mesmo país. Se nos países de origem, as organizações que compõem a Brigada são combativas e exigentes quanto ao cumprimento de seus direitos, no Haiti, não cabe a nós encabeçar manifestações ou negociações com as Embaixadas pelos movimentos haitianos. Há que se adotar o distanciamento necessário, mas não podemos nos refutar a denunciar o papel, muitas vezes perverso, que os governos têm cumprido nesse território. Não o fazendo corremos o risco de sermos considerados braços comunitários da Missão militar, o que vai no sentido oposto do que esperamos construir. A experiência de Cuba e Venezuela, nesse sentido são importantes para nós como modelos de cooperação, mas que ainda não se propõem expressamente a fortalecer o projeto de livre individualidade haitiano. Ainda não se constrói uma solidariedade contra-hegemônica no Haiti, seja por imposições da conjuntura, seja por uma certa inexperiência nas relações internacionais, dos movimentos que disputam com a hegemonia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar o desenvolvimento da economia haitiana, lançando mão, para isso de um resgate histórico sobre a colonização deste território, suas lutas de resistência e as formas de sobrevivência encontradas. Entendemos que a questão que permeia toda a sociedade haitiana está ligada à ocupação dos territórios e exploração da força de trabalho liberado destes. O desamparo em que vive a grande massa de haitianos, trabalhando em terras que não são suas, sobrevivendo a catástrofes (as de causa antrópica e as naturais), é fruto da intervenção direta da economia globalizada, dos mercados liberados, da negligência e do enxugamento do Estado, da interferência internacional, por meio de ONGs, organismos multilaterais e exércitos.

A Revolução Haitiana e seus desdobramentos contribuíram para a liberação dos territórios do jugo colonial, mas manteve seu papel de fornecer matérias primas aos centros capitalistas, principalmente após o fim do embargo comercial, com Boyer assumindo dívida com os colonizadores e recolocando o Haiti na rota do comércio mundial, o que longe de melhorar a vida dos camponeses haitianos, acabou por piorá-la substancialmente, expulsando-os de seus territórios e obrigando-os a produzir somente o que o governo ordenasse. Ao perder a colônia, os franceses perderam boa parte de sua fonte de recursos, que permitia à sua sociedade a formação de grandes intelectuais, artistas e estrategistas militares. Ao cobrar a dívida da Independência, a França volta a subjugar o Haiti, de forma que esse não mais tenha condições de se erguer enquanto nação soberana no sistema-mundo que nascia.

A deterioração da economia camponesa levou à deterioração dos ambientes haitianos. A exploração florestal iniciada no século XV e perpetuada até o século XX, é corresponsável pelo grave quadro em que se encontram as florestas haitianas atualmente, ao mesmo tempo que permitiu grandes avanços nas tecnologias de embarcações, nas artes plásticas, na construção civil, entre outros, na Europa. As táticas de combate à resistência nas montanhas também têm seu quinhão de responsabilidade neste quadro. Assim como as condições de reprodução das famílias que se impõem hoje no território haitiano, e a falta de programas de fortalecimento dos camponeses para que cuidem de seu ambiente e resgatem sua saúde.

Para reversão desse quadro não basta o esforço conjunto de vários atores em prol de uma causa, como a agricultura, por exemplo. É necessário um projeto de desenvolvimento endógeno, elaborado por aqueles que mais necessitam que o Haiti saia urgentemente dessa situação, para que possam vislumbrar um futuro. É necessário romper com o imperialismo, parar a globalização, para salvar o Haiti.

A valorização dos territórios aos camponeses, pode influenciar significativamente na produção de alimentos, energia, água limpa e na preservação do ambiente em prol de si mesmos e para abastecimento dos centros urbanos. A máquina Estatal, uma vez devolvida aos haitianos, poderá ser reformulada e reconstruída, de acordo com suas prioridades, sem interferência externa, sem missões humanitárias que desumanizam, ao exercerem papel de gestão de carências ao mesmo tempo em que promovem a superexploração da massa trabalhadora.

A história haitiana evolui sempre à sombra do seu grande vizinho do Norte, os Estados Unidos, funcionando, desde 1915, como uma espécie de laboratório, onde podem ser testados seus métodos para hegemonizar a economia mundial. O capitalismo de desastre encontrou ali um campo profícuo de atuação, implantando e fortalecendo ditaduras, para que adotassem medidas econômicas antipopulares, facilitando, através de crises forjadas, processos golpistas que solapassem a democracia haitiana, incentivando as ocupações militares estrangeiras e mais recentemente apropriando-se dos esforços comunitários de reconstrução do país após o terremoto.

Tampouco a relação com o vizinho terrestre é harmoniosa. Com a soberania frequentemente ameaçada, por ser considerado um estado frágil, a fronteira do Haiti com a República Dominicana é sintomática em demonstrar o que representa no sistema mundial esse país: fornecedor de força de trabalho e consumidor de produtos obsoletos.

A forma como a Cooperação internacional tem se organizado desde o final da Segunda Guerra Mundial demonstra que seu objetivo, antes de visar a autonomia dos países ajudados, é aprofundar o desenvolvimento do capitalismo e prevenir que as forças sociais se organizem para lutar por qualquer que seja a pauta de melhoria. Além de criar um ambiente propício a plena implantação da globalização, pois pacífico, também é responsável pelo endividamento dos países periféricos, que leva à superexploração de sua classe trabalhadora, para atender à ganância de elites locais e estrangeiras. As ONGs têm papel essencial nessa difusão, atuando onde os Estados Neoliberais não se atrevem e mantendo a lógica dos problemas individualizados e soluções pontuais.

A cooperação técnica entre países periféricos por sua vez, apresenta uma grande diversidade de ações, mas com um grande diferencial: excluída a ajuda financeira, pois esses países não têm condições de conceder grandes empréstimos, a cooperação técnica não gera endividamento. A disposição dos países periféricos em trocar tecnologias, desenvolver políticas públicas compatíveis, promover o papel do Estado na solução de problemas pode ser utilizada a favor da soberania dos países com quem cooperam. Nesse sentido os paradigmas

da Cooperação de Cuba, com as Missões Médicas e Venezuela, com a garantia energética da Petrocaribe, e que buscam a não-interferência em assuntos políticos ou de segurança, são modelos a serem seguidos e aperfeiçoados, a fim de que se fortaleça a governança e a autonomia haitianas.

As relações internacionais com o Haiti precisam levar em conta não sua dificuldade de gestão, mas suas potencialidades de superação de problemas, e principalmente sua capacidade de cooperação.

A ação da Internacional Comunitária já se mostrou ineficiente, calcada em princípios de mercado que não cabem a uma solidariedade de fato. A atuação desta no Haiti seguindo a lógica assistencialista do “braço comunitário do imperialismo”, gerou dependência nas organizações e lucro nos países de origem das ONGs. Favoreceu a fuga de quadros técnicos haitianos e a importação de técnicos que chegam pouco experientes ao Haiti para aperfeiçoarem seus conhecimentos, não para atacar de fato os problemas que se mostram. As organizações populares que ainda dependem da lógica mercantilista dos projetos desenvolvidos no âmbito da Internacional Comunitária, não alcançam a autonomia necessária para formarem seus quadros militantes para a construção e fortalecimento do projeto de livre individualidade no Haiti. Ficam presas a relatórios e metas físicas inalcançáveis, perdem o foco.

A dominação econômica do Haiti, por sua vez, não só não recrudescer como aprofunda-se cada vez mais, deteriorando as já difíceis condições de vida do povo haitiano, enquanto os *grandons* veem seus lucros aumentados e sua exploração garantida.

A ocupação militar do Haiti demonstra mais uma vez a ineficiência do uso da força nos casos em que a tirania não é originada nos homens e sim no “deus-mercado”. A atuação brasileira na MINUSTAH, com o maior contingente e o comando militar da Missão, se insere na lógica da inserção subordinada ao capital-imperialismo, onde o Brasil atua em causa própria, mas garantindo os objetivos capital-imperialistas, de abertura de campo para a exportação de capitais e garantia de segurança para esses capitais. Algumas das vantagens da missão para o Brasil são: o fortalecimento da indústria bélica brasileira, o treinamento de tropas em missão concreta e segura, a visibilidade no cenário da segurança internacional e a integração com forças militares de outros países da América Latina. Para o Haiti não há vantagens: já se vão onze anos de MINUSTAH, cinco antes do terremoto e seis depois dele, mas os principais objetivos declarados (estabilização política e reforço da segurança) não puderam ainda ser alcançados, não por falta de recursos ou de pessoas envolvidas, mas por estarem apontando armas erradas para inimigos errados.

A cooperação técnica por sua vez só será possível quando o Haiti puder exercer soberania sobre as políticas a serem implantadas. O Brasil, através da Agência Brasileira de Cooperação, com seus inúmeros projetos para fortalecimento da agricultura haitiana e promoção da segurança alimentar ainda não conseguiu encampar junto ao Estado Haitiano, políticas públicas robustas para encarar a seriedade da questão, seja por não dominar a importância das mesmas, seja por não dispor de recursos necessários para dar continuidade às políticas propostas.

O exercício internacional da Via Campesina, como uma articulação de movimentos sociais camponeses de todo o mundo, de construir uma plataforma concreta de pautas comuns a todos eles, vale-se de toda uma história de internacionalismo proletário que se inicia com a I Internacional em 1864. As experiências internacionais, trouxeram aos camponeses a consciência de que seus problemas não estavam localizados, e, portanto, também não o estariam as suas soluções. Para lutar contra eles, foi necessário organizar a classe camponesa. A Via Campesina é fruto desse processo, e é hoje expressão mais consolidada do que se imagina de uma plataforma internacional de organização dos trabalhadores e trabalhadoras. Seu caráter diverso enriquece a reflexão sobre a organicidade e os eventos onde se encontram os movimentos (sejam espaços de formação, de organização ou de luta) permitem avançar na ideia do internacionalismo. As pautas prioritárias da Via Campesina, Soberania Alimentar, Reforma Agrária, Sementes e Agrotóxicos, além da busca pela valorização da cultura camponesa são essenciais a um projeto alternativo de desenvolvimento da livre individualidade no Haiti.

A cultura haitiana, por ser insular, mostra seu caráter singular e contraditório através do *kreyol*, do *vodou* e do *lakou*. Aqui encontram-se as potencialidades e possibilidades de resistência e de novas vivências fora da lógica capitalista, com a organização comunitária, a religião que valoriza a natureza e o trabalho camponês, os *konbits* como forma de organização para o trabalho, mas também mostram-se funcionalidades para o sistema, como o barateamento da reprodução da família, pela superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras, e pela perpetuação de condições de trabalho escravo, a religião como forma de dominação e a língua como instrumento de isolamento dos haitianos do resto do mundo.

A Via Campesina Haitiana e a Brigada Dessalines, através de seu programa de Cooperação, desenvolvido no seio das organizações camponesas, e sem nenhuma ingerência de qualquer governo pretende ser uma forma de solidariedade que gere cada vez mais autonomia para os camponeses, para que possam juntos construir um projeto de livre individualidade no Haiti, independente de governos e da cooperação internacional.

A construção de alternativas virá com a solidariedade concreta entre os povos. Fidel Castro afirma que “Solidariedade não é dar o que sobra e sim compartilhar o que temos”, se não temos os recursos financeiros necessários para a reconstrução do país, compartilhamos a luta, a resistência, a sabedoria acumulada ao longo dos séculos, o acúmulo político, o suor, o choro, e com isso possibilitamos ao Haiti a sua realização, planejada desde *Bwa Kayiman*, enquanto nação soberana e livre.

.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Aline Fernandes Vasconcelos de. A Cooperação Sul-Sul e a Atual Dinâmica da Ajuda Internacional para o Desenvolvimento. In: Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 1., 2012, Brasília. **Anais...** Disponível em: <http://www.seminariopos2012.abri.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=89>. Acesso em: 20 jan. 2016.
- ADOUE, Silvia Beatriz. Sobre a "neutralidade ética" nas Ciências Sociais e a Fundação Ford, com pequena fábula de caráter ilustrativo ou talvez elucidativo. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 5, n. 49, p.1-3, jun. 2005.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ARISTIDE, Jean Bertrand. **Eyes of the heart: seeking a path for the poor in the age of globalization**. Monroe: Common Courage Press, 2000. Disponível em: <http://www.thirdworldtraveler.com/Aristide/Eyes_Heart_Aristide.html>. Acesso em: 16. jan. 2014.
- AYERBE, Luis Fernando (Org.) **Territorialidades, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina**. São Paulo: Memorial da América Latina, 2012.
- AYITI KALE JE. Alterpresse. **Haiti: des semences pour reconstruire ou pour détruire l'agriculture?: enquête sur la distribution d'intrants agricoles, dont les semences Monsanto**. 2010. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article10847#.VTc0X_dViko>. Acesso em: 23. mar. 2015.
- BANET, Jean **Problématique de la pauvreté et bidonvillisation en Haiti: le cas de Shada au Cap-Haitien**. 1999. Licenciatura em Ciências Econômicas. Université d'Etat d'Haiti. Disponível em: <http://www.memoireonline.com/02/09/1956/m_Problematique-pauvrete-bidonvillisation-haiti-cas-de-shada3.html>. Acesso em: 10. jan. 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **Miedo líquido**. Barcelona: Paidós, 2007.
- BELLEGLARD-SMITH, Patrick; MICHEL, Claudine. **Vodou Haitiano: espírito, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.
- BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de Classe da Mudança Agrária**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- BOGO, Ademar. **O MST e a Cultura**. 3. ed. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2009.
- _____. **Identidade e Luta de Classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- BRASIL. **Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004**. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de atos complementares de cooperação técnica recebida de organismos internacionais e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos. Brasília, 2004. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5151.htm>. Acesso em: 08. fev. 2014.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Brasil-Haiti**: Programa de Cooperação Sul-Sul. [2014]. Disponível em: <http://www.iicabr.ica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Brasil_Haiti_Sul-Sul3.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2016.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Haiti**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Haiti>>. Acesso em: 21. maio 2015.

BULL, H. **A sociedade anárquica**. Brasília: UNB, 2002.

BURKE, Megan et al. (Comp.). **Modelos de cooperación internacional en Centroamérica**: perspectivas de los movimientos sociales. Managua: Centro de Estudios Internacionales, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Nicaragua/cei/20120809033614/modelos.pdf>>. Acesso em: 25. nov. 2014.

BUSH: Just Send Your Cash. In: YOUTUBE. S.l.: Cbs News, 2010. Son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ibMf68i4rz8>>. Acesso em: 14. nov. 2013.

BRUNACHE, John Steve. Liniyon. In: _____. **Chimen Limyè**. S.l.: S.n, 1989. 1CD. Faixa 8.

CARPENTIER, Alejo. **O reino deste mundo**. Tradução de João Olavo Saldanha. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1985.

CHOMSKY, Noam. La tragédie d'Haïti. In _____. **L'an 501, la conquête continue**. L'Herne: S.n., 2006. Disponível em: <http://www.chomsky.fr/livres/an501_08.html> . Acesso em: 10. jan. 2014.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ha.html>> Acesso em: 12. jun. 2013.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **A Afro-América**: a escravidão no Novo Mundo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CASTRO, Fidel. **A Batalha contra a cólera**. 2010a. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/reflexiones/2010/por/f271210p.html>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

_____. **Notícias da Cólera no Haiti**. 2010b. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/reflexiones/2010/por/f301110p.html>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

DESMARAIS, Anette Aurélie. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Expressão Popular, 2013.

DUARTE, S. La Mano de Obra Haitiana en la Construcción: Características, Valoraciones Y Prácticas. In: REPÚBLICA DOMINICANA. Ministério De Economía, Planificación Y Desarrollo. **Movimientos Migratorios Desde y Hacia La República Dominicana**. Santo Domingo: Alfa y Omega, 2011. tomo I.

ESCORSIM, Leila. **Mariátegui: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FERREIRA, R. La 'guerra de los pollos' enfrenta a Haití con República Dominicana. **El mundo.es**, Miami, 10 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/america/2013/07/10/noticias/1373413850.html>>. Acesso em 14. jan. 2014.

FONTES, Virgínia. O imperialismo brasileiro. In: ROSA LUXEMBURGO STIFTUNG (Org.). **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 219-245.

FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA. **Declaración Final: Por el derecho de los pueblos a producir, a alimentarse e a ejercer su soberanía alimentaria**. Havana, Cuba, 2001. Disponível em: <<http://www.edualter.org/material/sobirania/declaracion%20cuba.pdf>>. Acesso em: 25. jan. 2016.

LES FONDS suisses de Jean-Claude Duvalier vont être restitués à Haïti. **France-Antilles Martinique**, Fort de France, 26 déc. 2013. Disponível em: <<http://www.martinique.franceantilles.fr/actualite/faitsdivers/les-fonds-suisses-de-jean-claude-duvalier-vont-etre-restitues-a-haiti-235227.php>>. Acesso em: 27. dez. 2013.

FUKUYAMA, Francis. **Construção de Estados: governo e organização mundial no século XXI**. Tradução de Nivaldo Montigelli Júnior. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 4. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

CARIBE. In: GOOGLE. **My maps**. 2016. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/edit?hl=pt-BR&authuser=0&mid=1xHhvLLVny0zDUwJ2bIyJRAKK7eY>>. Acesso em: 25. jan. 2016.

HAESBAERT, Rogerio; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Unesp, 2006. (Coleção Paradidáticos, Série Poder).

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

. Las políticas de Estados Unidos, Europa y América Latina en Haití: ¿convergencias, superposiciones u opciones diferenciadas? In: **Pensamiento Iberoamericano**, Madrid, 2. época, n. 8, p. 223-242, 2011a. Disponível em:

<<http://www.pensamientoiberoamericano.org/xnumeros/PensamientoIbero8.pdf>>. Acesso em: 10. jan. 2014.

HIRST, Monica. A Reconstrução do Haiti: novos desafios para cooperação regional e o papel do Brasil. In: BRASIL. Fundação Alexandre Gusmão. Ministério das Relações Exteriores (Ed.). **III Seminário Brasil-Noruega sobre Paz e Reconciliação**. Brasília: Funag, 2011b. p. 63-78. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/883-III_Seminario_Brasil_Noruega.pdf>. Acesso em: 04. jul. 2015.

IANNI, Otavio. **Aspectos da Formação Social Escravista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

JAMES, C. L. R. **Os Jacobinos negros: Toussaint Louverture e a Revolução de São Domingos**. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

JOSEPH, Nelio. A cultura como vitrine. In: SANTIAGO, Adriana (Org.). **Haiti por si: a reconquista da independência roubada**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013. p. 137-163.

JUSTIN, Lhèrison; GEFFRARD, Nicolas. **La Desalinien**. 1804. Mimeo. Hino nacional haitiano.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Laemmert S.A., 1968.

KAUPP, Rèmi. Haiti Administrative Map Fr. In: Large detailed administrative map of Haiti. Disponível em <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c5/Haiti_administrative_map-fr.svg>. Acesso em: 21. jan. 2016.

KLEIN, Naomi. **A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Tradução Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LALEAU, W. Reformas económicas y estratégicas de lucha contra la pobreza: desafíos y apuestas de la democracia haitiana. **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, año 8, n. 23, abr. 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal23/09S1Laleau.pdf>>. Acesso em: 10. jan. 2014.

LOUIS-JUSTE, Jean Anil. **Internacional Comunitária: ONGs chamadas alternativas e o projeto de livre individualidade: Crítica À parceria enquanto forma da solidariedade de espetáculo no Desenvolvimento de comunidade no Haiti**. 2007. 353 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/9571/arquivo8293_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20. nov. 2014.

_____. **Université et Citoyenneté en Haïti**. 2003a. In: Alterpresse. Disponível em: <<http://www.alterpresse.org/spip.php?article798#nb2>>. Acesso em: 12. out. 2014.

_____. **Comprendre l'hégémonie de l'Internationale Communautaire en Haïti**. 2003b.

In: Alterpresse. Disponível em:
<<http://www.alterpresse.org/spip.php?article749#.VRhPOcZVikq>>. Acesso em: 21. jan. 2015.

LOUIS-JUSTE, Jean Anil. **La signification du coumbitisme dans une autre politique territoriale**. 2004. In: Alterpresse. Disponível em:
<<http://www.alterpresse.org/spip.php?article1864#.VTdMm7t0z4h>>. Acesso em: 26. mar. 2015.

LUBIN, Irdèle. O Haiti após o sismo, qual a reconstrução? In: SANTIAGO, Adriana (Org.). **Haiti por si: a reconquista da independência roubada**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013. p. 75-79.

LUNDAHL, M.. Population Pressure and Agrarian Property Rights in Haiti. **Statsvetenskaplig Tidskrift**, Lund, v. 83, n. 5, 1980. Disponível em:
<<http://journals.lub.lu.se/index.php/st/article/viewFile/3166/2746>>. Acesso em: 10. out. 2013.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, México, v. 1, n. 12, jun. 1977. Disponível em:
<<http://www.geopolitica.ws/media/uploads/CP.12.4.Marini.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

_____. **Subdesarrollo y Revolución**. 12. ed. Mexico: Siglo XXI Editores, 1985.

_____. Dialética da Dependência. In: SADER, Emir (Org.). **Dialética da Dependência: Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 105-166.

MATEO, L. R.; SANTOS, A. P. O desafio das "áreas não governadas" para a política externa dos Estados Unidos. In AYERBE, L. F.(Org.) **Territorialidades, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina**. São Paulo: Memorial da América Latina, 2012.

MALACALZA, Bernabé. Modelos de Cooperación Internacional para el Desarrollo en Haití.: Discursos, Prácticas y Tensiones. **Relaciones Internacionales**, Madrid, n. 25, p.53-78, 2014. Disponível em: <<http://www.relacionesinternacionales.info/ojs/article/view/488.html>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARINELLI, Victoria. **Haití, pareciera ser mujer**. 2014. In: Notas. Disponível em:
<<https://notas.org.ar/2014/04/16/haiti-pareciera-ser-mujer/>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

MEILLASOUX, Claude. **Mulheres, Celeiros e Capitais**. Porto: Edições Afrontamento, 1976.

MOURA, Clóvis. **O Negro: de bom escravo a mau cidadão?**. Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

NACIONES UNIDAS. Consejo de Seguridad. **Resolução n. 1542/2004**. Nova Iorque, 2004.

Disponível em:

<<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1542%20%282004%29>>. Acesso em: 16. jan. 2014.

NASCIMENTO, Washington Santos. “São Domingos, o grande São Domingos”: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791 – 1840). **Dimensões**, Vitória, v. 21, p.125-142, 2008. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2486/1982>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. [Nova Iorque], 1976. Disponível em:

<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf>. Acesso em: 21. jan. 2016.

PEREGRINO, Miriane. **Brasil x Haiti: do jogo da paz ao jogo da pacificação**. 2015.

Disponível em: <<http://jornalocidadao.net/brasil-x-haiti-do-jogo-da-paz-ao-jogo-da-pacificacao/>>. Acesso em: 24 dez. 2015.

POTTER, Madeleine R. **Humanitarian Aid in Question: The Case of Rice Imports to Haiti**.

2013. 58 f. Senior Thesis (Bachelor Of Arts) – Claremont Colleges, S.I, 2013. Disponível em: <http://scholarship.claremont.edu/scripps_theses/225>. Acesso em: 20. dez. 2014.

PREVOST, G. La respuesta de los Estados Unidos al terremoto de Haití en el contexto de los conceptos de "estado fallido" y "espacios no gobernados". In AYERBE, L. F. (Org.).

Territorialidades, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina. São Paulo: Memorial da América Latina, 2012.

PRIMAVESI, Ana. **Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. São Paulo: Nobel, 2002.

REPUBLIQUE D’HAÏTI. **Décret du 14 septembre 1989 modifiant la loi du 13 décembre 1982 régissant les ONG**.1989. . In : Ministère de la Planification et de la Coopération Externe. Disponível em: <<http://www.mpce.gouv.ht/sites/default/files/decretseptembre.pdf>>.

Acesso em: 08. dez. 2015.

RICHARDS, P. Caricom rechaza a República Dominicana por conflicto con Haití.

Tendências científicas, Puerto España, 28. nov. 2013. Disponível em:

<http://www.tendencias21.net/Caricomrechaza-a-Republica-Dominicana-por-conflicto-con-Haiti_a27835.html>. Acesso em: 10. jan. 2014.

RIMMER, C. C et al. *Avifaunal Surveys In La Visite National Park: Last Vestiges of Montane Broadleaf Forest in Eastern Haiti*. **Journal of Caribbean Ornithology**, Vermont, v. 23, n. 1, p. 31-43, 2010. Disponível em:

<<http://www.vtecostudies.org/PDF/RimmerAuk2010.pdf>>. Acesso em: 26. maio. 2014.

ROSA, Renata de Melo. Haiti e os projetos de desenvolvimento: entre o isolamento e a ocidentalização. In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Fundação Alexandre de Gusmão (Ed.). **III Seminário Brasil-Noruega sobre Paz e Reconciliação**. Brasília: Funag, 2011. p. 109-132. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/883-III_Seminario_Brasil_Noruega.pdf>. Acesso em: 04. jul. 2015.

RUBIO, Eduardo. **En Haití hay tropas de ocupación, y los ejércitos extranjeros cumplen el papel de mano de obra barata al servicio de EE.UU.** 2015. In: Rebelión. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=204019>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

SÁ, Jéssica Espíndola de. **A Decisão Brasileira de Participar da MINUSTAH.** 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <[http://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/download/Jessica Espíndola de Sá.pdf](http://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/download/Jessica_Espindola_de_Sa.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2016.

SANTOS, André Luiz Guimarães dos. **Intercâmbio dos 78 jovens haitianos.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <morena.livia@gmail.com>. Acesso em: 21 maio 2012.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti.** 2014. 399 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti põe em xeque a ajuda internacional.** 2010. In: Seitenfus. Disponível em: <<http://www.seitenfus.com.br/visualizar.asp?t=noticias&ID=72>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

_____. **Elementos para uma diplomacia solidária: A crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea.** Disponível em: <[http://www.seitenfus.com.br/arquivos/elementos-diplomacia\(1\).pdf](http://www.seitenfus.com.br/arquivos/elementos-diplomacia(1).pdf)>. Acesso em: 25. mar. 2014.

_____. **Haiti: dilemas e fracasso internacionais.** Ijuí: Ed. Ijuí, 2014.

SILIÉ, R. Aspectos y variables de las relaciones entre República Dominicana y Haití. **Revista Futuros**, Santo Domingo, v. 3, n. 9, 2005. Disponível em: <revistafuturos.info/raw_text/raw_futuro9/dom_haiti.doc>. Acesso em 10. jan. 2014.

SIMÕES, Antônio José Ferreira. Brasil e Haiti: parceria em busca de um futuro melhor. In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Fundação Alexandre Gusmão (Ed.). **III Seminário Brasil-Noruega sobre Paz e Reconciliação.** Brasília: Funag, 2011. p. 11-28. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/883-III_Seminario_Brasil_Noruega.pdf>. Acesso em: 04. jul. 2015.

SMUCKER, G. R.; WHITE, T. A.; BANNISTER, M. E. **Land tenure and the adoption of agricultural technology in Haiti.** [Washington]: CGIAR Systemwide Program on Property Rights and Collective Action, International Food Policy Research Institute, 2000. Disponível em: <<http://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/bitstream/handle/10535/1274/smuckerg150402.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10. out. 2013.

STÉDILE, João Pedro. **Haiti: eles precisam de solidariedade, não de soldados!** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <morena.livia@gmail.com>. Acesso em: 29 mar. 2013.

SUCH, Fernando Fernández; ROUSSEAU, Oslaude. La lucha campesina en Haití. **Página**

abierta, Madrid, n. 208, p. 49-52, 2010. Disponível em:
<<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3414347&orden=282743&info=link>>.
Acesso em: 10. dez. 2013.

TADDEO, Luciana. **Exploração internacional é a causa das dificuldades do Haiti, diz MST**. 2012. In: Opera Mundi. Disponível em:
<<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/entrevistas/19134/exploracao+internacional+e+a+causa+das+dificuldades+do+haiti+diz+mst.shtml>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **GEO Haiti**: State of the Environment Report 2010. Disponível em: <http://www.unep.org/dewa/Portals/67/pdf/GEO_Haiti2010_IN%28web%29.pdf>. Acesso em: 16. maio. 2012.

UNITED NATIONS. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Hunger Map 2013. Roma, 2013**. Disponível em:
<http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/documents/food_security_statistics/FAO_Hunger_Map_2013_WFS.pdf> Acesso em: 14. jan. 2014 reorganizar

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Homicide Statistics 2013**. Disponível em: <<http://www.unodc.org/unodc/en/data-andanalysis/homicide.html>>. Acesso em: 20. jul. 2013.

UNITED NATIONS STABILIZATION MISSION IN HAITI. **MINUSTAH Facts and Figures**. Disponível em:
<<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/facts.shtml>>. Acesso em: 16/01/2016.

VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a Crise Haitiana**: A cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática. Brasília: FUNAG, 2007. Disponível em:
<http://funag.gov.br/loja/download/375-Brasil_e_a_Crise_Hatiana_O.pdf>. Acesso em: 09. dez. 2014.

VIA CAMPESINA HAÏTI. **Déclaration de La Via Campesina et de sés Alliés pour la Journée Internationale de L'Environnement**. Hinche, 2012. Mimeo.

VIANA, S. M. K. A MINUSTAH e participação brasileira. **Revista Senso Comum**, n. 1, 2009, p. 22-37. ISSN 1982-4165. UFG: Goiânia, 2009. Disponível em:
<<http://www.xanta.milharal.org/pkp/ojs/sensocomum/index.php/revista/article/viewFile/6/4>>. Acesso em: 16. jan. 2014.

VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários Unidos à Globalização da Esperança**: Um Estudo sobre Internacionalismos e a Via Campesina. São Paulo: Alameda, 2011.

WORLD BANK. **World Development Report 2011**: Conflict, Security, and Development. Washington, 2011. Disponível em:
<http://wdronline.worldbank.org/includes/imp_images/book_pdf/WDR_2011.pdf>. Acesso em: 12. out. 2013.